

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ISABELLE FERNANDES CAON

**O FUTEBOL COMO INSTRUMENTO POLÍTICO: UM ESTUDO COMPARATIVO
ENTRE AS DITADURAS MILITARES DA ARGENTINA, DO BRASIL E DO URUGUAI**

Porto Alegre

2021

ISABELLE FERNANDES CAON

**O FUTEBOL COMO INSTRUMENTO POLÍTICO: UM ESTUDO COMPARATIVO
ENTRE AS DITADURAS MILITARES DA ARGENTINA, DO BRASIL, E DO URUGUAI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Caon, Isabelle Fernandes

O futebol como instrumento político: um estudo comparativo entre as ditaduras militares da Argentina, do Brasil, e do Uruguai / Isabelle Fernandes Caon. -- 2021.

93 f.

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Futebol. 2. Regimes Militares. 3. Copa do Mundo FIFA. 4. Método Comparado. 5. Soft Power. I. de Castro, Henrique Carlos de Oliveira, orient. II. Título.

ISABELLE FERNANDES CAON

**O FUTEBOL COMO INSTRUMENTO POLÍTICO: UM ESTUDO COMPARATIVO
ENTRE AS DITADURAS MILITARES DA ARGENTINA, DO BRASIL E DO URUGUAI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

UFRGS

Prof. Dr. Luiz Gustavo Mello Grohmann

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à UFRGS e à FCE por me proporcionarem, além de estudos e grande conhecimento acadêmico, um local de ensinamentos para toda a minha vida como futura profissional em Relações Internacionais. Sou imensamente grata pelo ensino de qualidade e grandeza da Universidade pública, e agradeço a todos que contribuem para que tamanha instituição como a UFRGS continue com estas características.

Agradeço à minha mãe por me ensinar tanta coisa, e principalmente a valorizar os momentos bons até mesmo quando eu não os enxergava, e ao meu pai por sempre estimular o conhecimento da história e pelo apoio constante. Ao Eduardo, por ser o melhor irmão que eu poderia ter tido e a quem eu posso contar pra qualquer coisa. À minha dinda e maior apoiadora, Carmozina, por todos os ensinamentos, carinho e investimento na minha educação, ela que foi uma das responsáveis por proporcionar a realização do sonho de um intercâmbio acadêmico. À minha avó Cléa, por ser minha inspiração de força e determinação aos 94 anos. Sou grata também ao João Pedro, meu companheiro, meu amor, que me apoia sempre e me deixou ainda mais apaixonada pelo mundo do futebol.

Às minhas amigas Natascha e Tarsila, que desde o início da faculdade se tornaram muito especiais na minha vida, dando conselhos, compartilhando alegrias e sendo minha base de apoio para conseguir terminar este trabalho. À Geórgia e Júlia, que estiveram comigo ao longo desses anos de RI, trazendo muita alegria e risadas. Ao meu veterano e grande amigo Diego, por me ajudar sempre com dicas, materiais e até mesmo na revisão deste trabalho. Ao Gustavo, que foi fundamental na escolha do tema deste TCC, além de alegrar meus meses na Suécia. À Celina, minha melhor amiga desde os tempos de colégio e que se fez presente em todos os momentos, dos melhores aos piores.

Ao Professor Henrique, que aceitou orientar um trabalho com tema bem diferente do usual no curso, mas que deu todo o apoio possível para realizar uma pesquisa sobre esporte nas Relações Internacionais. Às mulheres que pesquisam e gostam de futebol, agradeço por cada uma trazer mudanças no cenário ainda machista do mundo futebolístico. Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu time do coração, Grêmio Football Porto-Alegrense, por me fazer vivenciar a montanha-russa que é ser torcedora deste clube e também por experienciar emoções como poucas coisas na vida. Futebol é um esporte incrível.

¿Una locura digna de mejor causa? ¿Un negocio vulgar y silvestre? ¿Una fábrica de trucos manejada por sus dueños? Yo soy de los que creen que el fútbol puede ser eso, pero es también mucho más que eso, como fiesta de los ojos que lo miran y como alegría del cuerpo que lo juega.

Eduardo Galeano

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a relação entre o futebol, um dos esportes mais populares do mundo, e a política, tanto nos dias atuais como, especialmente, nos períodos das ditaduras militares na Argentina, no Brasil e no Uruguai. A fim de compreender a instrumentalização política do futebol, recorreu-se à análise desses três casos históricos sul-americanos, nos quais percebeu-se o interesse dos respectivos governos em utilizar-se simbólica e politicamente da seleção nacional e/ou de um megaevento esportivo como a Copa do Mundo FIFA para promover seus objetivos internos, melhorar sua imagem externa e também sua popularidade perante a população local. O problema de pesquisa centra-se em identificar o modo como o futebol e suas competições internacionais foram valorizados politicamente pelas ditaduras. A análise foi sistematizada, primeiramente, em uma retomada de casos internacionais nos quais se evidenciou a linha tênue entre o esporte e as relações internacionais, e mais especificamente às políticas interna e externa, para em seguida abordar os três casos de forma mais detalhada. A partir disso, e como referencial metodológico, utilizou-se do método comparado para traçar variáveis comparáveis entre si a fim de analisar as semelhanças e diferenças de tais casos, de acordo com suas particularidades. Em linhas gerais, os resultados apontam, principalmente, para semelhanças no que se refere à utilização política dos governos militares do êxtase de vencer ou sediar um evento futebolístico internacional. Por outro lado, a diferença mais marcante entre os casos foi a consequência de tais competições para a imagem da ditadura, bem como para seus projetos institucionais. Por fim, analisa-se igualmente o *soft power* do futebol, e como cada vez mais países almejam usufruir de tal prestígio internacional, levando em consideração a importância de sediar uma Copa do Mundo FIFA. Dessa forma, esta pesquisa inclusive buscou evidenciar que tanto as ditaduras militares da Argentina, do Brasil e do Uruguai, como seus governos democráticos mais recentes, também tiveram ganho de *soft power* com o futebol, sendo visível de maneiras distintas no decorrer dos anos.

Palavras-chave: Futebol. Regimes militares. Argentina. Brasil. Uruguai. Copa do Mundo de 1970. Copa do Mundo de 1978. Mundialito de 1980. Método comparado. Soft Power.

ABSTRACT

The present research thesis deals with the relationship between football, one of the most popular sports in the world, and politics, both today and, especially, during the periods of military dictatorships in Argentina, Brazil and Uruguay. In order to understand the political instrumentalization of football, an analysis was made of these three historical South American cases, in which the interest of the respective governments in using symbolically and politically the national team and/or a mega sports event, such as the FIFA World Cup, was perceived to promote its internal objectives, improve its external image and also its popularity with the local population. The research problem focuses on identifying how football and its international competitions have been valued politically by dictatorships. The analysis was systematized first in a recapture of international cases in which the fine line between sport and international relations became evident, and more specifically the internal and external politics, to then address the three cases thoroughly. Based on that, and as a methodological reference, the comparative method was used to trace comparable variables among themselves in order to analyze the similarities and differences of such cases, according to their particularities. In general, the results point, mainly, to similarities regarding the political use by military governments of the ecstasy of winning or hosting an international football event. On the other hand, the most striking difference between the cases was the consequence of such competitions for the image of the dictatorship and also for its institutional projects. Finally, the Soft Power of football is also analyzed, and how even more countries aim to enjoy such international prestige, taking into account the importance of hosting a FIFA World Cup. Thus, this research also sought to show that both the military dictatorships in Argentina, Brazil and Uruguay, as well as their more recent democratic governments, also gained Soft Power with football, being visible in different ways over the years.

Keywords: Football. Military regimes. Argentina. Brazil. Uruguay. 1970 World Cup. 1978 World Cup. 1980 World Cup. *Soft power*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
AFA	Associação de Futebol Argentino
ATC	Argentina Televisora Color
AUF	Associação Uruguaia de Futebol
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CGCE	Coordenadoria-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva
COBA	Comitê de Boicote à Copa do Mundo na Argentina
DINARP	Direção Nacional de Relações Públicas
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EAM'78	Ente Autárquico do Mundial de 78
ESMA	Escola de Mecânica da Armada
EUA	Estados Unidos da América
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
UEFA	União das Associações Europeias de Futebol

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O FUTEBOL	23
2.1 O FUTEBOL COMO INSTRUMENTO POLÍTICO DOS ESTADOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DE CASOS HISTÓRICOS	24
2.2 O FUTEBOL E O SOFT POWER	31
3. A VALORIZAÇÃO POLÍTICA DO FUTEBOL PELAS DITADURAS CIVIS-MILITARES DA ARGENTINA, DO BRASIL E DO URUGUAI	39
3.1 APRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS	40
3.2 DITADURA BRASILEIRA E A COPA DO MUNDO DE 1970	43
3.3 DITADURA ARGENTINA E A COPA DO MUNDO DE 1978	52
3.4 DITADURA URUGUAIA E O MUNDIALITO (1981)	62
4. OS GANHOS DO USO POLÍTICO DO FUTEBOL NA ESFERA LOCAL E INTERNACIONAL	72
4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS	73
4.2 O SOFT POWER DO FUTEBOL NOS CASOS DO BRASIL, DA ARGENTINA E DO URUGUAI	78
5. CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	90

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por tema a discussão da relação entre futebol e seu uso político tanto interna quanto externamente, tendo como componente central da pesquisa uma comparação entre os governos autoritários do Brasil (1964-1985), da Argentina (1976-1983) e do Uruguai (1973-1985) no que se refere ao fenômeno de valorização política do futebol, principalmente em períodos de competições esportivas. A argumentação que se pretende fazer terá como principal característica a utilização do Método Comparado, um procedimento de pesquisa frequentemente utilizado nas Relações Internacionais (DA SILVA, 2015) que, conseqüentemente, tem muito a agregar ao trabalho, para assim aprofundar o estudo do futebol na área internacionalista e de ciências sociais.

Longe de ser apolítico, o futebol é um fenômeno social que vai além do esporte em si, permeando a sociedade e a influenciando de diversas maneiras. É um esporte capaz de arruinar regimes políticos e deflagrar movimentos de libertação por meio de seus clubes e seleções nacionais (FOER, 2005). Nos Estados modernos, o futebol permite que a identidade nacional e o nacionalismo sejam reafirmados regularmente, antes e durante as competições esportivas internacionais. Estas são assimiladas na história dos países, permitindo mobilizar e demonstrar um sentimento de pertencimento à nação (AGOSTINO, 2002). A América do Sul é uma das regiões onde se pode perceber fortemente essa ligação entre política, identidade nacional e futebol, pois desde quando o esporte foi introduzido no subcontinente pelos ingleses, no século XX, ele serve tanto como um meio de escape das dificuldades cotidianas das populações locais, quanto pode inflar sentimentos patrióticos ou de rivalidade com facilidade (GALEANO, 2004).

No campo das Relações Internacionais ainda falta visibilidade para os estudos mais aprofundados sobre como o futebol, que é um dos esportes mais populares no mundo, influencia o cenário internacional. Mesmo com o caráter interdisciplinar da pesquisa do futebol, infelizmente, o tema de estudos de esportes em si está longe de ser um tópico abordado pelo *mainstream* internacionalista. No entanto, muitas dinâmicas do sistema internacional e internas dos Estados podem ser explicadas por meio da influência do futebol, tanto nos meios políticos, sociais e culturais (AMAZARRAY, 2011).

Visando a entender melhor essas complexas interconexões, o tema a ser desenvolvido nesta pesquisa será justamente compreender como ocorreu a valorização política do futebol por

governos autoritários, sendo escolhidos para análise os casos das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Uruguai. A decisão por contrastar esses países se deu por alguns motivos, tais como o fato do futebol ser o esporte mais popular nos três casos, a semelhança cultural no que se refere à valorização do futebol pelas suas populações, a capacidade presente até hoje do esporte movimentar sua política externa, e principalmente a grande influência que eventos esportivos exercem nesses países, como, por exemplo, a Copa do Mundo da FIFA (Federação Internacional de Futebol). Ademais, outro grande motivo para a análise dos casos brasileiro, argentino e uruguaio é a participação e sucesso das suas respectivas seleções nacionais de futebol em grandes eventos internacionais justamente nos anos de ditadura civil-militar, sendo perceptível o apoio – mas também o controle e a vigilância – dos governos militares.

Mais especificamente, os casos da utilização política do futebol pelas ditaduras brasileira, argentina e uruguaia que serão estudados mais a fundo serão referentes às Copas do Mundo FIFA de 1970 e de 1978 e ao Mundialito de 1980/81. As relações entre o regime militar e a época de ouro da Seleção Brasileira, por ocasião da conquista da Copa do Mundo em 1970, no México, passaram a ser explícitas justamente no período de maior recrudescimento do autoritarismo durante a ditadura. Algo semelhante ocorre na Argentina, que sediou o Mundial de 1978 exatamente na época em que o país vivenciava um dos regimes militares mais sangrentos da América Latina (MAGALHÃES, 2013). Por fim, entre dezembro de 1980 e janeiro de 1981 o Uruguai sediou a Copa de Ouro dos Campeões Mundiais, conhecida como Mundialito, e contava com um ambiente de encerramento da ditadura, a qual buscava trazer mais credibilidade ao governo por meio do sucesso do megaevento e de sua seleção (MAGALHÃES, 2019a).

A fim de compreender a relevância do tema do trabalho, serão primariamente analisados casos históricos internacionais nos quais o futebol teve um papel importante como instrumento político, em contextos e localidades diferentes. Desde a utilização da Seleção Italiana de futebol por Mussolini como forma de propaganda do regime fascista, até o caso da Espanha, onde o futebol reflete, até os dias atuais, o cenário de diversidade regional e de luta pelo separatismo em relação ao governo central, pode-se perceber que o fascínio pelo futebol e suas implicações políticas fazem parte da história de muitos países. Há, também, o emblemático caso da Croácia e Sérvia, no qual o futebol acabou servindo como um dos fatores desencadeadores da guerra dos Bálcãs nos anos 1990 (AGOSTINO, 2002; FOER, 2005). Outrossim, serão vistos exemplos de como o futebol pode ser utilizado como meio de buscar aproximações diplomáticas

entre países, como foi o caso da Alemanha nazista e atualmente é observado na China (AGOSTINO, 2002; LEITE JÚNIOR; RODRIGUES, 2019). Portanto, procura-se evidenciar que o futebol não é usufruído apenas por governos autoritários como instrumento de valorização política, e nem houve um determinado período histórico no qual isso é mais perceptível.

Esse fenômeno pôde ser observado intensamente na Guerra Fria, período de confronto político-ideológico que também estabeleceu paralelos com o futebol. O caso da América Latina não seria diferente, já que os Estados Unidos exerciam influência nos governos do continente a fim de conter a ameaça comunista (LUIZ, 2017). Nesse período, as competições esportivas mundiais, especialmente a Copa do Mundo FIFA, eram uma das principais demonstrações de força e de empenho nacional, pois o esforço por melhores resultados e sua subsequente conquista destacavam os Estados, projetando-os positivamente no cenário global e propiciando ganhos políticos (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Assim, considerando o contexto de Guerra Fria no qual as ditaduras militares do Cone Sul estavam inseridas, pode ser feita uma importante conexão entre o *soft power*, conceito introduzido por Joseph Nye Jr. (2004), e a instrumentalização política do futebol feita por esses governos. As relações entre países vão assumindo um caráter mais sutil e subjetivo a partir da Guerra Fria, e o conceito de *soft power* serve justamente para melhor explicar essas dinâmicas complexas das relações internacionais, podendo ser influenciado por fatores como a política externa, valores políticos e aspectos culturais (NYE, 2004). É perceptível a escolha de muitos Estados pela via do *soft power* do esporte naquele momento, já que estavam inseridos em um mundo estritamente polarizado, de congelamento de conflitos e com poucas perspectivas de destaque internacional. Especialmente no caso dos países afastados dos centros de poder, como os sul-americanos, essa opção se tornou mais atrativa para seus governantes, que podiam aproveitar-se da popularidade do futebol e ainda angariar resultados políticos positivos perante a comunidade global. Mais recentemente o fenômeno da influência política e social dos esportes em geral vem sendo observado de forma mais evidente na maioria dos países – até mesmo em grandes potências, que não necessariamente precisam de mais prestígio internacional (FRANCO JÚNIOR, 2007). A atualidade do tema, portanto, também é uma das principais inspirações para a realização desta pesquisa. À vista disso, nas últimas décadas, o futebol vem ganhando espaço na política externa de diferentes Estados. No caso do Brasil, por exemplo, o futebol é praticamente um símbolo do país, sendo até hoje exportado ao mundo todo (VASCONCELLOS, 2008). A

Argentina e o Uruguai também têm o futebol como marca nacional, promovendo o esporte como uma de suas imagens externas, devido à sua história de sucesso em Copas do Mundo, além dos seus reconhecidos times e jogadores (ALABARCES, 2002; FIGUEIREDO; MARTINS, 2019).

Diante de tais fatos, o problema central do presente trabalho é: como o futebol e suas competições internacionais foram valorizados politicamente pelas ditaduras latino-americanas do Brasil, da Argentina e do Uruguai? Para responder essa pergunta, infere-se que o esporte, assim como a cultura e a mídia, são áreas nas quais os governos desejam participar e, por meio delas, promover uma valorização nacional, buscando assim gerar um sentimento nacionalista e também projeção internacional. Parte-se da hipótese de que a maioria das ditaduras militares, mais especificamente no caso do Brasil, da Argentina e do Uruguai, fizeram uso político do futebol a partir de ações incentivadoras à valorização das seleções nacionais e seu sucesso em competições internacionais. Isso foi feito, provavelmente, tanto para tirar proveito da popularidade do jogo e promover seus governos interna e externamente, quanto para desviar a atenção das suas populações dos assuntos considerados mais polêmicos. Ademais, outra hipótese se deriva da primeira, pois nota-se que essa relação intrínseca entre futebol e política fica ainda mais perceptível, ao menos nos países escolhidos, nos momentos em que suas seleções participaram em e/ou sediaram torneios esportivos internacionais, como a Copa do Mundo.

O objetivo geral do trabalho é, portanto, compreender a utilização do futebol como instrumento político tanto interna quanto externamente em países onde esse esporte é popular, notadamente as ditaduras latino-americanas. Parte-se de três objetivos específicos: (i) compreender o motivo pelo qual o futebol tornou-se relevante no decorrer das décadas em diversos governos, através de um panorama histórico da sua instrumentalização política, análise do contexto externo em que se inserem e os resultados políticos que eles poderiam trazer, juntamente com auxílio do conceito de *soft power*; (ii) analisar, a partir do método comparado, os casos das ditaduras brasileira, argentina e uruguaia para assim buscar semelhanças e diferenças no que se refere à promoção de uma imagem nacional positiva por meio do futebol e de suas competições internacionais; e (iii) elucidar a relação entre esses padrões de comportamento dos governos militares previamente comparados e visualizar como isso pode ser repetido nos dias atuais com a busca pelo prestígio internacional e o *soft power* do futebol.

A escolha do presente tema justifica-se de três maneiras. No que diz respeito à relevância acadêmica, um estudo mais aprofundado dos usos políticos do futebol nas relações

internacionais propiciaria um melhor entendimento de um processo que até hoje vem sendo observado tanto no meio político quanto institucional dos Estados. Trazendo essa percepção para a América do Sul, e mais especificamente para Brasil, Argentina e Uruguai, o problema de pesquisa escolhido pode agregar conhecimentos acadêmicos aos estudos de política comparada latino-americana, já que almeja trazer uma diferente abordagem, a do esporte, para analisar as escolhas políticas desses governos. Além disso, tendo em vista que revisitar a história é compreender e evitar os erros do passado, o trabalho desenvolvido será relevante para entender melhor esse período histórico de rompimento com a democracia e de interferência direta dos militares na política, apresentando todas as consequências que isso trouxe não somente à população, mas também ao meio esportivo. Quanto à relevância social, é imperativo estudar uma questão que acarreta consequências diretas ao cotidiano de todas as classes sociais, já que poucos fenômenos no mundo são capazes de mobilizar tantas esferas da sociedade como o futebol. Dessa forma, faz-se necessário ajudar a romper o grande senso comum de que o futebol é o ópio do povo, para que se perceba a quantidade de vezes que, na verdade, é o ópio do poder (LUDOPÉDIO, 2020). Por fim, também vale mencionar que a autora sempre teve grande interesse em estudar mais a fundo o meio futebolístico e suas implicações tanto para as Relações Internacionais quanto para a política e a sociedade, e poder contribuir para que o assunto seja mais discutido em salas de aula e no meio acadêmico.

O trabalho tem caráter qualitativo e os métodos adotados consistem em método histórico, método comparado e revisão bibliográfica. Serão analisadas fontes primárias como discursos presidenciais e de figuras importantes da época e relatórios midiáticos, e também fontes secundárias como teses, livros, artigos e documentários televisivos que discorrem sobre o futebol de maneira científica e política, ou que tratem de contextualizar historicamente os casos a serem examinados. Vale ressaltar que, devido ao cenário atual de pandemia do Coronavírus e restrições de mobilidade pessoal, a pesquisa não contará com materiais que poderiam ser analisados pessoalmente, principalmente no caso de documentos históricos argentinos e uruguaios.

Inicialmente, partindo-se do método histórico, objetiva-se investigar historicamente o contexto, os desdobramentos e as consequências de casos internacionais nos quais o futebol foi utilizado politicamente por diferentes Estados, para assim averiguar como se deu a popularidade desta prática política desde meados do século XX até os dias atuais. A partir da utilização desse método, almeja-se apresentar a ferramenta política que é o futebol para que assim se compreenda

sua utilização pelas ditaduras latino-americanas. Como referencial, destacam-se alguns autores cujas obras inspiraram este trabalho, como Hilário Franco Júnior (2007), que trabalha com o futebol através de dois pontos de vista, o histórico e o metafórico, mostrando como o futebol não pode ser dissociado da história geral das civilizações e nem de aspectos sociológicos, antropológicos, religiosos, psicológicos e linguísticos. Em especial, destaca-se a análise do autor sobre os diferentes usos políticos do futebol, seja por regimes autoritários ou democráticos, tanto uns quanto outros sempre abraçados ao nacionalismo (FRANCO JÚNIOR, 2007). Gilberto Agostino (2002) vem na mesma linha de Franco, tratando de descrever a história do futebol a partir de seus aspectos políticos e sociais, buscando compreender os motivos que levaram um esporte elitista inglês a ser difundido na grande maioria dos países ao redor do mundo. Franklin Foer e seu livro *Como o Futebol Explica o Mundo* também foi a base inicial para o desenvolvimento de maiores conhecimentos do mundo futebolístico. Ademais, Eduardo Galeano traz contribuições importantes para compreender o fenômeno do futebol na América Latina (GALEANO, 2004).

No entanto, o cerne do trabalho será a utilização do método comparado, um recurso comum nas análises de Relações Internacionais e Ciência Política (DA SILVA, 2015). Tal método favorece a compreensão das semelhanças e diferenças entre os três países que serão estudados mais a fundo – Brasil, Argentina e Uruguai – e a relação de suas ditaduras militares com o futebol. De tal maneira, a fim de especificar os períodos históricos a serem analisados, a pesquisa terá como um de seus elementos principais comparar as experiências de cada país em relação às consequências de ganhar ou sediar um megaevento esportivo. No caso do Brasil, será estudado o momento histórico da conquista da Copa de 1970, seus antecedentes e as consequências para o governo Médici. No caso da Argentina, que sedia e vence a Copa de 1978, serão analisadas as repercussões na sociedade e na política. Por fim, o emblemático caso do Uruguai servirá como contraste aos dois primeiros, pois o governo não obteve resultados positivos de sediar e vencer outra competição organizada pela FIFA, a Copa de Ouro, o que traz novas perspectivas para a comparação a ser realizada. Nesse quesito, os textos de Lívia Gonçalves Magalhães (2013, 2016, 2019, 2019a e 2019b), pesquisadora renomada na área dos estudos do futebol, auxiliando a construir o cerne deste trabalho e, conseqüentemente, referências de extrema contribuição, trazendo questionamentos relevantes e informações detalhadas sobre as Copas do Mundo de 1970, de 1978 e o Mundialito de 1980/81.

Além destas, outros exemplos de fontes bibliográficas a serem revisadas a fim de complementar o trabalho serão os textos de Skidmore (1988) e Guterman (2004), que analisam o caso do governo militar brasileiro; os textos de Alabarces (2002) e Archetti (2006) referentes ao caso argentino; e os textos de Pereyra (2019) e Padrós (2005) que descrevem o caso uruguaio. Dessa forma, com uma ampla pesquisa bibliográfica do período militar nestes Estados e sua conexão política com o futebol, serão verificadas variáveis que possam ser comparadas para alcançar resultados conclusivos.

Após essa seção, passa-se à análise das variáveis a serem comparadas. São elas: futebol como esporte principal da nação; realização de megaevento esportivo no país durante o período autoritário; governo ditatorial apoiador da seleção nacional; aumento da importância política interna e externa de se vencer uma Copa do Mundo; e consequências da conquista de um campeonato da FIFA para o governo militar. A escolha dessas variáveis se deu após a leitura, em fase de pesquisa, de trabalhos que discorrem sobre o tema e uma consequente análise dos fatores que esses três casos possam ter de similitudes ou diferenças. Por fim, a fim de complementar o trabalho no sentido de aprofundar a relação futebol-Relações Internacionais, utilizar-se-á o conceito introduzido por Nye (2004) de *soft power*.

O referencial teórico-metodológico divide-se em três blocos, cada um deles referente a um dos objetivos específicos deste trabalho. Em relação ao primeiro, parte-se de compreender como o futebol influencia a sociedade e, conseqüentemente, a política por meio de diferentes abordagens acadêmicas. Destaca-se o trabalho de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997), o qual é um ponto de partida para melhor compreender este processo de apropriação do esporte como uma tradição nacional. Para abordar o segundo objetivo específico, por sua vez, emprega-se como referencial os textos de Sartori (1994) e de Przeworski e Teune (1970), que discorrem sobre a utilização do método comparado nas pesquisas da área das ciências políticas. Suas contribuições serão vitais para a compreensão de como executar corretamente uma comparação entre países e assim estruturar o elemento central do trabalho. Por fim, no tocante ao terceiro objetivo específico, será utilizado como referencial teórico o trabalho de Joseph Nye, que desenvolveu o conceito de *soft power*, em 2004, em seu livro *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. A partir dessa obra, o *soft power* começou a aparecer nos discursos políticos e também nos objetivos externos de muitos países (GARCIA, 2015).

Com a finalidade de aprofundar as questões propostas nesta introdução, o presente trabalho estrutura-se em três capítulos. O primeiro capítulo trata da contextualização histórica da questão do futebol e política nas Relações Internacionais, com uma breve explicação sobre como esse esporte se popularizou nas diferentes sociedades ao longo do tempo e atraiu interesses de todas as esferas políticas. Nessa seção, são analisadas situações onde o meio futebolístico assumiu outras características para além do entretenimento, bem como foi alvo de objetivos diplomáticos por diversos Estados. Nesse sentido, aborda-se a utilização do *soft power* do futebol no decorrer da história, ressaltando a importância que esse termo vem ganhando, principalmente quando associado ao esporte. Os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo FIFA, serão também analisados nesse capítulo, pois são evidências de como o *soft power* do futebol é almejado pela grande maioria dos países.

O segundo capítulo versa sobre a utilização do futebol como instrumento político pelos três casos a serem comparados: as ditaduras civis-militares do Brasil, da Argentina e do Uruguai. São apresentadas as variáveis para a comparação, como foram escolhidas e de que forma serão analisadas durante a descrição dos casos. A partir dessa exposição, discorre-se individualmente as características de cada governo militar e quais foram suas interações com o futebol, primordialmente em momentos de competição internacional. Percebe-se como cada governo teve suas peculiaridades com relação à valorização do futebol, principalmente quando se avaliam as condições pré-vitória ou recebimento de megaeventos em seus países. Aborda-se também as consequências de tais situações, se foram benéficas para a popularidade do governo ou não, quais métodos foram mais utilizados de propaganda nacional e de que forma essas três ditaduras latino-americanas dialogavam com contexto internacional de Guerra Fria.

O terceiro capítulo examina os resultados encontrados na comparação anterior. Avalia-se como esses resultados podem ser considerados chave para compreender o futebol como instrumento político essencial para os três países, tanto para os governos militares quanto após esse período, como instrumento de *soft power*. Assim, em seguida, trata-se dos casos do Brasil, da Argentina e do Uruguai como Estados que usufruem, cada um em suas proporções, do futebol como fonte de identidade nacional, analisando suas características individuais e se conseguiram promover uma imagem positiva, por meio do *soft power* do futebol, de seu país para o resto do mundo.

2. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O FUTEBOL

Mesmo que o futebol não seja visto com grande importância dentro das correntes teóricas clássicas em Relações Internacionais, muitas das dinâmicas do mundo futebolístico podem ser relacionadas com o contexto geopolítico global, com a política tanto interna quanto externa dos países e com o ganho ou perda de prestígio internacional, o que comprova uma conexão profunda entre a área acadêmica e o mundo real. O futebol até hoje conecta-se tanto com formas de resistência contra poderes opressivos quanto com Estados que buscam apropriar o prestígio de um esporte de massa, em diferentes contextos históricos e geográficos. Desde suas origens até a globalização, em todos os continentes, podem-se observar situações em que apenas um jogo ou um campeonato, independentemente de sua magnitude, desempenhou outras funções além da esportiva (AGOSTINO, 2002; FRANCO JÚNIOR, 2007). Além disso, o futebol e o esporte estão cada vez mais inseridos nas agendas de política externa dos países, através de incentivos para a realização e participação em megaeventos como a Copa do Mundo e também de ações governamentais de promoção do esporte em nível nacional para ganhar destaque e prestígio internacional. De qualquer forma, os países estão buscando aumentar o seu *soft power* e, conseqüentemente, seu nível de influência e popularidade no cenário esportivo mundial.

Este capítulo trata de contextualizar como o futebol moderno se consolidou no mundo e como foi utilizado como ferramenta política pelos Estados em suas mais variadas formas, seja como meio de angariar popularidade ao governo, fomentar relações diplomáticas com outros países por meio de partidas amistosas, inflar sentimentos nacionalistas, aumentar o *soft power* e o prestígio internacional, dentre outros. A primeira subseção explora acontecimentos históricos, contextualizando como o futebol se tornou popular mundialmente e analisando casos famosos onde política e futebol se inter-relacionam de forma clara e com objetivos pré-definidos. A segunda subseção aborda como, desde a Guerra Fria, o interesse dos países em ser influentes no cenário esportivo internacional vem crescendo exponencialmente, sendo o ganho de *soft power* um dos principais motivos pelo qual ocorre esta valorização do futebol e de suas competições internacionais.

2.1 O FUTEBOL COMO INSTRUMENTO POLÍTICO DOS ESTADOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DE CASOS HISTÓRICOS

O futebol moderno despontou como esporte na Inglaterra por volta do final do século XIX, em plena revolução industrial. Em diversas localidades do mundo já existiam formas mais primitivas e folclóricas semelhantes ao jogo, porém algumas dessas somente foram absorvidas e adaptadas pela elite inglesa quando ocorreu um movimento de resgate ao exercício físico como portador de benefícios para a saúde e a sociedade. Assim, paulatinamente foram sendo criadas várias regras de conduta, fazendo com que o futebol apresentasse cada vez mais diferenças das formas populares. Por volta de 1830, o esporte atingiu elevado nível de sistematização e controle de violência, garantindo sua aceitação social e permitindo a realização de competições esportivas (MASCARENHAS, 2001). Entre 1870 e 1890, conforme foi adquirindo popularidade nas ilhas britânicas, deixando de ser apenas um esporte elitista, o futebol acabou adentrando a Europa continental. Isso ocorreu devido ao poderio imperial britânico, que detinha fácil acesso aos outros países europeus por meio de portos e ferrovias nos quais transitavam as mercadorias inglesas. Nesse contexto, o futebol se tornou um dos produtos exportáveis mais populares no Velho Continente (CANETTIERI, 2010).

Ao se consolidar como uma fonte de entretenimento para multidões, o futebol passou a concentrar interesses poderosos, tanto da esfera governamental quanto da comercial. Segundo Drummond (2008), à medida em que se popularizou, o esporte aumentou sua área de influência mundial e, conseqüentemente, também sua utilização como instrumento político do Estado, tornando-se uma demonstração de poder. O historiador inglês Eric Hobsbawm aborda o estudo do esporte em suas obras, e afirma que o futebol é a demonstração concreta dos laços de união de todos os habitantes, independente de diferenças locais e regionais. Dessa forma, os governos encontram nas seleções nacionais força para garantir coesão social nacional e sua legitimidade perante todos os habitantes. O futebol é, portanto, a representação cultural de um Estado e, frequentemente, de seu governo (HOBSBAWM; RANGER, 1997).

Outro argumento é que a popularização dos esportes, como o futebol, ocorreu concomitantemente à inovação dos meios pelos quais a identificação nacional passou a ser expressada, os quais incluíam também a comunicação de massa, a imprensa, o cinema e o rádio.

Segundo Hobsbawm, no período entreguerras, o esporte como um espetáculo de massa transformou-se numa sucessão constante de disputas entre times, simbolizando Estados-Nações, e que atraía cada vez mais pessoas. Os confrontos simbolizavam a complexidade desses Estados, da mesma forma que a rivalidade amistosa entre suas nacionalidades reforçava o sentimento de unidade (HOBSBAWM, 1991). A institucionalização de disputas regulares provia um escape para as tensões locais e nacionais, as quais pretendiam ser dissipadas nas simbólicas batalhas que eram os jogos de futebol (VASCONCELLOS, 2008).

A grande especificidade do futebol, portanto, é que na maioria dos Estados ele consegue se desenvolver no espaço nacional de forma ampla e coesa, garantindo assim o caráter de identificação da população com o esporte. Pelo fato de existirem ricas diferenças entre a maneira de se jogar em cada país, além de outros símbolos que tornam cada seleção nacional única, o futebol é capaz de construir modelos de identidade de uma nação. Mais do que onze figuras em campo, os jogadores são considerados representantes de um Estado, dos anseios e desejos nacionais, dos medos e desconfianças em relação aos outros países (VASCONCELLOS, 2008). Logo, isso justificou a aceleração da sua utilização como instrumento político, que inicialmente era observável apenas em nível informal, porém com o passar dos anos e de forma intensa foi afetando também o nível da política institucional. Políticos e governantes, independentemente de sua matriz ideológica, perceberam a imensa capacidade que o futebol tem de mobilizar sentimentos coletivos, sejam eles grupais, regionais ou nacionais, e assim passaram a utilizá-lo com maior frequência como ferramenta política (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Um caso histórico e bastante simbólico que evidencia esse fenômeno é o do futebol espanhol, principalmente durante o regime do ditador Francisco Franco. Com o fim da guerra civil espanhola (1936-1939), Franco tentou impor à sociedade uma uniformidade que pudesse superar a profunda divisão territorial e social da Espanha dos anos anteriores. Como medidas restritivas, por exemplo, houve a proibição do ensino e do uso político das línguas regionais em detrimento da defesa do castelhano, o idioma oficial. Isso afetou principalmente as regiões do País Basco e da Catalunha, as quais sempre tiveram tendências e lutas separatistas em relação ao governo espanhol (FRANCO JÚNIOR, 2007). O futebol espanhol também acabou sendo muito afetado por tais medidas. Desde suas respectivas fundações, os clubes espanhóis tinham claras identificações políticas, tanto favoravelmente ao governo central de Madrid e à coroa espanhola,

como é o caso do Real Madrid, quanto servindo de oposição ao centralismo do governo, como é o caso do FC Barcelona (AGOSTINO, 2002).

O “Barça” – como o Barcelona se popularizou entre torcedores – aproximou-se claramente da identidade catalã. Foi em meio à radicalização política em que a Espanha se encontrava, principalmente durante a Guerra Civil, que o time assumiu importante papel como um dos pilares da resistência republicana. Porém, com Franco no poder, o Barcelona sofreu intervenção estatal e os símbolos de resistência foram banidos (AGOSTINO, 2002). Assim, o clube catalão tornou-se o maior símbolo antifranquista na época. Seu estádio, o Camp Nou, inclusive serviu de refúgio aos sentimentos nacionais proibidos. Era somente nesse local que os catalães, na época, se sentiam livres para gritar ofensas ao governo central e cantar hinos em sua língua-mãe, já que estavam todos unidos pela causa republicana e separatista (GALEANO, 2004). Até os dias de hoje, a camisa, o hino e a bandeira encarnam tradições profundas, que se expressam nos campos de futebol, mas são oriundas da história de uma comunidade inteira. Para os catalães, o Barcelona é mais que um time, é um símbolo da longa luta pela afirmação nacional contra o centralismo de Madrid (AGOSTINO, 2002).

Não foi apenas a oposição, contudo, que se utilizou do imenso poder simbólico e de mobilização do futebol. O exemplo mais emblemático disso foi o Real Madrid, o qual era considerado o time modelo da Espanha de Franco, absorvendo características importantes do ponto de vista do Estado franquista. Somente na época, a equipe madrilenha ganhou quatro campeonatos da Liga espanhola, cinco Copas da Europa e uma intercontinental, ou seja, tinha uma visibilidade imensa em todo o continente. O Real Madrid disputava jogos nas mais variadas localidades, e sempre impressionava com a performance do time. Portanto, a ditadura de Franco acabou encontrando uma insuperável embaixada ambulante, cuja popularidade e sucesso esportivo ajudaram o país isolado do restante do mundo a se afirmar no cenário europeu e mundial (GALEANO, 2004).

Devido ao fato de Barcelona e Real Madrid representarem polos políticos e identitários opostos, as partidas entre esses dois times até hoje são repletas de simbolismos e, desde a ditadura franquista, são consideradas um dos maiores clássicos do futebol moderno (FRANCO JÚNIOR, 2007). Como exemplo da importância desse evento futebolístico, pode-se analisar as partidas que ocorreram no encerrar da ditadura espanhola, outro momento em que o futebol assumiu a postura de catalisador da identidade catalã. Em 1974, o Barcelona venceu o Real

Madrid por um placar de 5X0, o que serviu de revanche para uma anterior goleada dos madrilenhos sobre o time catalão. Esse jogo representou simbolicamente mais do que uma partida, pois mesmo que a história oficial seja de que o estopim para a transição de regime na Espanha tenha sido o assassinato do Almirante Carrero Blanco, em dezembro de 1973, o confronto futebolístico em Madrid é tido como um verdadeiro marco da mudança política espanhola, já que pela primeira vez um time de oposição ao governo venceu o Real Madrid por um placar tão alto e dentro de seu próprio estádio (AGOSTINO, 2002).

Além dessa grande proximidade entre identidade nacional e clubes de futebol, observada na Espanha até os dias de hoje, essa conexão também ocorre entre o futebol e crenças religiosas. O caso mais famoso pode ser observado em Glasgow, na Escócia, onde as tensões históricas entre católicos e protestantes sempre são retomadas no clássico embate entre os times Celtic e Ranger, conhecido como *Old Firm*. O *Celtic Football Club* foi constituído na Igreja de St. Mary pelo irmão marista Walfrid Kerins, em novembro de 1887, com a finalidade de aliviar a pobreza no leste de Glasgow. A partir da popularidade que assumiu na cidade, foi patrocinado pelo Arcebispo de Glasgow, e tal afiliação religiosa fez com que o clube se tornasse desde o início uma representação política, principalmente para os imigrantes irlandeses na Escócia e pelos escoceses católicos. Essa identidade político-religiosa do Celtic gerou, por sua vez, uma reação dos grupos tradicionais protestantes e anticatólicos, tendo o Rangers FC incorporado e catalisado esses sentimentos de rivalidade à época, característica que se mantém até hoje (AGOSTINO, 2002). Apesar da diminuição das tensões que causavam o embate entre as duas religiões na Escócia, estas permanecem vivas dentro dos estádios quando os dois times se enfrentam, independentemente do campeonato. Pela atmosfera das torcidas, percebe-se o quão latente ainda é o conflito entre elas e suas distintas crenças religiosas, visto que as massas mantêm seus cantos que evocam rixas religiosas históricas e até mesmo massacres (FOER, 2005). Assim sendo, o caso do sectarismo religioso no futebol escocês é similar ao caso do Barcelona, em termos do futebol incorporar questões externas: ao assumir a identidade de torcedor do Celtic ou do Ranger, involuntariamente o indivíduo se insere num grupo, que irá torcer pelo time quase como se fosse uma paixão nacional.

Justamente pelo fato do futebol sendo um grande catalisador de nacionalismos e sentimentos de pertencimento, sua utilização como ferramenta política para controle e manipulação popular teve aceitação ampla em diversos momentos da história. Lançando mão da

proximidade entre os elementos futebol e pátria, com frequência os políticos e ditadores exploram diretamente ou indiretamente esses vínculos de identidade (GALEANO, 2004). Os governos autoritários foram, em busca de legitimação, aqueles que mais recorreram ao futebol. Muitos privilegiaram a seleção nacional, símbolo da unidade pretendida pelo regime, e foi essa uma das políticas adotadas pelos governantes de extrema direita europeus (FRANCO JÚNIOR, 2007). Mais tarde, foi também o que os governos militares do Brasil, Argentina e Uruguai utilizaram para angariar certa popularidade, demonstrando o quanto essa prática foi utilizada de forma recorrente na história. No entanto, a fim de introduzir e compreender o crescimento da importância da instrumentalização política do esporte, vale analisar como primeiro caso a Copa do Mundo da Itália de 1934, sob o governo de Mussolini.

Desde quando Benito Mussolini chegou ao poder na Itália, os fascistas se aproveitaram de toda a força que o espetáculo esportivo poderia vir a representar, promovendo diversas possibilidades de ritualização da fidelidade nacional e da legitimação do governo. Esse interesse pelo esporte também se deve à valorização que a ideologia fascista pregava pela cultura física e preparação militar. Mesmo que no início do regime fossem valorizados outros esportes, o futebol sofreu igualmente a ingerência do Estado (AGOSTINO, 2002). Percebendo as possibilidades políticas do futebol, exatamente após a grande repercussão e êxito do primeiro Mundial, em 1930 no Uruguai, Mussolini trouxe a Copa do Mundo para ser disputada na Itália em 1934. O Estado fascista, notando toda a dimensão que o futebol podia alcançar e sua potencialidade em torno da mobilização nacional, percebeu que teria muito a ganhar, já que o futebol valorizava também o culto da força e do combate (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Por meio de um imenso esquema propagandístico elaborado pelo governo, cada disputa da Seleção Italiana era representada como uma guerra ritualizada em que a presença dos emblemas nacionais – no uniforme, bandeira, hino – e o próprio Mussolini ganhavam posição de destaque. O ditador assistiu a todas as partidas, comemorando cada vitória dos camisas-negras, como foram apelidados os jogadores da seleção nacional, em similaridade com o nome das milícias fascistas do governo. Ademais, muito se especulou sobre subornos a árbitros e discursos de certa forma ameaçadores aos jogadores, que deveriam "vencer ou morrer" para que a Itália fosse campeã. Com a vitória italiana, houve um fortalecimento da imagem de uma nação forte e preparada para enfrentar os inimigos. Para o regime, o êxito esportivo e sua potencialidade

propagandística criavam mais uma vez uma ocasião imprescindível para ritualizar a fidelidade nacional e exaltar seus valores (AGOSTINO, 2002).

Além do aproveitamento do prestígio gerado pelo Mundial, os fascistas e outros governos no período entreguerras também se aproveitaram dos amistosos futebolísticos para promover uma política de aproximação com outros regimes, ampliando o campo das relações internacionais para além dos mecanismos tradicionais da diplomacia. Para muitos, um jogo de futebol poderia valer mais do que qualquer tentativa de conversas diplomáticas promovida pela Liga das Nações (VASCONCELLOS, 2008). Um dos exemplos foi da Alemanha nazista de Hitler, que também buscou a projeção interna e externa que o futebol propiciava, utilizando-se da prática esportiva como fator de aproximação internacional. Com isso, visava romper o isolamento cultural que alguns países haviam imposto, em um esforço diplomático-esportivo parecido com o de Mussolini. Os alemães inclusive disputaram uma partida histórica na Inglaterra, que rendeu múltiplas conotações políticas à relação entre os dois países. Além disso, a Olimpíada de 1936, realizada em Berlim, contou com grande investimento estatal, e teve o futebol pela primeira vez incluído nos esportes disputados. Mesmo com vitórias em outros esportes, a Seleção Alemã de futebol deixou a desejar e não conseguiu a medalha de ouro (AGOSTINO, 2002).

Do outro lado do espectro político, a União Soviética também se utilizou do futebol como instrumento político, já que o esporte era um dos mais populares do país desde sua introdução pelos ingleses. Havia um debate interno questionando se o jogo poderia ser um desvio burguês ou um artifício importante no sentido de fortalecer as relações de boa vizinhança entre o governo bolchevique e outros países. Dessa forma, o futebol foi, mais uma vez, utilizado como estratégia de aproximação diplomática. Os times locais também ganharam apoio do Estado, sendo que muitos eram fundados por membros de polícias secretas e de alto escalão (LEITE JÚNIOR, 2018). No entanto, com a Guerra Fria, o futebol soviético acabou perdendo esse espaço internacional de intercâmbio com o ocidente e foram banidos os termos ingleses do esporte, adotando expressões nacionais e criando um novo vocabulário futebolístico no país.

Foi somente com a flexibilização da Guerra Fria que o cenário foi mudando e os times soviéticos voltaram a jogar contra adversários ocidentais. Um episódio marcante no que se refere à conexão entre política e esporte por parte dos soviéticos ocorreu em 1974, na disputa eliminatória para o Mundial. A Seleção Soviética teria de jogar contra o Chile, porém, depois de um empate de 0X0 em Moscou, a delegação soviética decidiu não comparecer à partida de volta

em Santiago, afirmando que tinha indisposições políticas com o governo ditatorial de Pinochet (AGOSTINO, 2002).

Na base de todos esses usos do futebol, autoritários ou democráticos, há sempre um mesmo elemento, o nacionalismo. O futebol nasceu em ambientes bem restritos (escolas e universidades inglesas), mas conforme ultrapassava esses limites, era influenciado pelo ambiente global de forte nacionalismo da segunda metade do século XIX. Posteriormente, o futebol serviu também como substituto para conflitos e foi terreno de rivalidades acirradas, sendo capaz de transformar-se, às vezes, em guerra. Foi o que ocorreu em 1969, na Guerra do Futebol entre Honduras e El Salvador, dois países centro-americanos que há mais de um século vinham acumulando rancores mútuos (FRANCO JÚNIOR, 2007). O governo hondurenho por muitos anos acusava imigrantes ilegais salvadorenhos de se apropriarem de terras fronteiriças. O clima político estava tenso quando se deu a primeira disputa por uma vaga na Copa de 1970. Houve brigas, alguns mortos e diversos feridos. Na semana seguinte, os dois países romperam relações diplomáticas. Honduras expulsou cem mil camponeses salvadorenhos, que trabalhavam nos plantios e colheitas daquele país, e tanques salvadorenhos atravessaram a fronteira entre os dois países. A guerra durou uma semana e matou quatro mil pessoas (GALEANO, 2004).

Por fim, vale analisar o caso do confronto tanto político quanto futebolístico entre Croácia e Sérvia nos anos 1990. Nos Balcãs, os sentimentos nacionalistas estavam latentes na década de 1990 e, conseqüentemente, tais sentimentos transbordaram para o campo de futebol. Juntamente com a morte de Tito, presidente da Iugoslávia desde 1945, o país perdeu também o sentimento de pertencer a uma nação (WILMER, 2002). Dessa forma, ressurgiram as identidades étnicas e nacionalistas em todo o território, comprometendo a aspiração de recriar um senso de identidade e sustentando o conflito entre as diversas nacionalidades (OBERSCHALL, 2010). Conseqüentemente, com a ascensão de Slobodan Milosevic como representante da República Iugoslava da Sérvia, houve um aumento da retórica etno-nacionalista com a intenção de expandir o poder sérvio dentro da Iugoslávia, discurso alimentado por intensa propaganda (DEATH... 1995). Como algumas das Repúblicas estavam descontentes com esse desfecho, estas proclamaram a independência, todavia não impediram um conflito violento e desastroso que mancharia a história de sua região. Em 1991, uma nova guerra foi travada pela Sérvia contra a Croácia, que também pleiteava a independência (AGOSTINO, 2002).

O futebol entrou nesse cenário ao desempenhar um papel maior do que um reflexo dessas inquietações políticas e sociais, servindo também como assimilador de nacionalismos e etnias. Para os sérvios, torcer para o Estrela Vermelha ou para o Partisan, clubes de Belgrado, era cultivar sua autonomia cultural (FOER, 2005). Por ser um jogo que enfatiza as noções de oposição e rivalidade, o esporte serviu para potencializar esses sentimentos conflitantes e efervescer o cenário do nacionalismo na fragilizada Iugoslávia (ALMEIDA, 2012). O principal exemplo foi o jogo entre o Dínamo de Zagreb e o Estrela Vermelha, disputado em Zagreb, em maio de 1990, pouco antes do início da guerra. A partida, que muitos consideram ser um dos estopins do conflito entre croatas e sérvios, teve de ser interrompida, pois ao longo do dia uma violência em grande escala tomou conta da cidade, envolvendo milhares de pessoas e as forças policiais. Dentro de campo, o capitão do time croata Zvonimir Boban atacou um policial pois estava convencido de que a polícia estava tomando atitudes violentas em relação aos torcedores do seu time. É importante observar que a percepção principal entre os croatas era de que a polícia representava um domínio sérvio sob outros grupos étnicos (SACK; SUSTER, 2000).

Dessa forma, fenômenos nacionalistas possuem uma relação muito próxima com o fervor e a paixão que movem populações pelo esporte. Hobsbawm (1991) identifica que a arena futebolística é a que apresenta a maior identificação da população com a nação da qual faz parte. Essa relação é percebida nos mais diversos episódios da história, e todos os casos citados nessa seção se enquadram de uma forma ou outra nessas características. Ademais, a instrumentalização política do futebol decorre justamente dessa forte conexão entre a popularidade do esporte, fenômenos nacionalistas e simbolismos que permeiam o universo futebolístico. Como veremos no decorrer deste trabalho, a política interna e externa dos países, e mais especificamente das ditaduras latino-americanas, fez uso desse esporte para alcançar objetivos próprios. Na próxima seção, abordaremos as fortes relações entre futebol, relações exteriores e ganho de prestígio internacional.

2.2 O FUTEBOL E O *SOFT POWER*

O futebol não é apenas utilizado em momentos de conflito e acirramento de sentimentos nacionalistas ou religiosos, pois também é uma ferramenta diplomática que passa a ser utilizada pelos Estados com maior frequência no passar dos anos. No momento em que os

governos reconhecem a esfera esportiva como causadora de impacto na comunidade internacional e, por conseguinte, na corrente conjuntura sistêmica e no equilíbrio de poder, eles passam a inseri-la em sua agenda de política externa. Isso se dá pois o esporte se configura como agente de auxílio na inserção e consolidação do país no sistema internacional, como nos exemplos a serem analisados. São apontados os casos presenciados no decorrer das décadas de Guerra Fria, principalmente aqueles ocorridos nos regimes ditatoriais da América do Sul entre as décadas de 1970 e 1980, tema da análise do próximo capítulo. Também será ilustrada a influência estatal requerida na escolha do país a sediar a Copa do Mundo, e a atual mudança geopolítica no sistema, com a ascensão dos BRICS e principalmente da China. Assim, um dos meios políticos a que o esporte serve de instrumento é sua direta utilização na política externa de governos nacionais. Para melhor compreender esse panorama, será introduzido o conceito de *soft power*, abordado por Joseph Nye Jr. e que possui inúmeras correlações com a temática esportiva.

A conceituação mais aceita de poder nas Relações Internacionais é de que poder é a habilidade de afetar o outro e seu comportamento, a fim de obter os resultados desejados e, diretamente, a habilidade de influenciar os outros para obtê-los, podendo ser por meio de coerção, indução e cooptação (NYE, 2004). A partir disso, Nye (2004, p. 5) divide o poder em dois tipos: o *hard power* (coagir ou induzir) e o *soft power* (capacidade de cooptar). Esses conceitos inicialmente foram utilizados visando a sua utilização pela figura dos Estados, mas aplicam-se a diversos atores no cenário internacional. Enquanto o *hard power* tem suas bases em ameaças, principalmente sob o ponto de vista econômico e militar, o *soft power* utiliza mais a persuasão do que a força, incluindo valores ideológicos e atração cultural. Para Nye (2004, p. 6), o *soft power* não é somente influenciar e persuadir, mas também atrair, e a atração leva muitas vezes à aquiescência. *Hard* e *soft power* trabalham com a habilidade de afetar o comportamento dos países a fim de obter ganhos próprios e satisfazer suas finalidades. A diferença entre os dois é a variedade de maneiras possíveis que o país tem de obter os resultados desejáveis. O país pode ordenar, ameaçar, forçar, induzir o outro a fazer o que ele quiser por meio do poder econômico, e restringir ao que o outro país tem acesso, ao mesmo tempo em que pode recorrer para o sentimento de atração, cooperação, e valores compartilhados (NYE, 2004).

As fontes de *soft power* de um país são inúmeras, mas as principais, de acordo com Nye (2004, p. 11) são: a cultura – em lugares onde ela é atrativa para os outros; os valores políticos – praticados tanto internamente quanto externamente; e a política externa – quando vista

como legítima e havendo uma autoridade moral. Pode-se perceber através da história que o *soft power* pode ser alcançado por meio da cultura, mídia, arte, atos de caridade (ajudas humanitárias), e sobretudo por meio do esporte. O esporte pode ser considerado uma prática tanto inclusiva quanto competitiva e pode facilitar o diálogo e a compreensão entre as nações, influenciando e promovendo relações diplomáticas. Devido a essas características do esporte como um todo, o futebol se insere nesse meio e desempenha um papel cada vez mais importante na diplomacia (GARCIA, 2015).

Por deter a capacidade de capturar a atenção de milhões de pessoas, o futebol torna-se um veículo importantíssimo de propagação de *soft power* por parte dos países. É complicado mensurar o nível de eficiência do futebol como ferramenta de *soft power*, devido ao caráter subjetivo e difuso deste em relação ao seu conceito e instrumentalização. Entretanto, as ramificações políticas no esporte são claras. No futebol, principalmente, torna-se difícil negar a facilidade com que interesses, identidades, modismos, marcas e aspectos culturais se difundem. Quando se verifica a existência de uma variável tal como o prestígio, ou apreço cultural, torna-se possível verificar o maior interesse de determinados países aos resultados positivos do *soft power*, percebendo-se a execução de itens de suas agendas políticas a partir da facilitação das relações culturais (AMAZARRAY, 2011).

Os megaeventos esportivos, e acima de tudo a Copa do Mundo FIFA e os Jogos Olímpicos, têm se tornado uma das principais fontes de ganho de *soft power* esportivo. Por meio da massiva exposição midiática que esses eventos fomentam, eles se transformam em uma plataforma ideal para exibir a cultura e imagem do país-sede para o resto do mundo, tendo a possibilidade de aumentar seu prestígio e capacidade de atração internacional (GRIX; LEE, 2013). Há também, com a realização de tais eventos, resultados importantes que agradam os países-sede, tais como o ressurgimento ou intensificação de um sentimento ideológico-nacionalista da população, a movimentação da economia e a intensificação do turismo (PIZARRO, 2017).

Dessa forma, é interessante para o Estado associar seu nome à organização de um evento desportivo, o que por sua vez lhe garante maior credibilidade. A FIFA tem influência indubitável na estrutura internacional e é uma das mais importantes Organizações Internacionais ligada ao esporte como um todo. Isso propicia uma maior credibilidade a suas ações e a permite ser capaz de influenciar diretamente a estrutura internacional, já a partir da sua formação em

1904 (AMAZARRAY, 2011). É composta por 209 associações, sendo que, destas, 23 não são reconhecidas como Estados pela ONU. Dentre elas, vale destacar Hong Kong, Kosovo e Palestina. O reconhecimento da FIFA de alguns países ou territórios cuja soberania não é totalmente afirmada pela ONU se deve à priorização, pela Organização, de identidades culturais e princípios de autodeterminação (OLIVEIRA, 2014). O caso mais relevante desse fenômeno é, sem dúvida, a Palestina. Mesmo fora da tutela da FIFA durante cinco décadas, disputando apenas torneios regionais sem o reconhecimento da entidade, no ano de 1998, quando se organizou a federação local, os palestinos acabaram sendo aceitos pela Organização. Dois anos depois, a Palestina estreou no qualificatório para a Copa da Ásia 2002 (VASCONCELLOS, 2008).

Há também outras atitudes da FIFA que corroboram sua boa visibilidade perante outros atores. No período que vigorava a lei racial discriminatória do *Apartheid* na África do Sul, o instrumento de boicote surgiu como uma arma potente contra o país e sua política segregacionista, fazendo com que este fosse banido de organismos esportivos (como a FIFA e o Comitê Olímpico Internacional) e impedido de participar de quaisquer competições internacionais entre 1961 e 1992. Pode-se dizer inclusive que essas e outras sanções ao país africano levaram gradativamente à ruína do sistema de *apartheid* e seu consequente desmantelamento, em 1994 (VASCONCELLOS, 2008). O discurso pela paz também se observou na histórica partida entre Estados Unidos e Irã, válida pela fase de grupos da Copa do Mundo de 1998. Por mais que se encontrassem em conflito ideológico e diplomático, o resultado do jogo foi uma rara demonstração de respeito e espírito esportivo viabilizada pelos respectivos governos e times nacionais, provando que a preocupação e temor entre organizadores e a mídia internacional foram desnecessários (VIANA, 2008).

Além disso, o *soft power* passou a ser necessário quando os custos e riscos, sejam políticos ou econômicos, de se utilizar de uma abordagem coercitiva se tornam arriscados. Após a Segunda Guerra Mundial, e com a criação da ONU, ficou cada vez mais difícil para um Estado empregar tais meios para atingir seus objetivos políticos. Assim, em épocas de atenuação de conflitos militares, é esperado que haja um acirramento de outras tensões entre nações e suas populações, seja no campo social, político ou esportivo (OLIVEIRA, 2014). Com o advento da Guerra Fria, isso se tornou muito perceptível, já que os EUA e a antiga União Soviética tinham uma longa história de uso governamental e manipulação do esporte para usos diplomáticos. Ambos os países empregaram amplamente o esporte e suas competições na rivalidade ideológica,

como meio de atrair países para os respectivos campos e de fortalecer vínculos com seus aliados (VASCONCELLOS, 2008). O futebol, devido à popularidade de que era objeto, também foi alvo dessa rede de influência, tanto soviética quanto norte-americana (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Dessa forma, as novas tensões são transportadas para o campo dos esportes. Com o mundo dividido em dois blocos, o esporte transformou-se em arma de guerra ideológica, como se cada partida equivalesse a uma disputa entre os projetos políticos dos países que se encontravam em campo. Novamente era percebido o valor que o esporte pode ter como ferramenta de incremento de *soft power*, em termos de promoção nacional e de valores políticos. O prestígio, em tempos de Guerra Fria, se relacionava à vitória (AMAZARRAY, 2011). Durante as disputas o confronto direto entre representantes de nações representava, de certa forma, qual dos países era superior ao outro (OLIVEIRA, 2014).

Vale destacar, como exemplo dessa Guerra Fria futebolística, o caso da Copa do Mundo de 1954, realizada na Suíça. Na competição, participava a Seleção da Hungria (pertencente ao bloco soviético), cujo futebol impressionava o mundo pela dinamicidade na organização tática e pela longa sequência sem derrotas, além de contar com um dos principais jogadores na época, Ferenc Puskas. Durante a Copa, quando seleções dos blocos opostos disputavam uma partida, como por exemplo a partida da Final entre Hungria e Alemanha Ocidental, a mídia tratou o embate como o confronto entre capitalistas e socialistas, e dentro de campo a partida foi marcada pela exaltação de nacionalismos (FRANCO JÚNIOR, 2007). O futebol também se tornou palco paralelo das disputas políticas que aconteciam no cenário internacional no panorama latino-americano, já que os Estados Unidos necessitavam aumentar a influência que exerciam sobre os governos do continente para que a ameaça comunista fosse contida e a perpetuação do capitalismo acontecesse (LUIZ, 2017). Mais detalhes sobre essa forte correlação entre futebol, governos militares latino-americanos e política externa serão analisados no próximo capítulo.

Com o fim da Guerra Fria e do bipolarismo, houve maior interesse por parte dos Estados em se utilizar do esporte como ferramenta de política externa (GARCIA, 2015). De acordo com Jonathan Mclory (2012), do *Institute for Government*, o *soft power* é cada vez mais uma parte essencial da política externa dos países no mundo multipolar, alterando suas prioridades, políticas, mensagens e alocação de recursos. Houve uma crescente participação de grupos empresariais e dos Estados, ao buscarem e realizarem investimentos para sediarem os eventos (VASCONCELOS, 2008). Os governantes dos países, ao sediar esses eventos,

conscientemente sabem das oportunidades de construir, modificar e projetar sua imagem internacional com o propósito de aumentar sua influência no mundo (OLIVEIRA, 2015).

À vista disso, não somente as potências tradicionais buscam se adaptar a esse novo paradigma, mas cada vez mais países emergentes se dedicam a reverter ganhos econômicos e esportivos em influência global mais significativa. No caso da China, potência ascendente nos últimos anos, o cenário esportivo vem se consolidando com força. Mesmo que sua seleção de futebol masculina não tenha grande expressão e só tenha participado uma vez da Copa do Mundo, em 2002, o seu atual presidente Xi Jinping expressou o empenho do Estado chinês em desenvolver o futebol. O chefe de Estado já admitiu, inclusive, ter “três sonhos da Copa do Mundo”: participar da Copa, sediar a Copa e ser campeão do mundo de futebol (TAN et al., 2016, p. 9). A fim de concretizar essa idealização, foi lançado em 2016 o chamado Plano de Desenvolvimento do Futebol a Médio e Longo Prazo (2016-2050), um projeto ambicioso que pretende fazer da China uma potência do futebol mundial em 30 anos, tendo uma abrangência que envolve desde o sistema educacional, passando pelo estímulo à prática do futebol como questão de saúde pública, até o objetivo de promoção de intercâmbio cultural e diplomático com outras nações. O objetivo, com essa proposta, é de fazer do futebol o propulsor para o desenvolvimento da indústria esportiva chinesa (RODRIGUES; LEITE JÚNIOR, 2018).

O sonho chinês e de seu presidente também podem ser consideradas estratégias geopolíticas do país, como o próprio plano atesta, para ganhar *soft power*. A experiência chinesa com os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008 serviu como principal referência para esse investimento, pois por meio deles a China foi capaz de mostrar ao mundo o seu desenvolvimento e conseguiu transmitir uma imagem de potência mundial tanto econômica quanto esportiva. Ao exibir uma nação altamente moderna, eficiente e próspera, o país buscou não apenas o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais, como também o desenvolvimento do turismo (RODRIGUES; LEITE JÚNIOR, 2018).

Inclusive, em relação aos Jogos Olímpicos de Pequim e o contexto geopolítico, vale notar que novos países estão sendo escolhidos como sede de megaeventos esportivos dos anos 2000 em diante. As economias emergentes do Brasil, da Rússia, da Índia e da África do Sul também são exemplos desse fenômeno pelo qual a China passou. Tais países fazem parte do grupo que ficou conhecido como BRICS, consolidando seu reposicionamento no cenário econômico global, especialmente no que diz respeito à influência geopolítica. Consequentemente,

isso se verificou no contexto esportivo. Pequim, a capital chinesa, recebeu os Jogos Olímpicos em 2008 e vai organizar os Jogos de Inverno em 2022. A Índia promoveu os Jogos da *Commonwealth* em 2010, em Deli. No mesmo ano, a África do Sul se tornou o primeiro país africano a sediar a Copa do Mundo FIFA, propiciando um dos maiores símbolos do fim do *apartheid* e um sentimento de irmandade coletiva (OLIVEIRA, 2015). Em um período de dois anos, o Brasil foi anfitrião dos dois maiores megaeventos esportivos do planeta: a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. A Rússia, por fim, organizou os Jogos Olímpicos de Inverno de 2014 em Sochi e recebeu a Copa do Mundo FIFA, em 2018 (RODRIGUES, LEITE JÚNIOR, 2018).

Com relação à Rússia e à realização dos dois megaeventos, também é possível verificar o saldo positivo que a organização dos torneios trouxe para o país e para seu presidente Vladimir Putin. Devido ao desejo de aumentar seu prestígio internacional, pode-se dizer que a Rússia preza pelo ganho de *soft power* cada vez mais, e essa crescente aderência ao *soft power*, segundo Sofia Bogdanova (2014), se tornou a nova filosofia da política externa russa. Antes da Copa de 2018, a imagem do país estava desgastada internacionalmente, associada à instabilidade, corrupção, agressividade e violência. Os comentários de quem esteve presente no país ao longo da competição, entretanto, evidenciam o sucesso da estratégia de Putin, que conseguiu construir uma imagem positiva da nação que lidera (RODRIGUES; LEITE JÚNIOR, 2018). No entanto, devido a escândalos recentes de *doping*¹ envolvendo atletas russos, a Corte Arbitral do Esporte banuiu a Rússia de utilizar seu nome, bandeira e hino em qualquer evento esportivo profissional até o ano de 2022. Atletas e times russos ainda poderão competir, mas sob bandeira neutra. Dessa forma, o veto se estende às Olimpíadas de 2021, à Copa do Mundo de 2022 e às Olimpíadas de Inverno do mesmo ano (JORNAL DO COMÉRCIO, 2020). Esse fato acaba prejudicando a imagem nacional russa, que tinha sido valorizada em 2018, e também sua busca por prestígio internacional através de sucessos esportivos.

O Catar é outro bom exemplo do uso do futebol como instrumento de *soft power*. Em 2022, o país irá sediar a primeira Copa do Mundo FIFA da região árabe, fazendo com que o emirado esteja no centro das atenções do futebol mundial desde que a escolha foi concretizada. A candidatura catari se inseriu dentro de um plano estratégico do país, que desde 2008 busca

¹ O *doping* no esporte corresponde ao uso proposital ou não intencional por um atleta de substâncias proibidas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) que estimulam o crescimento muscular ou melhoram o rendimento e resistência física (SPORTIVE, 1998)

construir uma nova imagem internacional, a fim de desassociá-la das suspeitas de financiamento a grupos terroristas. Com isso, o país busca estabelecer-se como uma referência de modernidade em sua região e de competitividade no mercado global. O emirado vê no aumento de sua presença internacional uma forma de reconhecimento e legitimidade, servindo essencialmente como um mecanismo de defesa e proteção perante à vizinhança. Além disso, o Catar pretende se tornar um centro turístico de referência, como forma de diversificar sua economia. É nessa estratégia mais ampla de *soft power* que se inserem as políticas desportivas do Catar, como o investimento maciço em clubes de futebol tanto locais quanto internacionais – a exemplo do Paris Saint-Germain² – e na propaganda e divulgação do Mundial de 2022 (BRANNAGAN; GIULIANOTTI, 2018; DORSEY, 2015).

Portanto, em linhas gerais, o esporte e o futebol são uma ferramenta viável e importante para promoção nacional no cenário internacional e no apoio à consolidação das identidades nacionais e ideológicas. O âmbito esportivo tem a capacidade de atrair os interesses e as preferências de outros povos e Estados, e a excepcional capacidade de promover a cooperação internacional. Assim, a utilização de megaeventos esportivos como ferramenta de ganho de *soft power* pelos países vem sendo cada vez mais visível internacionalmente, comprovando o efeito que tais eventos têm na propagação de valores políticos e culturais, na legitimação de ideologias e regimes, e na atração de interesse de diversas pessoas ao redor do mundo (OLIVEIRA, 2014). Além disto, crê-se que o paralelo estabelecido entre o período de confronto político-ideológico durante a Guerra Fria e o esporte mais praticado no planeta é passível de análise e pode auxiliar no entendimento de múltiplas questões histórico-sociais em variados contextos. Tudo isso é de extrema relevância para se compreender o próximo capítulo deste trabalho, no qual será abordada a comparação entre os governos civis-militares do Brasil, da Argentina e do Uruguai no que se refere à utilização do futebol e de suas competições internacionais como ferramenta política.

² O clube francês Paris Saint-Germain é um dos clubes mais populares da Europa, e desde 2011 pertence à QSI (Qatar Sports Investment), agência governamental do governo do Catar. A nova gestão do clube pretendia, assim, alçar o PSG para a elite do futebol europeu, já que o clube nunca tivera grande sucesso na Liga dos Campeões da Europa. Para isso, foram realizadas contratações milionárias em jogadores de elite, como o brasileiro Neymar Jr. e o francês Kylian Mbappé. Dessa forma, o sucesso do clube seria um dos eixos da política catari de projeção internacional, envolvendo a criação de uma marca mundialmente reconhecida e a utilização de jogadores famosos como garotos propaganda do governo do Catar (DRUMOND, 2018).

3. A VALORIZAÇÃO POLÍTICA DO FUTEBOL PELAS DITADURAS CIVIS-MILITARES DA ARGENTINA, DO BRASIL E DO URUGUAI

Mesmo sendo de origem inglesa, o futebol ganhou enorme popularidade na América Latina com o passar dos anos. Dentre os Estados onde esse esporte mais se popularizou, encontram-se Brasil, Argentina e Uruguai, cada um em suas devidas proporções. Da mesma forma que outros símbolos culturais, o futebol cresceu nesses países a partir dos subúrbios, pois não exigia qualquer tipo de renda ou acessórios elaborados. Assim, graças à linguagem universal do futebol, imigrantes e jovens locais improvisaram partidas, seja nas canchas de Buenos Aires e Montevideu ou nas praias e terrenos baldios do Rio de Janeiro e São Paulo. Esse esporte estrangeiro foi adquirindo identidade latino-americana na medida em que deixava de ser privilégio de poucos e era inovado pelo povo que o praticava (GALEANO, 2004).

Ao passo que o futebol começou a fazer parte das identidades nacionais desses países, de acordo com sua difusão territorial e popularidade, a partir dos anos 1930, formaram-se jogadores e equipes profissionais, que conquistaram apoiadores rapidamente. Com isso, e como já observado anteriormente, o futebol acabou se tornando alvo de interesses dos governantes e da política local. Porém, foi no contexto da Guerra Fria e da instauração das ditaduras civis-militares do Cone Sul, entre as décadas de 60 e 70, que isso se tornou mais evidente. Tais governos foram extremamente repressivos a quaisquer formas de subversão, e verificou-se a ausência, dentre inúmeros fatores, dos direitos humanos e políticos. Nesse cenário, o esporte foi utilizado fortemente tanto como agente de auxílio na inserção e consolidação do país no sistema internacional, quanto como ferramenta para a valorização política interna dos regimes, e isso pode ser observado a partir de várias questões. Dentre elas, vale ressaltar a participação das respectivas seleções nacionais em megaeventos esportivos como a Copa do Mundo FIFA (VIANA, 2008).

Portanto, este capítulo busca abordar e comparar os casos das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Uruguai no que se refere à instrumentalização política do futebol e de que forma isso foi intensificado durante os períodos de grandes competições esportivas. A fim de se comparar corretamente os três casos, serão utilizados os princípios estabelecidos pelo método comparado, principalmente de acordo com Sartori e Morlino (1994) e Przeworski e Teune (1970).

Considera-se, a partir destes autores, que dentre casos de máxima semelhança, devem-se buscar variáveis que possam ser exceção à regra. Ou seja, em países com estruturas e história política semelhantes como são Brasil, Argentina e Uruguai, o método comparado deve ser utilizado para delimitar variáveis em que se observe alguma diferença entre os casos, para dessa forma verificar se uma generalização – forma de se utilizar futebol como instrumento político – corresponde com os casos aos quais se aplica.

A partir da escolha desse método de análise, esta pesquisa busca compreender como os governos civis-militares brasileiro, argentino e uruguaio agiram ao promover o futebol como símbolo nacional e de que forma isso se intensificou em momentos diferentes em competições esportivas. O primeiro subcapítulo aborda a apresentação das variáveis a serem comparadas, juntamente com uma explicação de como funciona o método comparado e o motivo da escolha de tais elementos para confrontação. Nos seguintes subcapítulos, serão apresentados os casos individuais de cada país. Iniciando pelo caso da ditadura militar brasileira, o segundo subcapítulo introduz o contexto ditatorial do Brasil e analisa como se desenrolaram os acontecimentos referentes à vitória da seleção nacional na Copa de 1970, seus antecedentes e consequências para o governo. O terceiro subcapítulo estuda o caso da ditadura militar da Argentina e sua intrínseca relação política com o futebol, principalmente devido à escolha do país para sediar a Copa de 1978 e a consequente vitória da seleção argentina. Por fim, o quarto subcapítulo examina o caso da ditadura militar uruguaia, que também buscou angariar resultados políticos positivos com a instrumentalização política do futebol, por meio da realização da pouco conhecida Copa de Ouro, mais conhecida como Mundialito, em 1980/81.

3.1 APRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS

O método comparado se tornou um dos mais importantes métodos utilizados nas ciências sociais e na ciência política. Consequentemente, é um instrumento válido para se pesquisar e compreender as Relações Internacionais de uma forma coerente e dedutiva. Diversos autores buscaram estudar o método comparativo abordando diferentes nomenclaturas e aspectos teórico-metodológicos, principalmente a partir dos anos 1960 (DA SILVA, 2015). Uma das principais apresentações é introduzida por Przeworski e Teune (1970), que diferenciam duas estratégias comparativas. A primeira, baseada no princípio das variações concomitantes, é

denominada de desenho dos sistemas mais similares (“*most similar systems*”). Neste caso, parte-se do nível sistêmico por inteiro, utilizando-se sistemas que sejam os mais idênticos possíveis em todas as características. As características comuns são consideradas variáveis controladas, enquanto as diferenças são as variáveis explicativas. A segunda estratégia identificada é a dos sistemas mais diferentes (“*most different systems*”), na qual a unidade de análise são amostras de sistemas diferentes e é possível utilizar mais de um nível analítico. Partindo do nível individual, podem ser feitas análises em níveis de subsistemas ou sistemas. Ademais, assume-se que os fatores sistêmicos não explicam a variação e que as populações são homogêneas, a partir do objetivo de eliminar fatores irrelevantes ao explicar a variação (PRZEWORSKI; TEUNE, 1970).

Outro importante autor que debate o tema é Sartori (1994), cuja identificação do método comparativo é dada como uma especialização do método científico em geral. Ele identifica quatro técnicas de verificação utilizáveis nas ciências humanas: os métodos experimental, estatístico, comparado e histórico. Para o autor, comparar implica fundamentalmente encontrar semelhanças e diferenças, e isso pode ser feito por meio do uso da classificação, na qual as categorias devem ser mutuamente excludentes. As estratégias comparativas são escolher os sistemas mais semelhantes ou mais diferentes. Destacam-se, assim, as características e propriedades compartilhadas ou não por entidades, o que serve para verificar ou falsear se uma generalização corresponde aos casos a que se aplica. A visão de comparação de Sartori é utilizada a fim de situar, aprender com as experiências dos outros, para se obter termos de modelação e para se explicar melhor.

Conseqüentemente, conforme Sartori (1994), é preciso estabelecer que uma coisa é claramente comparada a outra em algum aspecto (propriedades e características). Adota-se a melhor estratégia comparativa, seja realçando as similitudes ou as diferenças. Se forem contextos similares, presta-se atenção nas diferenças, mas se forem sistemas diferentes, busca-se analogias. Logo, para o autor, “se comparar não tem uma razão de ser especial, um objetivo específico (além do objetivo geral de explicar), então se pode afirmar que não existe em sentido próprio, uma metodologia da comparação, um método comparado” (SARTORI, 1994, p. 33, tradução nossa).

Dessa forma, neste trabalho buscou-se comparar sistemas mais semelhantes, ou seja, países sul-americanos com governos ditatoriais e sua relação com o futebol, para que se

encontrem e sejam realçadas as diferenças entre eles. As ditaduras militares no Cone Sul, que ocorreram durante a segunda metade do século XX, apresentam diversas semelhanças entre si. É possível afirmar que todas fizeram uso da força para perseguir opositores políticos, outras investiram em grandes obras, e algumas utilizaram certos modelos econômicos para o desenvolvimento nacional. Para isso, é preciso analisar a situação de cada país no que se refere à utilização do esporte como um meio de sustentação no poder e como esse recurso foi procurado.

Portanto, o futebol e suas particularidades tiveram seu papel no contexto militar sul-americano, já que o apelo popular atrelado a esse esporte, e principalmente à Copa do Mundo FIFA, trazia um sentimento de amor à pátria jamais antes presenciado desde as independências políticas no século XIX (VIANA, 2008). Dessa forma, ao serem apresentados os casos da ditadura militar brasileira, argentina e uruguaia para serem comparados com o auxílio de variáveis previamente determinadas, busca-se elucidar esse comportamento político comum, porém diferenciado, entre os governos nacionais escolhidos, para assim compreender como o esporte até hoje está inserido na política e na identidade nacional de tais países.

As variáveis selecionadas para serem analisadas neste trabalho são as seguintes: I) futebol como esporte principal do país; II) governo ditatorial apoiador da seleção nacional; III) valorização política interna e externa de vencer uma Copa do Mundo; IV) realização de megaevento esportivo no país; e V) resultados da vitória de uma Copa para o governo ditatorial. As variáveis utilizadas levam em conta fatores políticos e históricos, além de fatores mais empíricos, como discursos realizados na época e documentos oficiais.

A primeira variável, identificar se o futebol é o esporte principal do país, considera o histórico do esporte em cada localidade, como se popularizou localmente e de que forma isso determinou a sua instrumentalização política realizada pelas ditaduras civis-militares. A segunda variável busca comparar o apoio do governo ditatorial às seleções nacionais e como ele se deu, seja de forma implícita ou explícita, principalmente nos períodos de grandes competições internacionais. A terceira variável leva em conta o contexto internacional de Guerra Fria, e como os três países lidaram com o crescimento da importância de se vencer uma Copa do Mundo.

Por fim, as duas últimas variáveis – realizar um megaevento em território nacional e consequências da vitória esportiva – se referem à identificação da estreita relação existente entre sediar um grande evento de futebol e os consequentes ganhos ou perdas de prestígio internacional e local. Vale notar que, em cada um dos casos analisados, essas variáveis possuem diferentes

interconexões, o que torna a comparação interessante e curiosa, pois comprova as diferenças entre os países no que se refere à forma como a instrumentalização política do futebol se deu e quais suas consequências para os governos civis-militares.

A escolha de tais variáveis se deu após leitura e fichamento de livros, artigos e trabalhos acadêmicos acerca do tema, identificando os principais tópicos possíveis de serem relacionados dentro de cada um dos casos. Após o apuramento de diversas opções, buscou-se escolher um número reduzido porém coerente de variáveis, que deveriam ter uma continuidade entre si e que fossem de fácil compreensão, para assim empenhar-se em responder à hipótese levantada nesta pesquisa. Percebe-se que a primeira variável tem relação com a segunda e assim sucessivamente. Tal relação foi objetivada principalmente porque, como serão feitas análises de casos históricos, lidando com dados qualitativos, o estudo de cada um deles irá seguir uma ordem específica e semelhante. Dessa forma, as variáveis ficarão mais perceptíveis aos olhos do leitor e passíveis de comparação no capítulo final.

3.2 DITADURA BRASILEIRA E A COPA DO MUNDO DE 1970

O futebol, introduzido no Brasil entre o século XIX e o XX, afirmou-se gradualmente como um dos principais elementos constitutivos da cultura e da identidade brasileiras. Isso se intensificou principalmente a partir da introdução do regime profissional de trabalho para os jogadores, associada ao desenvolvimento dos meios de comunicação. Esses dois fatores, aliados ao ganho de prestígio dos clubes, permitiram a popularização do esporte por todo o território nacional, e a configuração do processo de associação do futebol a uma ideia de ser brasileiro. Ademais, a institucionalização de disputas regionais, como o Campeonato Sul-Americano, e a participação em todas as edições das Copas do Mundo FIFA, permitiram que, a cada quatro anos, os brasileiros tivessem a possibilidade de conhecer as mais diferentes nacionalidades e nutrir um sentimento forte de pertencimento ao país e à seleção nacional (FRAGA, 2009).

O reconhecimento internacional do Brasil como potencial sucesso do futebol aconteceu após a Copa de 1938, disputada na França. Foi um evento de grande importância, pois aliou o futebol ao projeto de construção de uma unidade nacional proposto pelo Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), que por meio da seleção nacional buscou despertar na população um sentimento de orgulho de ser brasileiro. Apesar da seleção ter alcançado o terceiro lugar no

mundial, discursos de caráter nacionalista foram amplamente difundidos por jornais e pelo governo (OLIVEIRA, 2015). Desde esta Copa, os megaeventos esportivos são trabalhados politicamente como uma oportunidade para o Brasil se expor no exterior (MAGALHÃES, 2013).

Em 1950, o Brasil finalmente foi escolhido para sediar uma Copa do Mundo, depois de muita insistência perante a FIFA, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Esta Copa foi um grande desafio internacional, já que seria o primeiro megaevento esportivo realizado após o fim da Segunda Guerra. No início do período que se consolidou como Guerra Fria, Dutra inseriu seu governo ao lado dos Estados Unidos, e a Copa do Mundo se tornou o momento ideal para que o Brasil se mostrasse internacionalmente como um país industrializado e capitalista. O futebol brasileiro, então, era o produto que o governo queria propagandear, e a construção do estádio Maracanã para essa competição era um símbolo do progresso que o país buscava exportar. No entanto, a memória coletiva brasileira desse campeonato não é positiva, já que a seleção acabou perdendo na final para o Uruguai. Assim, a derrota trouxe uma grande tristeza e descrença no futebol nacional por alguns anos (SANTOS, 2012).

Em 1958, contudo, a Seleção Brasileira conquistou o seu primeiro título de Copa do Mundo na Suécia, em meio ao cenário interno de desenvolvimento e mudanças com a presidência de Juscelino Kubitschek. Deixando de lado o “complexo de vira-lata”³, ressurgiu um forte sentimento nacionalista no povo brasileiro. Enfim, o país foi capaz de sair do esquecimento global e voltar a ser reconhecido pelo futebol diferenciado e também pelo comportamento exemplar de seus jogadores, cujo talento era raro de se encontrar (OLIVEIRA, 2015). Mesmo assim, naquela época o futebol foi pouco explorado politicamente pelos governos, ou não de forma tão explícita (MAGALHÃES, 2013). Foi com o golpe militar de 1964 e com a chegada dos militares ao poder que o interesse por se utilizar politicamente do futebol cresceu, e por isso vale compreender como o cenário político conturbado no Brasil também foi capaz de alterar a relação governamental com o mundo futebolístico.

Antecedendo o golpe, o ambiente político predominante no Brasil era marcado pela força eleitoral dos partidos conservadores até 1962 e pela radicalização política dentro das Forças Armadas. Quando o presidente Jânio Quadros renunciou em 1961, seu vice João Goulart assumiu o governo, estabelecendo o princípio da crise política que culminou com o golpe de 1964. Mais

³ Expressão criada pelo escritor brasileiro Nelson Rodrigues, a qual originalmente se referia ao trauma sofrido pelos brasileiros em 1950, quando a Seleção Brasileira foi derrotada pela Seleção Uruguaia na final da Copa do Mundo no Maracanã (RODRIGUES, 1993).

conhecido como Jango, o novo presidente iniciou seu mandato com poderes restritos, resultantes de uma tentativa da direita e dos militares de limitar suas ações, já que ele era visto como simpatizante da esquerda (GASPARI, 2002). A tensão política era enorme, principalmente devido ao comportamento ambíguo do novo presidente e à insatisfação popular com as medidas propostas pelo seu governo. Como não havia propriamente uma ameaça comunista e nem uma forte resistência da esquerda, Jango sofre o golpe militar em 31 de março de 64. Os militares assumem o poder e dão início a uma longa ditadura (SKIDMORE, 1988).

O regime civil-militar brasileiro, de acordo com a literatura, assumiu uma natureza híbrida, já que manteve certo liberalismo político tutelado durante todo o período militar. No entanto, a aparência de continuidade da ordem institucional era apenas uma fachada para esconder medidas arbitrárias de suspensão de direitos civis e políticos e pelo uso da força de forma abusiva. Vale ressaltar que os militares que assumiram o poder não se constituíam em um grupo homogêneo, mas se dividiam entre castelistas, ou também chamados de Sorbonne – definidos como liberais-autoritários – e os da linha dura – vinculados aos serviços de repressão e definidos como nacionalistas-autoritários (SKIDMORE, 1988).

O primeiro governo foi o do Marechal Castello Branco (1964-1967), e com ele se definiu a estrutura institucional do período autoritário. Ao mesmo tempo em que os partidos políticos, o Congresso e o calendário eleitoral não foram suspensos de imediato, entraram em cena os Atos Institucionais, os quais tinham como objetivo "a reconstrução financeira, econômica, política e moral do Brasil" (SKIDMORE, 1988, p. 49). O primeiro Ato Institucional (AI-1), de abril de 1964, considerava o golpe como um movimento revolucionário que fora necessário para manter a ordem política nacional e tratava sobre os primeiros mecanismos de limpeza da esquerda e dos opositores, como o poder presidencial de cassar mandatos parlamentares e suspender direitos civis, além de estabelecer eleições indiretas à Presidência da República (BRASIL, 1964).

Com o AI-2, em 1965, suspendeu-se a Constituição de 1946, as eleições diretas para presidente e foi instituído o bipartidarismo, que seria representado pelo partido oficial do governo, a ARENA, e pelo MDB, que interpretaria o papel de oposição consentida. Isso acabou conferindo ao regime uma falsa ideia de ser uma democracia para o resto do mundo. Por fim, em 1967 a linha dura chegou ao poder com o general Costa e Silva (1967-1969). A Lei de Segurança Nacional passou a ser regra, e visava coibir quaisquer manifestações contrárias ao regime. Como

reação, eclodiram diversos protestos pelo país, aumentando o clima de radicalização política (SKIDMORE, 1988). A resposta dos militares foi instituir, em 1968, o AI-5 e o ato suplementar que fechava o Congresso indefinidamente, suspendia todos os direitos civis e estabelecia a censura. O novo Ato decretou a intervenção em estados e municípios e a suspensão da garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos (BRASIL, 1968). Uma vez eliminada a possibilidade de oposição e de resistência civil, começou a se observar a formação de lutas armadas rebeldes, motivo que levou o governo a organizar um forte aparato repressivo (FRANCO JÚNIOR, 2007). Em outubro de 1969, foi indicado para a presidência o general Emílio Garrastazu Médici, cujo governo (1969-1974) teve como características principais o recrudescimento do regime, o milagre econômico⁴ e a conquista da Copa do Mundo de Futebol da FIFA de 1970, acontecimentos que corroboraram a narrativa de ufanismo e sucessos governamentais.

Apesar do sucesso no plano econômico, a imagem do Brasil, devido à sua situação interna, estava abalada no exterior e no interior do país. Havia, portanto, a urgente necessidade de reverter esse cenário (GONÇALVES, 1985). Foi nesse momento que o futebol se fortaleceu como um instrumento político extremamente válido para o governo. Uma das primeiras marcas da aproximação entre esporte e o governo militar ocorreu com o anúncio, pela Confederação Brasileira de Desportes (CBD), do cancelamento de um amistoso entre a Seleção Brasileira e a Soviética. Desfazia-se, assim, uma aproximação esportiva que tinha sido iniciada pelos governos anteriores, comprovando o alinhamento e comprometimento da ditadura brasileira com o bloco capitalista e com a liderança dos Estados Unidos no cenário de Guerra Fria (AGOSTINO, 2003).

Quando chegou o momento de o Brasil disputar sua primeira Copa do Mundo sob o regime militar, em 1966, na Inglaterra, o governo e seus apoiadores ainda não tinham estabelecido meios de interferir diretamente na estrutura futebolística. Um personagem importante para entender como se deu a relação da Seleção Brasileira com a política foi João Havelange, na época chefe da delegação brasileira para a Copa e presidente da CBD. Ele buscou constantemente agradar o cenário político, além de ter interesse em aproveitar a imagem favorável da seleção nacional para se autopromover internacionalmente. Havelange percebia a necessidade de agradar ao regime militar e seus aliados, moldando a seleção nacional para esta se tornar um objeto de propaganda, por meio dos meios de comunicação e dos amistosos, aparições

⁴ Neste período de grande valorização econômica, o Brasil apresentou um Produto Nacional Bruto com crescimento de cerca de 10% ao ano - devido principalmente a uma reestruturação tarifária e fiscal, apoiada por uma forte política de crédito e financiamento (LACERDA, 2002)

públicas e eventos. No Brasil da época, a imprensa foi fundamental para a construção de um sentimento nacional em relação à seleção. Porém, mesmo com todo o empenho propagandístico, o Brasil não conseguiu se classificar para a segunda fase, o que deixou Havelange e os demais membros da CBD numa situação desfavorável perante o governo militar ao retornar do evento (MAGALHÃES, 2013).

A CBD, por ter sido uma organização nacional importante no quesito esportivo, representava um espaço de poder e interesse vital para a ditadura, já que o futebol tinha grande potencial de mobilização de massas e, portanto, deveria ser mantido sob estreita observação. No ano de 1968, conforme o regime militar aumentava sua censura perante a população, mudanças também eram percebidas no setor esportivo, por meio da criação da Comissão Seleccionadora Nacional (Cosena) por João Havelange. Essa comissão seria responsável por escolher um novo treinador e avaliar jogadores para se juntar à equipe, além de ter como objetivo apagar o fracasso do Mundial anterior. Nesse sentido, iniciou-se um processo de militarização do futebol brasileiro, a partir do qual os militares tomaram a frente da administração e organização da Seleção Brasileira (SANTOS, 1981). Porém, apenas um ano depois a entidade foi dissolvida, e a CBD indicou o nome de João Saldanha como novo técnico da seleção (MAGALHÃES, 2013).

A contratação de Saldanha foi muito conturbada, pois por mais que o técnico tivesse alcançado resultados importantes e classificado o Brasil para o Mundial do México, ele era dito comunista e tinha uma personalidade forte, que ia contra o desejado pelos militares. Mesmo conseguindo momentaneamente driblar as críticas e com altos índices de popularidade devido à escalação de um time com talentosos jogadores, ele foi eventualmente substituído, já que em uma Copa tão estratégica, um técnico com tendências comunistas representava um risco (AGOSTINO, 2003). Surgiu daí a noção de interferência presidencial na escalação da seleção, pois justamente quando Saldanha resolveu questionar o poder e se negou a permitir que agentes governamentais (e, principalmente, o presidente Médici) opinassem sobre o time sob seu comando, alguns dias depois ele acabou sendo demitido, logo no início de 1970 (VIANA, 2008). Um novo técnico foi escolhido, Mário Jorge Lobo Zagallo, e com ele assumiu uma comissão técnica sob a lógica militar, formada inclusive por membros das Forças Armadas. Tanto Zagallo quanto os jogadores afirmam, entretanto, que não existiu influência político-militar alguma do governo nas questões da CBD, nem na escolha de jogadores a serem convocados (MAGALHÃES, 2013).

Assim, os militares determinaram que a grande paixão nacional, o futebol, deveria estar sob o estrito controle do Estado. O presidente Costa e Silva definiu que o futebol seria uma forma de acalmar os ânimos da população, apostando no título da Copa do Mundo de 1970 (CHAIM, 2014). Em um de seus últimos atos, em julho de 1969, também designou um grupo de trabalho para elaborar o Plano Nacional de Esportes, Educação Física e Recreação, contendo as diretrizes para o esporte de uma forma ampla, evidenciando a prioridade do governo frente à questão esportiva (PLANO... 1969). Tal plano seria financiado em parte pelo projeto da Loteria Esportiva, instituição que, uma vez constituída, destinaria 30% de seus recursos à CBD (BRASIL, 1970). Por motivos de saúde, Costa e Silva teve de abandonar a presidência em setembro de 1969, deixando tais planos para seu sucessor (CHAIM, 2014). Desse modo, fatores como a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), o Plano Nacional dos Esportes, a criação da Loteria Esportiva e a promulgação do AI-5 evidenciaram, conjuntamente, os principais pontos de intervenção do regime no futebol brasileiro (JORGE, 2020). Ficou, então, a cargo do General Emílio G. Médici a tarefa de seguir a estratégia de unir a imagem da presidência ao futebol. O ano de 1970 já iniciou com um dos primeiros atos do novo presidente, a instituição da Loteria Esportiva. De acordo com relatos da época, Médici ganhou a fama de ser um dos chefes de Estado brasileiros que mais atrelou sua imagem ao futebol, pois não ocultava publicamente que o esporte era de seu gosto pessoal, e isso refletiu no seu comportamento com relação à seleção nacional e a futura conquista da Copa do México (GUTERMAN, 2004).

Durante a preparação para a Copa, o governo de Médici pretendeu aproveitar-se dos bons resultados conquistados nas partidas a fim de creditar legitimidade ao ainda contestado regime militar (VIANA, 2008). O presidente também passou a comparecer frequentemente a eventos esportivos, como por exemplo jogos de futebol em estádios lotados, e a se aproximar pessoalmente dos jogadores da seleção nacional (GUTERMAN, 2004). Dessa forma, a impressão que se tinha era de que “torcedor, presidente e cidadão tornaram-se sinônimos” (MAGALHÃES, 2013, p. 158). Ou seja, promoveu-se uma estratégia de propaganda governamental no sentido de transformar o presidente em torcedor número um do Brasil, associando os êxitos futebolísticos à imagem de Brasil-Potência que o governo se esforçava em difundir (AGOSTINO, 2003).

No contexto internacional, a Copa de 70 realizada no México demarcou o início do futebol como espetáculo midiático. A FIFA soube utilizar com sucesso a transformação que ocorria com as novas tecnologias, como a transmissão televisiva à cores. No Brasil, Médici fez

questão de mostrar ao povo que o governo era o responsável por possibilitar tanto a transmissão de jogos ao vivo como a compra de televisores. Ademais, para o governo militar, a participação na Copa foi um novo e eficaz veículo de divulgação do seu modelo político ao exterior, diante do contexto de Guerra Fria (MAGALHÃES, 2013).

Dessa forma, a conquista do campeonato se tornava vital para o governo, o que implicava que a seleção deveria dar o seu melhor. Conseqüentemente, os jogadores da Seleção Brasileira foram submetidos a um rígido esquema de preparação física e de treinos, com controle da sua aparência física. Assim, a seleção apresentou uma ótima campanha durante a competição, notando-se sua superioridade física. Jogadores como Gérson, Carlos Alberto e Pelé e toda a equipe no geral exibiram um futebol de grande talento e refino (ALMEIDA, 2018). A cada vitória havia uma grande aclamação popular que parecia legitimar o governo, com o próprio Médici aparecendo na televisão fazendo embaixadinhas. Isso evidenciava que a presidência fez questão de aproveitar o sucesso da seleção para anunciar alguns projetos de governo, como por exemplo a Transamazônica, temendo que a euforia proporcionada pelo ótimo desempenho do time nacional fosse logo dissolvida (AGOSTINO, 2003).

O êxito esportivo na Copa de 70, capitalizado pelo governo Médici e pela AERP, segue sendo um dilema na memória social brasileira, uma vez que o período de maior exceção à legalidade, os Anos de Chumbo, coincidiu com os Anos de Ouro, dos êxitos econômicos e esportivos. Por trás das comemorações futebolísticas, o Exército continuava lutando contra uma guerrilha armada, e ocorriam com frequência torturas e mortes a perseguidos políticos (MAGALHÃES, 2013). Após a instauração do AI-5 e a grande repressão contra os opositores, as propagandas em relação à Copa de 70 foram alvo de sentimentos conflituosos por parte dos torturados e das pessoas que sofriam com a ditadura. Havia uma grande dúvida por parte destas se torceriam ou não para a seleção, se comemorar vitórias do Brasil nos estádios era torcer também pelo sucesso do governo militar. Porém, quando ocorreu a partida final e o Brasil se consolidou campeão, o povo inteiro comemorou e aqueles questionamentos acabaram perdendo força, o que prejudicou ainda mais os movimentos de resistência (MEMÓRIAS... 2012b).

Portanto, não foram as referências dos chamados Anos de Chumbo que marcaram os dias do Mundial. Pelo contrário, vivenciava-se um clima patriótico e o auge da campanha ufanista, com a música e propagandas televisivas ocupando um grande espaço na festa esportiva. Por meio da AERP, o governo militar institucionalizou a propaganda, atuando em diversas

frentes, desde o lançamento de *jingles* e cartazes até propagandas televisivas. Assim, a Copa de 70 e a conquista do tricampeonato foram apropriados simbolicamente pelo governo militar. A marchinha "Pra Frente Brasil"⁵ representa muito bem esse momento: a canção tocava nas rádios, nos programas de televisão, nos desfiles militares e nas escolas, e transformou-se na música oficial do governo e símbolo da conquista futebolística. Da mesma forma, cartazes mostravam a foto de Pelé comemorando a marcação de um gol na Copa, junto com a famosa frase: "Ninguém segura mais este país" (GALEANO, 2004). Assim, a seleção de futebol se tornou um elemento comum, um espaço de identificação com a ditadura, e a música e as propagandas enfatizaram esse caráter (MAGALHÃES, 2013).

Em plena comemoração da vitória da Copa do Mundo, os jogadores foram recebidos no Brasil como heróis nacionais pelo presidente e pelo povo, e foram presenteados das mais diversas formas: aparelhos de TV, carros populares e prêmios em dinheiro (GALEANO, 2004). Foi também instituído feriado nacional para valorizar a recepção dos jogadores em Brasília. Era um momento de grande prestígio para o governo militar, pois além da vitória em uma Copa do Mundo, havia o momento de grande euforia econômica brasileira, com grandes taxas de crescimento do PIB. Assim, ficou clara a eficiência da AERP em seu objetivo de promover o esporte como símbolo de uma identidade brasileira (NETO, 2005). O sentimento de dever cumprido e de extrema valorização nacional é perceptível no discurso de Médici, no dia da vitória da seleção:

Na hora em que a Seleção Nacional de Futebol conquista definitivamente a Copa do Mundo, após memorável campanha, na qual só enfrentou e venceu adversários do mais alto valor, desejo que todos vejam no Presidente da República um brasileiro igual a todos os brasileiros, como um homem comum, como um brasileiro que acima de todas as coisas, tem um imenso amor ao Brasil e uma crença inabalável nesse país e nesse povo, sinto-me profundamente feliz, pois nenhuma alegria é maior no meu coração do que a alegria de ver a felicidade de nosso povo, no sentimento da mais pura exaltação patriótica.

[...]

Neste momento de vitória, trago ao povo a minha homenagem, identificando-me todo com a alegria e a emoção de todas as ruas, para festejar, em nossa incomparável Seleção de Futebol, a própria afirmação do valor do homem brasileiro (BRASIL..., 1970, *online*).

⁵ A música tema da seleção é cantada por todos, e, em seus versos, a união entre povo e time tão desejada pelos militares fica explícita ("Noventa milhões em ação/ Pra frente Brasil, no meu coração/ Todos juntos, vamos pra frente Brasil/ Salve a seleção!!!/ De repente é aquela corrente pra frente, parece que todo o Brasil deu a mão!/ Todos ligados na mesma emoção, tudo é um só coração!/ Todos juntos vamos pra frente Brasil!/ Salve a seleção!/ Todos juntos vamos pra frente Brasil!/ Salve a seleção!") (NETO, 2005).

Com a vitória, as ruas do país foram ocupadas pela população em um clima de euforia e expressão popular. É possível dizer, portanto, que mesmo dentro de um contexto autoritário, o tricampeonato mundial em 1970, dentre tantos significados possíveis, serviu para exibir o auge do futebol brasileiro e de um orgulho para a nação, pois se via distinguida perante o mundo (MAGALHÃES, 2013). Como bem coloca Hilário Franco Júnior (2007), o Brasil da época se configurava como a pátria de chuteiras e de boina militar. Conseqüentemente, a Copa de 70 foi um instrumento chave para o regime militar, pois soube utilizar isso ao seu favor, controlando e manipulando o povo através da modalidade esportiva (OLIVEIRA, 2014). A conquista do campeonato era vista como ideal para os militares ufanistas, que procuravam exaltar o Brasil internacionalmente como forte e capaz, e permitiu-lhes dar continuidade ao projeto da nação brasileira de se tornar uma potência mundial. O desempenho incrível de uma seleção que encantou o mundo também gerou uma publicidade ao país nunca antes recebida, servindo como vitrine de exposição internacional e legitimando o regime em certa medida (VIANA, 2008). Ademais, infelizmente também foi o momento em que a ditadura no Brasil pôde mascarar seus atos de tortura e opressão popular, pois internamente a conquista foi utilizada para desviar as atenções dos reais problemas de repressão e para que os militares aprofundassem seu projeto de governo nacional partindo de um evento acontecido na esfera esportiva (OLIVEIRA, 2014).

Após a vitória, o governo militar buscou se aproveitar do legado da Copa e do prestígio que esta gerou para promover novas ações governamentais. Logo em 1971, por exemplo, teve início o Campeonato Nacional de Clubes, um torneio de futebol com clubes da maioria dos estados brasileiros. O Campeonato Nacional se consolidou como demonstração de que, para o governo militar, a interação futebol-poder não se limitaria à Copa do Mundo. Além disso, em 1972, a CBD organizou a Taça Independência para celebrar os 150 anos da independência do Brasil, reunindo vinte seleções nacionais. O Brasil venceu, mas recebeu enormes críticas por causa do perceptível uso político da competição pelo presidente da CBD João Havelange, que buscava se tornar presidente da FIFA⁶. Paralelamente, em relação à infraestrutura, mais de 15 estádios foram construídos e inaugurados em todo o Brasil até 1985 (AGOSTINO, 2003).

⁶ Dois anos depois, em 1974, Havelange conseguiu ser eleito presidente da FIFA, permanecendo até 1998 no cargo, mesmo com denúncias de corrupção. Ele organizou seis Copas do Mundo, incluindo a polêmica Copa de 1978 da Argentina – a qual será discutida detalhadamente no próximo subcapítulo (MAGALHÃES, 2013).

Porém, em 1974 começaram a aparecer os primeiros desgastes da ditadura, a partir da elevação dos preços do petróleo no mercado mundial, o que trouxe de volta a inflação e o endividamento externo, revelando os limites do milagre econômico. Assim, tornava-se importante para o regime uma vitória na próxima Copa, em 1974, e a preparação da seleção deveria tornar-se uma campanha militar. Mesmo com clima de intrigas e disputas no grupo, devido a divergências na escalação feita por Zagallo, os militares apostaram que o próximo sucesso esportivo brasileiro seria no Mundial que ocorreria na Alemanha Ocidental. No entanto, a Seleção Brasileira não apresentou um futebol semelhante àquele de quatro anos antes. Havia uma desorganização e falta de motivação evidentes, semelhantes ao que estava acontecendo no país. Devido a péssima atuação, os militares sofreram duras críticas por parte da imprensa e da população. Devido à associação, por obra de propaganda, do regime militar com a seleção, o time foi duramente criticado e, com isso, o descontentamento contra o governo militar ressurgiu com força (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Dessa forma, conclui-se que a conquista da Copa de 70 pelo Brasil trouxe inúmeros resultados tanto para o governo militar como para a consagração mundial do futebol brasileiro. Mesmo que os sucessos econômicos da ditadura não tenham perdurado pelo tempo desejado pelos militares, o milagre econômico e o futebolístico foram aproveitados como propaganda governista e exaltados pelos seus apoiadores por vários anos, enquanto as severas perseguições e violações aos mais básicos direitos humanos eram suprimidas e até mesmo apagadas da história. Pode-se dizer, portanto, que nesse momento tão turbulento da história brasileira ocorreu o uso de sua seleção, ao nível do intelecto, do simbólico e do imagético, e assim a conquista do tricampeonato se transformou em um marco da memória coletiva do país (MAGALHÃES, 2013).

3.3 DITADURA ARGENTINA E A COPA DO MUNDO DE 1978

Na Argentina, o futebol teve um papel chave para moldar os primeiros sentimentos de identidade nacional tradicional e popular (GIULIANOTTI, 2002). Pablo Alabarces (2002, p. 27) afirma que, para os argentinos, “o futebol funcionou durante o decorrer do século XX como um forte operador de nacionalidade”. Desde a fundação da *Argentine Association Football League* em 1883, por influência dos ingleses, o futebol começou a ganhar força no interior da classe alta

argentina, e a partir da década de 1920 foi difundido entre as classes mais populares. Ocorreu então a “criolização” do esporte, ou seja, conforme define Alabarces (2002), a transformação de um futebol de estilo inglês para um futebol com características argentinas. Com isso, em 1931 se definiu a profissionalização do futebol e foi oficializada a fundação da Associação de Futebol Argentino (AFA) (AGOSTINO, 2002).

Esse inovador modo de jogar o futebol se instituiu como um reflexo dos traços de uma sociedade herdada de seus antepassados europeus, porém moldada com as condições únicas do continente sul-americano (ROJO-LABAIEN, 2016). A partir do momento em que o esporte se popularizou pela Argentina e ocorreu a profissionalização de seus jogadores, a recém formada seleção nacional também passou a ganhar reconhecimento mundial, devido aos bons resultados conquistados nas competições, como por exemplo o vice-campeonato da primeira Copa do Mundo, em 1930. Dessa forma, gradativamente o país foi se estabelecendo como uma potência no mundo futebolístico. Dada a popularidade do futebol tanto na classe alta como nas mais humildes, as elites políticas enxergaram um ponto de união a ser explorado com o povo, capaz de construir sentimentos nacionalistas. Assim, as vitórias e a criação de heróis no imaginário nacional aumentaram a conexão entre o futebol e o povo argentino (ARCHETTI, 2003).

Posteriormente, o governo de Juan Domingo Perón (1945-1955) promoveu o futebol como meio de integração nacional baseado na propaganda política e no controle das massas, por meio da dimensão patriótica do esporte unida ao populismo (ROJO-LABAIEN, 2016). Acompanhada do sucesso no futebol, nessa época a Argentina também se encontrava num cenário político e econômico relativamente tranquilo. Tal associação entre o desempenho no esporte e a prosperidade do período permitiu que o futebol se colocasse ao lado de outros elementos de identificação nacional e cultural, tal como o gaúcho e o tango (ARCHETTI, 2003). O estilo de jogo “criollo”, portanto, se consolidou como fundamento de diferenciação nacionalista, provendo as bases de sustentação do peronismo (NETO, 2005). Ademais, o gosto pessoal de Perón pelo esporte proporcionou que seu governo deixasse sua marca no futebol nacional, incentivando a valorização do estilo argentino (AGOSTINO, 2002). Consequentemente, o futebol se constituiu numa das bases hegemônicas das elites e do governo no poder na Argentina, devido à necessidade de forjar um pilar de identidade (ARCHETTI, 2003).

O governo de Perón chegou ao fim em 1955, após sofrer um golpe militar. A partir desse momento, a Argentina começou a viver um cenário politicamente conturbado: de um lado, os

peronistas, que tinham o apoio de alguns oficiais das Forças Armadas; do outro, uma forte oposição (Radicais), que por sua vez contava com a maioria desses oficiais. Perón foi sucedido pelo general Lonardi e, posteriormente, pelo general Aramburu (SAIN, 2000). No meio futebolístico, essa instabilidade política também foi sentida, uma vez que a seleção nacional foi eliminada do Mundial de 1958 sem chegar às fases avançadas da competição e tampouco conseguiu se classificar para a Copa do México em 1970 (NETO, 2005).

Golpes, destituições e uma acirrada disputa política entre peronistas e radicais marcaram a vida política da Argentina até 1973, ano em que se obteve um consenso e novamente Perón assumiu a Presidência, na tentativa de solucionar o problema político e conduzir o país ao desenvolvimento (CAVAROZZI, 1988). Mesmo obtendo apoio dos grupos rivais, nos três anos do seu segundo mandato Perón teve de lidar com desavenças dos atores políticos e também com um terrorismo guerrilheiro, que colocava em cheque a viabilidade de seu governo. Dessa forma, aos poucos os militares conquistaram espaço e ganharam poderes na medida em que dissiparam tais movimentos (NETO, 2005).

Quando Perón faleceu, em 1974, assumiu a presidência sua vice, e esposa, María Estela Martínez de Perón (popularmente conhecida como Isabelita Perón). No entanto, o cenário político da Argentina estava caótico, e a nova presidente não tinha tantas perspectivas de conter as distintas facções peronistas, além dos grupos de esquerda e de direita que começavam a se enfrentar. Assim, iniciou-se uma intensa crise política, econômica e social. Diante desse quadro, não foi difícil para os militares conseguir novamente o apoio das camadas civis para uma intervenção estatal, a partir da ideia de que eles eram os únicos capazes de pôr fim à crise, restabelecendo a ordem e o monopólio do uso da força (MAGALHÃES, 2019).

Militares e membros da elite civil argentina passaram a estruturar um golpe e, em 1975, já se juntavam para desenhar a futura intervenção armada e a derrubada do governo de Isabelita. Em março de 1976, assim, ocorreu o golpe militar que colocou na Presidência a Junta de Comandantes em Chefe, encabeçada pelo general Jorge Rafael Videla, além do almirante Emilio Eduardo Massera e do brigadeiro Orlando Ramón Agosti. Com isso, instalou-se uma violenta ditadura no país, regime que foi eufemisticamente denominado *Proceso de Reorganización Nacional*, cujos objetivos eram o restabelecimento da ordem social perdida, a reorganização das instituições e a criação de melhores condições para o retorno a uma democracia autêntica (ARCHETTI, 2003). Além disso, o Congresso Nacional e a Suprema Corte foram dissolvidos,

assim como os partidos políticos, e os meios de comunicação foram censurados (CAVAROZZI, 1988).

As Forças Armadas, portanto, assumiram os poderes de deter e punir quaisquer formas de comportamento desafiador que surgissem dentro da sociedade. Todas as críticas ao novo regime eram consideradas subversões, e todos aqueles que as praticassem sofriam perseguições, o que caracterizou o regime militar argentino como um dos mais sangrentos das ditaduras latino-americanas (SAIN, 2000). Milhares de pessoas consideradas suspeitas foram sequestradas, submetidas a torturas de toda espécie, e em sua maioria eliminadas por grupos de extermínio, configurando um quadro de desaparecidos que, segundo estimativas, ultrapassou 20.000 casos apenas entre 1976 e 1983 (AGOSTINO, 2002). Ao mesmo tempo, uma importante organização de resistência surgia, a das Mães da Praça de Maio⁷, a qual também passava a ser conhecida em nível internacional (ARCHETTI, 2003).

Diante de todo esse caos político, econômico e social, se aproximava o ano de 1978, o ano da décima primeira Copa do Mundo da FIFA. A Argentina seria o país-sede da competição, uma escolha que havia sido definida cerca de dez anos antes. Vale ressaltar que, à época da definição da FIFA, o país ainda era governado por Perón, e a escolha foi justificada pelo fato de que o mundo do futebol nutria grande admiração pelo estilo de jogo argentino (AGOSTINO, 2002). Com o golpe militar, no entanto, instaurou-se momentaneamente uma dúvida sobre realocar a Copa para outro país. A situação conturbada argentina fez com que a FIFA solicitasse, em maio do mesmo ano, uma posição definitiva em relação à realização ou não do evento no país (NETO, 2005). Foi a primeira Copa do Mundo organizada por João Havelange desde sua chegada à presidência da federação, em julho de 1974, e muito provavelmente por isso ele estava tão empenhado em entregar uma competição sem qualquer problema perante a comunidade internacional (MAGALHÃES, 2019a). Apesar dos protestos e especulações, nenhuma mudança de planos foi anunciada e a Argentina foi confirmada como sede da competição (AGOSTINO, 2002). A resposta para essa imparcialidade da FIFA vem da ideologia dominante que prescreveu o futebol como entidade independente das políticas partidárias do Estado (ARCHETTI, 2006).

⁷ As “*Madres de la Plaza de Mayo*” constituem uma organização argentina que surgiu na época da ditadura, na qual mães buscam informações sobre seus filhos desaparecidos. Em conjunto com comunidades de exilados espalhados pelo mundo, levaram adiante campanhas de denúncia contra a ditadura argentina em diversos países, como México, França e Espanha (GOMEZ, 2016)

Enquanto isso, a Junta Militar estava longe de alcançar resultados positivos acerca dos seus objetivos de governo. A Argentina não vivenciava um cenário econômico e de desenvolvimento como o do Brasil, pois a inflação estava alta e os índices de desemprego, elevados (NETO, 2005). Dessa forma, a confirmação do Mundial em 1978 foi encarada como uma dádiva política, uma vez que a insatisfação popular com o governo era grande. Sabendo que a FIFA não estava preparada para cancelar a Copa do Mundo sob pretextos éticos, a Junta não hesitou em potencializar ao máximo o acontecimento para favorecer sua imagem (AGOSTINO, 2002). A Copa, portanto, tornou-se um verdadeiro projeto político dos militares, que viam na competição um excelente instrumento para promover a Argentina tanto interna quanto externamente e reforçar ainda mais o sentimento de união entre a sociedade, buscando consolidar a imagem de um país forte, unido e vencedor, o que seria uma maneira de se sustentarem no poder (NETO, 2005).

Assim, mais do que a vitória argentina, a principal arma nas mãos da ditadura era a realização e organização do próprio evento, e seu objetivo era que os líderes ficassem associados ao triunfo. Foi nesse contexto que as interferências da Junta Militar no futebol nacional passaram a ser mais perceptíveis. Em julho de 1976, o governo encarava a Copa do Mundo como um evento de interesse nacional, e logo iniciou os devidos preparativos. Houve a nomeação de um presidente da AFA que fosse de confiança dos militares e a transferência da organização da Copa para as mãos do governo (MAGALHÃES, 2013). Devido à pressão da FIFA acerca de prazos a serem cumpridos antes do evento, foi criado o EAM'78 (Ente Autárquico Mundial 78), que seria responsável pelas reformas e construções de estádios, elaboração de slogans e propagandas, bem como lidar com o financiamento (AGOSTINO, 2002). Essa comissão organizadora tinha relação íntima com Havelange e a FIFA (NETO, 2005).

Segundo o EAM, o custo do Mundial era inicialmente de 200 milhões de dólares, mas relatórios posteriores mostram que, na realidade, os gastos ultrapassaram os 500 milhões. Isso correspondeu a cerca de 10% do orçamento anual do Estado, direcionados para organizar o megaevento e construir sua infraestrutura, como estradas, hotéis e aeroportos. Cabe ressaltar que também ocorreu a instalação da primeira rede de TV em cores da Argentina, a ATC (Argentina Televisora Color). Diante de toda a organização – principalmente as obras realizadas –, fortalecia-se o discurso do regime militar argentino, que promovia ideias como “quando querem, os argentinos podem”, ou “mostramos ao mundo que somos capazes”. Dessa forma, a capacidade

de superação nacional, ao lidar com os problemas internos ou as críticas externas, tinha de passar pela organização exitosa da Copa do Mundo, entendida como uma oportunidade de mostrar as qualidades do povo argentino. Conforme o Mundial se aproximava, diversas propagandas do país circulavam nos meios de comunicação, além de serem realizados convites a jornalistas e personalidades estrangeiras para visitar a Argentina (MAGALHÃES, 2013). O governo investiu pesadamente em publicidades com frases e canções, mais uma vez enfatizando o coletivo e a identidade nacional, como por exemplo “*Veinticinco millones de Argentinos, jugaremos el Mundial*”, conforme dizia a canção oficial do evento (ALABARCES, 1999).

Outro fator que corroborou para a utilização política do evento foi que, muito embora em 1978 o regime já havia considerado vencida a guerra contra a subversão de esquerda, o país estava sendo alvo de uma intensa campanha de denúncias de violações dos direitos humanos no exterior. Diversos países encararam com resistência e repulsa a ideia de indiretamente colaborar com um governo cujas ações desrespeitavam os direitos humanos (FRANCO JÚNIOR, 2007). Assim, cresceram os protestos e iniciou-se uma campanha internacional de boicote contra a realização do Mundial. As denúncias eram originárias especialmente da Anistia Internacional, sediada em Londres, e da França. Em meio a tudo isso, foi formado o Comitê de Boicote à Copa do Mundo na Argentina (COBA). A partir de informações compiladas pela Anistia Internacional, um documento redigido pelos dirigentes do COBA foi distribuído à imprensa, alinhando algumas razões a favor do boicote, com as exigências de mudança da sede do mundial ou a não participação da Seleção Francesa no torneio até que fossem liberados os presos políticos e informados os paradeiros dos desaparecidos (AGOSTINO, 2002). Rapidamente o movimento ganhou proporções internacionais e foi uma importante oportunidade de denúncia do que ocorria na Argentina, inclusive durante toda a competição (MAGALHÃES, 2019).

No caso dos Estados Unidos, foi somente com a chegada do democrata Jimmy Carter ao poder, em 1977, que as denúncias sobre a situação da Argentina foram tema na agenda de política externa norte-americana, que passou a impor sanções econômicas ao governo argentino. De uma maneira geral, apenas a partir da repercussão do golpe militar no Chile, em 1973, a América Latina entrou na pauta de direitos humanos das organizações internacionais. Ademais, as denúncias feitas por organizações não-governamentais e também por exilados, políticos e partidos de esquerda foram formalizadas por meio da OEA (Organização dos Estados

Americanos), mais especificamente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) (MAGALHÃES, 2013).

Procurando reverter essa imagem negativa externa e obter algum tipo de legitimação, o governo militar da Argentina tentou mostrar uma imagem positiva do que se passava dentro de seu território. Além de querer promover essa ideia internacionalmente, o governo havia garantido à FIFA a não ocorrência de atentados durante a competição. Para que isso acontecesse, Videla afirmou estar mantendo contatos com líderes da oposição armada em exílio a fim de estabelecer uma trégua durante a Copa (AGOSTINO, 2002). Ademais, houve inclusive um convite formal à CIDH para verificar tais denúncias por meio de uma visita ao país, porém esta ocorreu somente um ano após a realização do Mundial (MAGALHÃES, 2013).

Buscando adotar uma retórica forte perante os grupos de denunciadores e calar as pressões internacionais, a Junta Militar, apoiada pelos membros das elites conservadoras, utilizou-se dos meios de comunicação para acusá-los de levar a cabo uma “campanha anti-Argentina”. Segundo os militares, havia um desconhecimento da realidade nacional por parte dos acusadores, que estariam realizando uma ação subversiva externa – de acordo com a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁸. Assim, intensificaram-se as propagandas e artigos publicados em jornais exaltando o lado favorável de ter ocorrido o Processo de Reorganização Nacional no país (FRANCO, 2002).

Apesar dessa enorme mobilização internacional, todas as seleções classificadas nas eliminatórias confirmaram suas participações na competição. No caso da seleção anfitriã, os preparativos pré-campeonato foram redobrados. Cerca de dois meses antes do Mundial, o time argentino ficou concentrado em um local que seguia os moldes de um quartel militar e contava com a supervisão dos treinamentos por membros das Forças Armadas (NETO, 2005). Além disso, constantemente os jogadores tinham uma audiência com o presidente ou recebiam a visita de algum membro da cúpula do governo (ALABARCES, 2002). O treinador, César Luis Menotti, desempenhou também um papel importante na preparação dos jogadores, pois além de enfatizar suas qualidades, consolidou o estilo "criollo" de jogar dos argentinos. Por mais que Menotti tenha assumido o cargo antes do golpe militar e fosse politicamente engajado nos ideais do Partido

⁸ O discurso da Doutrina de Segurança Nacional estava vinculado à instauração de uma ordem política interna, já que no cenário da Guerra Fria haveria uma guerra subversiva que deveria ser combatida. Esse discurso doutrinário se firmou como a preocupação principal do aparelho militar latino-americano (OLIVEIRA; SOARES, 2000).

Comunista, percebia-se no treinador uma semelhança com um dos objetivos do regime, qual seja, o de resgatar a dignidade de ser argentino (ARCHETTI, 2006).

Em junho de 1978, realizou-se a Copa do Mundo na Argentina. Na cerimônia de abertura, celebrada de forma tipicamente militar e ufanista, estavam presentes diversas autoridades importantes, como Videla, o presidente da FIFA João Havelange e o então secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger. Este último inclusive discorreu a respeito do futuro brilhante que estava reservado ao povo argentino, graças à conseqüente política econômica do governo (AGOSTINO, 2002). Solenizado no Estádio Monumental de Núñez, o evento também contou com a condecoração de Havelange, que declarou: “[...]finalmente o mundo pôde ver a verdadeira imagem da Argentina” (GALEANO, 2004, p. 254).

No entanto, a Argentina acabou falhando em se organizar politicamente e institucionalmente durante os dias da Copa. Apesar da trégua anunciada pelo governo, este perpetuou suas ações violentas, como prisões de ativistas políticos, eliminação de residências populares, construção de muros a fim de esconder as vilas dos turistas, entre outros casos. Tais fatos demonstram a manutenção da forte repressão pelo país, e mesmo com as tentativas de encobri-los, durante o Mundial certos casos acabaram sendo noticiados por jornalistas tanto locais quanto internacionais (OLIVEIRA, 2014). As tensões políticas aumentaram ainda mais, e milhares de opositores foram torturados e mortos. Um dos locais onde isso ocorria era a ESMA (Escola de Mecânica da Armada), a qual se localizava a menos de um quilômetro do Estádio Monumental de Núñez, e, segundo relatos dos torturados, de cujas celas era possível escutar a torcida cantando ou festejando os gols (MEMÓRIAS... 2012a).

Todavia, o Mundial trouxe um grande clima de euforia para a maioria do povo argentino e foi um sucesso no que diz respeito à onda nacionalista que tomou conta dos estádios e das ruas. A imprensa, a sociedade e o governo vivenciavam com êxtase o clima da Copa, e por isso se esforçaram para que os convidados internacionais fossem bem recepcionados (ARCHETTI, 2006). Cinco mil jornalistas de todo o mundo, ao chegarem na Argentina, foram apresentados a um imponente centro de imprensa e televisão, estádios e aeroportos novos, ou seja, um modelo de eficiência que o governo militar queria exibir (GALEANO, 2004).

Durante a realização do Mundial, Videla declarou: “[e]u não sou um torcedor, não tenho seguido o futebol, não o vivi. O que me interessa do futebol é o que o motiva: as arquibancadas, todo o renascimento que experimenta o país” (SEOANE; MULEIRO, 2001, p.

362, tradução nossa). É possível perceber nessa declaração referências à união e ao processo de transformação que a Junta Militar desejava observar na sociedade. Assim, o presidente soube aproveitar a imagem positiva do torneio, fazendo questão de comparecer ao estádio, não apenas na abertura e no encerramento do evento, mas em todos os jogos da Seleção Argentina (MAGALHÃES; CORDEIRO, 2016). No discurso de abertura da Copa, Videla proferiu as seguintes palavras: “[é] um dia de alegria para o nosso país. Por isso peço a Deus Nosso Senhor que este evento seja realmente uma contribuição para a afirmação da paz [...]” (LA NACIÓN, 1978 *apud* MAGALHÃES, 2013, p.160, tradução nossa). Como se percebe, Videla tratava a realização da Copa como o ápice de um processo que remetia, evidentemente, a 1976 e no qual o país se empenhava para encerrar um período de tensão, e inaugurar uma oportunidade de refundação nacional, de acordo com o projeto militar (MAGALHÃES; CORDEIRO, 2016). Ao discursar no encerramento do evento, o presidente argentino ressaltou o que considerava a capacidade vencedora de seu povo, e reafirmou as novas responsabilidades que o país teria em seguida:

Argentinos: conseguimos vencer a ingestão e o ceticismo. Vamos agora também ser capazes, com a ajuda de Deus, de impulsar a nação em direção a uma meta permanente. Todos nós, governantes e governados, exortamos profundamente a dignidade de constituir um povo que, consciente da sua própria força, quer construir o seu futuro, com humildade e alegria; com paixão e paciência; com prudência e com coragem. Esta experiência coletiva que vivemos nos ensina a erguer aquela Argentina, definitivamente fraterna com que sonhamos. Se realmente o quisermos, nada e ninguém vai nos impedir (CLARÍN, 1978b *apud* MAGALHÃES, 2013, p. 160, tradução nossa).

Independente das polêmicas envolvendo suborno e visitas de membros do alto escalão governamental ao vestiário de times adversários, a equipe argentina venceu a semifinal contra o Peru e assim se classificou para a grande final contra os holandeses. Na prorrogação, os argentinos conquistaram o título por 3x1 e seus jogadores foram considerados heróis nacionais (NETO, 2005). O discurso do técnico Menotti antes da partida final simbolizou o momento atípico que viviam os jogadores:

Rapazes, agora, quando sairmos ao campo de jogo, não olhem para as tribunas onde estão as autoridades, olhem sim para as arquibancadas. Lá estão as pessoas que sempre acreditaram em todos nós. Operários, padeiros, gente do povo. Não podemos desapontá-los. Vamos dar a vida nesta partida. (MENOTTI, 1978, p. 175, tradução nossa)

A Argentina, assim, se consolidou campeã da Copa do Mundo de 1978 em seu próprio país. A vitória e a comoção popular foram, para muitos, uma manifestação sem precedentes na história, pois muitos argentinos não haviam saído às ruas pelo menos desde antes do golpe em 1976 (MAGALHÃES, 2013). Com isso, o governo argentino não deixou de associar o êxito esportivo ao seu próprio projeto. Sem dúvida o regime acreditou ter alcançado por meio do futebol alguns dos mais importantes objetivos: a imagem de uma nação vitoriosa projetada para o mundo inteiro (ARCHETTI, 2006). Dessa forma, questiona-se se realmente não foi o regime civil-militar o grande vencedor do Mundial, pois com a realização do evento e a vitória da seleção, as Forças Armadas conseguiram melhorar temporariamente sua imagem interna e externa e renovar o consenso dentro do país. A principal razão foram os testemunhos positivos de esportistas e jornalistas que participaram do evento. Ademais, para a esquerda argentina que acompanhava o esporte, ficou marcado o dilema de torcer ou não torcer pela seleção nacional e, por outro lado, os críticos da fórmula futebol-nação afirmavam que se vivia um momento de alienação (AGOSTINO, 2002).

O legado da Copa foi principalmente a infraestrutura construída para o evento, principalmente em Buenos Aires. Fora isso, houve a visita da CIDH ao país, em 1979, a qual acabou resultando na denúncia formal do governo argentino por violação de Direitos Humanos pela OEA. Ademais, no universo futebolístico, a Argentina conquistou a Copa Mundial de Futebol Juvenil da FIFA, realizada no Japão em 1979, a qual revelou um jogador que se tornaria um ídolo nacional, Diego Armando Maradona. Assim, tal vitória significou uma renovação da imagem oficial do governo argentino (MAGALHÃES, 2019). Com o passar dos anos, no entanto, a insatisfação popular com relação às atitudes dos militares logo retomou a aparecer, principalmente referente ao fracasso no meio econômico e pelo crescimento de denúncias internacionais. Assim, era necessário buscar novas medidas para recriar o sentimento de coesão nacional que havia sido instaurado durante o Mundial.

Dessa forma, em 1982, sob o comando do general Leopoldo Galtieri, a Argentina adentrou num confronto bélico contra a Grã-Bretanha pela soberania das Ilhas Malvinas⁹

⁹ A Guerra das Malvinas (*Falklands War* ou *Guerra de las Malvinas*) foi um conflito armado que ocorreu em 1982 entre a Grã-Bretanha e a Argentina. O intuito era conquistar a posse do conjunto de ilhas sob o domínio inglês desde 1833. A justificativa da investida argentina era a unificação das ilhas ao território argentino. Após meses de disputa, ocorre a retirada dos soldados argentinos devido à grande pressão do Conselho de Segurança da ONU, dos Estados Unidos e do grande poderio bélico e naval dos britânicos. Era o fim de uma guerra que teve centenas de mortos dos dois lados e após a qual o Reino Unido continuou a dominar o arquipélago (MONETA, 1986).

(VIANA, 2008). Ocupando as Malvinas, o governo militar pretendia fortalecer a identidade nacional voltando-se contra um inimigo comum, objetivando angariar o apoio popular. No entanto, a campanha das Malvinas acabou fracassando, o que levou à ditadura ao seu fim (AGOSTINO, 2002). Por coincidência, a rendição das tropas argentinas ocorreu simultaneamente à derrota da Seleção Argentina para o Brasil na Copa de 1982, na Espanha. Encerrava-se, assim, a fase gloriosa do futebol argentino, marcada pela influência do técnico Menotti e pela interferência do Estado autoritário na busca de legitimação política. Somente em 1986 essa conexão entre política e futebol foi reavivada pelos argentinos, justamente na ocasião de uma partida de semifinal do 13º Mundial. O adversário foi a Inglaterra, o que proporcionou aos jogadores e a toda a nação argentina a esperança de uma certa vingança em razão do ocorrido nas Malvinas. Maradona, que marcou o gol da vitória (o famoso “*La Mano de Dios*”), e seus companheiros de equipe interpretaram o jogo como uma responsabilidade nacional e, talvez, inconscientemente, assumiram a ideia de que “o futebol é a continuação da guerra por outros meios”, como já disse George Orwell (1945). Nessa mesma competição, a Argentina foi novamente consagrada campeã mundial. Consequentemente, a vitória possibilitou não só a revanche aos ingleses, como também um ajuste com o mundo do futebol, uma vez que a glória argentina de 1978 continuava marcada pelas suspeitas de suborno e irregularidades referentes ao título mundial (AGOSTINO, 2002).

Com a restauração da democracia em 1983, a memória mais difundida tanto da organização como da conquista da Copa de 78 assumiu uma conotação negativa. Considerada uma vergonha para o país e associada diretamente à ditadura, algumas análises partem da ideia de colaboracionismo entre torcedores e jogadores com o governo. Até hoje, esta se configura como a visão dominante e mais difundida internacionalmente (MAGALHÃES, 2013). Justamente por isso, a seleção e o treinador foram convidados a explicar o seu desempenho na competição, e estes declararam que representavam e jogaram para o povo, independentemente do governo no poder, e se defenderam dizendo que não tinham total conhecimento do que estava acontecendo no país (MEMÓRIAS... 2012a). Ou seja, os jogadores também fizeram parte de um povo que preferia seguir a lógica da inocência. Dessa forma, o medo e o terror foram, juntamente com o papel coadjuvante da mídia, fatores importantes na criação de passividade e desinteresse, e fica evidente que os anos de ditadura provocaram na Argentina uma situação extrema de alienação social (ARCHETTI, 2006).

3.4 DITADURA URUGUAIA E O MUNDIALITO (1981)

Os megaeventos esportivos e o futebol têm enorme importância na memória coletiva uruguaia, a qual tem como uma de suas características a identificação por símbolos e mitos relacionados a esse esporte (MUNDIALITO, 2010). Tais crenças, como por exemplo na camiseta celeste e na garra charrúa¹⁰, se estabeleceram intensamente no Uruguai na segunda metade do século XX, momento em que seus jogadores conquistaram títulos importantes no cenário esportivo (SUPERVILLE, 2018). Nessa época, a Seleção Uruguaia estava entre as principais do mundo, pois ganhara medalhas de ouro nas Olimpíadas de Paris em 1924 e de Amsterdã em 1928. Portanto, o Uruguai não apenas era uma potência futebolística regional, mas um dos países de maior destaque no futebol mundial (MAGALHÃES, 2019b).

Desse modo, quando a FIFA iniciou sua busca pelo país-sede da primeira Copa do Mundo, a ser realizada no ano de 1930, o Uruguai logo demonstrou seu interesse. Mesmo considerando sua localização afastada em relação ao continente europeu, a proposta uruguaia era de que o governo local arcaria com os gastos dos participantes internacionais. Diante de tais circunstâncias, as condições foram favoráveis à causa uruguaia e, em 1929, os dirigentes da FIFA aprovaram o país como sede. A organização foi a prioridade do governo local, já que o evento coincidiu com o aniversário do centenário da independência do país. Por outro lado, o foco da FIFA foi buscar adesões para a competição, uma vez que muitas seleções se mostraram hesitantes a se deslocar tamanha distância para uma competição recém inaugurada. Houve importantes ausências europeias, como as fortes seleções da Alemanha, Hungria, Suíça e da Inglaterra, mas também as confirmações da França, Bélgica, Romênia e Iugoslávia (AGOSTINO, 2002).

Realizou-se uma histórica primeira Copa do Mundo, com a construção de um estádio com grande capacidade de público, o Centenário, e a participação de treze países. A seleção uruguaia foi consagrada campeã ao vencer a Argentina, o que mobilizou o país em um grande clima de união nacional – justamente o idealizado pelo governo. Nessa conjuntura, o estilo de

¹⁰ A expressão “garra charrúa”, surgida em 1935, remete ao esforço e convicção com que os uruguaios jogam futebol, em referência ao povo indígena da tribo charrúa, e acompanhou os triunfos da equipe no âmbito internacional. Porém, com o passar dos anos, a presença dessa expressão passou a decair, com o adjetivo indígena dando lugar para um mais abstrato e hegemônico: “garra celeste”. Essa nomenclatura se refere ao mito da camiseta de cor azul celeste utilizada pelos jogadores nas partidas, a qual carrega um simbolismo da força e garra dos uruguaios (ROMÁN, 2005).

jogo defensivo uruguaio era considerado uma tradução da sua identidade (ROJO-LABAIEN, 2016). Com isso, e como afirma Gustavo San Román (2005, pp. 654-655), o futebol se converteu rapidamente em uma peça primordial da identidade uruguaia e assim o resto do mundo começou a conhecer o país latino-americano. Em outras palavras, o futebol possibilitou em grande parte ao Uruguai promover sua imagem internacional (GALEANO, 2003). Os sucessos da seleção nacional, ao longo do século XX, só foram possíveis após a popularização de tal esporte, e também devido à estabilidade política e institucional do Estado, que estabeleceu as condições ideais para que a seleção se tornasse a figura simbólica do país (SUPERVILLE, 2018).

Outro momento importante para consolidar o prestígio do Uruguai no futebol foi sua participação na Copa do Mundo de 1950, sediada no Brasil. Os uruguaiois chegaram à final contra o time anfitrião, e conseguiram vencê-lo por um placar de 2 a 1 em pleno estádio Maracanã (FRAGA, 2009). Essa partida ficou conhecida como *Maracanazo*, e teve imenso impacto no processo de construção da identidade uruguaia. Para alguns, foi apenas o resultado de um jogo bem jogado; para outros, a expressão futebolística de uma seleção que vinha acumulando conquistas no cenário esportivo e uma tradução do bom momento que vivia o país, com sua economia em expansão e estabilidade política e social (FIGUEIREDO; MARTINS, 2019).

Como resultado dessa importância simbólica, o esporte foi sendo utilizado, em diferentes momentos, como elemento de propaganda para apoiar figuras políticas ou regimes que buscassem legitimar seu poder, fenômeno especialmente visível nos regimes ditatoriais. Assim, o marco autoritário no Uruguai, que ocorreu entre 1973 e 1985, coincidiu deliberadamente com a utilização política do futebol por tal ditadura, por meio da organização do evento futebolístico internacional denominado Copa de Ouro (ROJO-LABAIEN, 2016).

Semelhante ao sucesso inicial no futebol, o Uruguai caracterizou-se por ser uma das democracias mais duradouras da América do Sul. Desde sua formação, o país consolidou um sistema político assentado no bipartidarismo entre Blancos e Colorados, que surtiu estabilidade política até a década de 1970 (YAFFÉ, 2012). A realidade uruguaia no contexto pós-Segunda Guerra Mundial era marcada pela estabilidade econômica e pela forte presença do Estado, o qual mantinha uma política distributiva sustentada pela proposta de bem-estar social. Porém, a partir do final da década de 50 e início dos anos 60, com a crise causada pela queda de preços dos produtos de exportação, começou a desenhar-se uma instabilidade de ordem estrutural que produziu desdobramentos profundos. A crescente deterioração do sistema político e a estagnação

econômica inviabilizaram a permanência da conciliação social construída a partir do legado de Estado de bem-estar batllista¹¹, e no ano de 1967 a situação se complicou ainda mais com o início da ação de guerrilhas urbanas. Em 1971, por meio de um processo eleitoral turbulento, Juan María Bordaberry, do partido Colorado, foi eleito presidente. A ineficiência do novo governo em atender às demandas populares, juntamente com sua insistência em promover uma política econômica, inviabilizou qualquer expectativa de mudança de rumo nacional (PADRÓS, 2005).

A democracia uruguaia sofreu, entre março de 1972 e junho de 1973, sua decomposição terminal, em um processo que alguns autores denominam de “golpe de Estado em câmera lenta” (PADRÓS, 2005, p. 336). Tanto se mostrou lento, que todo o aparato estatal necessário ao regime militar estava pronto quando os militares assumiram o poder no país, como por exemplo ação repressiva, censura e criminalização de manifestações contra o governo (LORENZON, 2015). No plano regional, o lento declínio do sistema político uruguaio ocorreu paralelamente à crise política no Chile, sinal de que a rede tecida pela DSN se espalhava pelo Cone Sul, por meio da Operação Condor¹² (PADRÓS, 2005). O golpe militar, portanto, era apenas uma questão de tempo, e em 27 de junho de 1973 ele enfim ocorreu. Unidades militares posicionaram-se estrategicamente em Montevidéu, assumiram o controle dos meios de comunicação e ocuparam o Palácio Legislativo. Utilizando-se da justificativa de preservar as bases do Estado democrático contra a ameaça subversiva representada pelo comunismo, o presidente Bordaberry declarou o fechamento do parlamento e a criação de um Conselho de Estado para substituir as funções legislativas. A população reagiu e houve greve geral, porém, diante dessa reação, o governo ordenou a detenção imediata dos dirigentes, acusando-os de subversão, dissolveu partidos e organizações de esquerda e suspendeu as atividades políticas dos demais partidos (PADRÓS, 2005).

Vale reforçar que, mesmo com o golpe, Juan Bordaberry continuou utilizando o cargo de Presidente do Uruguai e, portanto, promoveu um autogolpe em seu governo. Ademais, a continuidade da presença de civis no comando do Poder Executivo prova que a ditadura uruguaia

¹¹ Referência à corrente do Partido Colorado vinculada a José Batlle y Ordoñez, presidente do país entre 1903-1907 e 1911-1915. Caracterizada por defender propostas de intervenção estatal ativa na economia, essa corrente promoveu políticas públicas inclusivas e tinha forte representação da classe média e dos trabalhadores urbanos (PADRÓS, 2005).

¹² A operação repressiva chamada Operação Condor foi uma articulação entre os governos militares e seus esforços repressivos no Cone Sul, e contou com o suposto apoio estadunidense. As ditaduras envolvidas foram Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e a Operação foi responsável por desaparecimentos e mortes de militantes da resistência à ditadura em tais países (CUYA, 2007).

se caracterizou tanto pela presença assertiva dos militares como também pelo apoio de parte da sociedade civil, desde o início do novo regime (PADRÓS, 2005). A presença de civis em cargos hierárquicos foi fundamental para a legitimação interna e externa da ditadura, pois permitiu sustentar a ideia de que não houve uma derrubada ilegítima das autoridades eleitas em 1971, mas, pelo contrário, houve a garantia de sua continuidade no poder (YAFFÉ, 2012).

Os estudos sobre a ditadura uruguaia destacam um critério de periodização que divide o período em três fases distintas. A primeira foi a etapa *comisarial* (1973-1976); seguida pela etapa fundacional (1976-1980) e por fim a etapa transicional (1980-1985) (GONZÁLEZ, 1985). A fase *comisarial*, iniciada logo após a consolidação do golpe de Estado e que se estendeu até o afastamento do presidente Bordaberry pelas Forças Armadas, evidenciou as energias do governo direcionadas principalmente para o cumprimento da missão autoimposta de reorganizar o país. Era necessário fortalecer os mecanismos repressivos e de controle social, procurando assim evitar a resistência social e política (MANERO, 2013). A próxima etapa, a fundacional, ocorreu quando o regime já havia de certa forma controlado a ordem social e política interna, o que lhe permitiu desencadear uma série de medidas almejando uma nova ordem institucional. Essa fase foi definida pela tentativa do regime de legitimar seu poder por meio de um projeto constitucional de longo prazo, o Plebiscito de 1980 (MAGALHÃES, 2019b). Por fim, a fase de transição foi marcada pelo surpreendente fracasso de tal projeto nas urnas, pela reabilitação dos partidos políticos e pela lenta transição para a restauração da democracia (PADRÓS, 2005).

À vista disso, em um contexto autoritário em que a liberdade política já não podia ser discutida, a cultura e o futebol se apresentaram como canalizadores de atenção para a população e um possível legitimador do poder estatal. Por meio de propostas culturais, o regime uruguaio almejou construir um caminho para consolidar o possível apoio de setores da sociedade civil ao Estado autoritário (MARCHESI, 2011). Nesse cenário, criou-se a Direção Nacional de Relações Públicas (Dinarp) em 1975, a qual foi uma peça-chave na condução da propaganda oficial e na concepção e execução das campanhas publicitárias do regime, recorrendo a todos os meios de comunicação então disponíveis: imprensa escrita, rádio, televisão e mesmo cinematografia e produção bibliográfica (YAFFÉ, 2012). Assim, a partir de 1976 houve um maior impulso às propostas culturais estabelecidas pelo governo. Como se tratava de uma refundação do Uruguai, o projeto dos militares exigiu alterar as maneiras como os uruguaios se relacionavam com sua cultura nacional. O “novo Uruguai” requeria renovar o impulso nacionalista, debilitado como

consequência das crises anteriores, para convocar a população a fim de refundar uma nação que tinha estado à beira do colapso pela ameaça subversiva. Nesse quesito, o esporte se apresentava como um elemento a mais da força do “novo Uruguai”, e o futebol foi mais uma ferramenta para gerar essa mística do impulso nacional (MARCHESI, 2011).

Embora inicialmente a ditadura tivesse encarado com certo temor a realização de um evento esportivo de grande magnitude em território nacional, devido à forma como o Uruguai ficaria exposto à comunidade internacional, o governo militar resolveu apoiar a Associação Uruguaia de Futebol (AUF) na realização de uma Copa de Ouro, um torneio comemorativo que surgiu da ideia de celebração da glória esportiva nacional. Devido ao papel do futebol na construção de identidade e cultura política uruguaia, a ditadura demonstrou um claro interesse em sediar tal competição em um momento chave para o regime: sua tentativa de institucionalização por meio de uma proposta de reforma constitucional. Ademais, seria possível retomar os mitos da identidade futebolística uruguaia, que não vencia uma competição desde 1950. Dessa forma, o torneio se inseriu em plena fase fundacional, durante a qual o regime buscou legitimar-se socialmente a partir do uso político de diferentes símbolos nacionais (MANERO, 2013).

Por conseguinte, a Copa de Ouro foi organizada junto à FIFA, com o governo militar buscando utilizá-la como propaganda de seus feitos, uma vez que este já não possuía um nível elevado de força e apoio popular. O presidente da FIFA, João Havelange, foi importante peça nessas negociações, pois possuía uma posição favorável em termos de distribuição de poder nas relações com os líderes militares e civis nacionais. A postura tomada pela FIFA e seu presidente acabou legitimando a ditadura uruguaia como governo reconhecido, porém o discurso oficial foi de que o campeonato seria comemorativo aos 50 anos da primeira Copa do Mundo, disputada no Uruguai e vencida pelos donos da casa, além dos 30 anos do *Maracanazo* e os 150 anos da primeira Constituição Uruguaia (FIGUEIREDO; MARTINS, 2019). Uma vez obtido o aval da FIFA, a preocupação dos organizadores passou a ser com o financiamento do torneio. A proposta da AUF era de que ela seria responsável por todos os gastos das associações participantes, além de árbitros e juizes (MAGALHÃES, 2019b). O custo do Mundialito foi de 3,25 milhões de dólares, valor posteriormente reembolsado com o lucro aproximado de 11 milhões de dólares, resultante principalmente da venda de direitos televisivos (MANERO, 2013). O ponto de maior interesse da AUF e da ditadura ao apoiar o evento era o seu planejamento e organização, o que

justificou o contato próximo entre militares e organizadores e sua intervenção junto à AUF e às comissões de trabalho do evento (PEREYRA, 2019).

A proposta de que o Mundialito fosse uma Copa que reunisse todos os campeões da FIFA acabou não se concretizando, pois houve a ausência da Inglaterra (campeã em 1966), cuja justificativa foi a alegação de incompatibilidade com o calendário local. Independentemente disso, participaram todas as demais seleções vencedoras: o Uruguai (campeão em 1930 e 1950); a Itália (1934 e 1938); a Alemanha (1954 e 1974); o Brasil (1958, 1962 e 1970); a Argentina (1978); e a Holanda, que havia sido vice-campeã nas últimas duas Copas (1974 e 1978). De grande repercussão na época, a competição atraiu um número elevado de espectadores, e suas partidas foram realizadas no estádio Centenário em Montevideu (MAGALHÃES, 2019b).

Garantir a vitória da seleção nacional não era possível, mas o que a ditadura uruguaia buscou assegurar foi uma imagem positiva de um governo eficiente, que soube apresentar ao mundo e aos próprios uruguaios um megaevento esportivo glorioso. Além das obras de infraestrutura, como a reforma do Estádio Centenário e as modernizações em Montevideu, o destaque foi a chegada da televisão em cores para os uruguaios (MAGALHÃES, 2019b). Assim como a tecnologia chegou no Brasil e na Argentina respectivamente com as Copas de 1970 e 1978, no Uruguai ela foi associada ao Mundialito. Para ditaduras com projetos de desenvolvimento nacional, um dos momentos de maior impacto era construir o discurso nacionalista a partir de tal avanço tecnológico (MAGALHÃES, 2019b). Além disso, o papel da música durante a competição, assim como nos casos do Brasil e da Argentina, também foi observado no Uruguai. O jingle composto por dois artistas uruguaios, “*Uruguay, te queremos ver campeón*”¹³, representou a resistência quando não era possível protestar nas ruas. Mesmo não se tratando da canção oficial do evento, pouco a pouco, e por motivos simbólicos, terminou se tornando a principal canção entoada durante as partidas da seleção nacional (MUNDIALITO, 2010).

Afora a tarefa da realização de um torneio internacional em seu território, a ditadura uruguaia ainda teria, no mesmo período, que organizar outro significativo momento para sua imagem interna e externa: o plebiscito de reforma constitucional de 1980. Este foi programado

¹³ “[...] Vamos a alentar la idea/ Para que celeste sea/ El triunfo otra vez/ Para levantar el sol/ Y agitar nuestra bandera/ Para que la patria entera/ Grite/ Uruguay Campeón/ Uruguay Campeón! Uruguay/ Te queremos/ Te queremos ver campeón/ Porque en esta tierra vive/ Un pueblo con corazón/ Uruguay/ Te queremos ver campeón [...]” (TRIUNFO; DA SILVA, 1980).

para 30 de novembro de 1980, e o Mundialito, entre 30 de dezembro de 1980 e 10 de janeiro de 1981. O evento futebolístico realizado um mês depois foi, claramente, desenhado para ser uma continuação do que os militares esperavam que fosse um triunfo do “SIM” nas urnas (MAGALHÃES, 2019b). O texto proposto no plebiscito almejava a ampliação da autoridade da ditadura, em decorrência da proposta de profundas mudanças constitucionais, e foi um mecanismo de legalização de uma série de práticas que o regime havia desencadeado desde o golpe de Estado. O objetivo era mostrar ao mundo o “novo Uruguai”, além de promover o prestígio de uma nação e de seus governantes por meio do Mundialito. Utilizando-se de uma intensa campanha publicitária, o governo visou a obtenção do apoio da população à opção “SIM”, que levaria à aprovação de uma Constituição com poderes legitimadores para a ditadura. Politicamente, recebeu sustentação das correntes conservadoras, além de importante apoio empresarial e de influentes meios de comunicação. A vitória eleitoral do “SIM” era, então, considerada como certa (PADRÓS, 2005).

No entanto, o governo não contava com o trabalho árduo da oposição ao organizar a campanha pelo “NÃO”. A esquerda, exilada ou presa, se uniu aos remanescentes das correntes Blancas e Coloradas de oposição que, juntos, enfrentaram as condições adversas de rivalizar com a ditadura. De forma surpreendente, uma onda crescente de resistência da população foi tomando forma, manifestando-se publicamente pela primeira vez desde 1973 (PADRÓS, 2005). Assim, contra todas as probabilidades, o referendo encenou a recusa dos uruguaios em perpetuar a ditadura, com um total de 57,2% dos votos pelo “NÃO” (YAFFÉ, 2012). Ainda que o resultado tenha surpreendido os militares, revertê-lo com o uso da força parecia fora de questão, fosse pela reação da comunidade internacional ou porque seria reconhecer que o plebiscito não passara de um blefe para garantir legitimidade ao regime. Sem dúvida, o resultado da consulta popular impediu a legitimação da ditadura e abriu espaço para a negociação política (PADRÓS, 2005).

O duro revés que sofreram os militares pôs em cheque também a realização do Mundialito. Todavia, nessa fase dos acontecimentos, o pouco tempo que faltava para o início do torneio, o fato de haver um grande número de jornalistas nacionais e estrangeiros já confirmados e direitos televisivos vendidos inviabilizaram tal alternativa (MANERO, 2013). Portanto, o Mundialito foi realizado conforme o planejado, porém deixou de ser concebido como um marco completo de celebração dos líderes militares. Como era vital para o governo de alguma forma

capitalizar a vitória da seleção nacional, os militares ofereceram prêmios e compensações aos jogadores para ganhar o campeonato (MEMÓRIAS... 2012c).

Nos últimos minutos da partida final, entre Uruguai e Brasil, a entrada da banda militar em campo gerou protestos das arquibancadas, e não demorou para que a manifestação esportiva se transformasse em política (MAGALHÃES, 2019b). Com o placar de 2 a 1 para a seleção anfitriã, houve imensa comemoração dentro do estádio e nas ruas, e por vários momentos foi entoado: “vai acabar, vai acabar, a ditadura militar” (MUNDIALITO, 2010). Logo, o resultado do evento acabou sendo utilizado como metáfora de resistência (ROJO-LABAIEN, 2016).

O Mundialito se tornou um símbolo do fracasso da ditadura, representando a derrota sofrida nas eleições pelo regime e a união do povo pela causa democrática (MANERO, 2013). A derrota no plebiscito de 1980 significou um longo e negociado caminho de retorno à democracia. Somente em julho de 1981 foram definidos os critérios da abertura política: transição de três anos, inclusão de representantes partidários no Conselho de Estado, reversão gradual de proscricções, discussão de estatutos partidários, reforma constitucional e eleições nacionais. De tal maneira, em 1985 a ditadura chegou ao fim (PADRÓS, 2005).

Logo, é importante destacar que o Mundialito aconteceu em um contexto de incertezas, em que não se sabia de fato qual seria a reação do regime e de toda a sociedade ao resultado das urnas. O torneio permitiu projetar sobre a população a falsa impressão de que o Uruguai continuava sendo uma potência no futebol, trazendo uma melhoria da autoestima e euforia, a qual a ditadura desejou capitalizar (PADRÓS, 2005). O Mundialito ficou impregnado na memória uruguaia como ferramenta política da ditadura, mas também, nos meios progressistas, como primeiro passo mobilizador rumo à democracia (MANERO, 2013, p. 13). Mesmo com o fato de que o evento ocorreu conjuntamente a diversas prisões de adversários políticos, a resistência também acabou festejando a vitória de sua seleção (MUNDIALITO, 2010). Uma das possíveis leituras sobre a Copa de Ouro, portanto, seria a partir de um contexto de euforia com a vitória do “NÃO” no plebiscito, em que um início de esperança para a sociedade se estabelece por meio da vitória no campo esportivo e das urnas (MAGALHÃES, 2019b).

Ausente praticamente de todos os trabalhos históricos sobre a ditadura, o torneio tampouco é mencionado na página da FIFA como um evento oficial da entidade. Apenas recentemente a premiação consta na lista de conquistas da página online da AUF¹⁴, o que pode

¹⁴ www.fifa.com e <https://www.auf.org.uy/copa-de-oro-1980/>. Páginas consultadas em 12/02/2021.

demonstrar que a memória do período é bastante contestada tanto dentro do Uruguai como no ambiente futebolístico. No entanto, o Mundialito ressurgiu na memória da sociedade uruguaia a partir do lançamento de um documentário de mesmo nome, dirigido por Sebastián Bednarik. O filme capta o clima de comemoração da vitória da Seleção Uruguaia no Mundialito e relata as experiências de jogadores, estes que reafirmaram o não envolvimento com a política da época (MUNDIALITO, 2010).

A partir disso, é possível perceber que o futebol não necessariamente pode ser considerado o ópio do povo. Além de servir como elemento de manipulação de massas em prol de um regime militarizado, o esporte desponta também como um componente representativo da oposição ao governo, podendo ser considerado como um ambiente libertador em meio a repressão ideológica, política, cultural e econômica. No Mundialito essa teoria se confirmou. De um lado, o governo militar do Uruguai objetivou sua autoafirmação, canalizando a atenção do povo para a conquista futebolística, a qual se desdobraria em uma legitimação do próprio regime. De outro, esse mesmo povo utilizou-se do palco do futebol como local de manifestação contra o regime antidemocrático vigente (LORENZON, 2015).

4. OS GANHOS DO USO POLÍTICO DO FUTEBOL NA ESFERA LOCAL E INTERNACIONAL

O futebol, por ser um dos esportes mais populares do mundo e principalmente da região sul-americana, foi utilizado como ferramenta política por diferentes governos no decorrer dos anos. Como visto no capítulo anterior, as ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Uruguai se aproveitaram das seleções nacionais de futebol e do simbolismo que estas carregam para promover sua imagem interna e externa, especificamente em momentos de megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo FIFA e o Mundialito. Apesar das visíveis semelhanças entre cada um dos casos analisados anteriormente, vale ressaltar e estudar suas particularidades individuais, e ponderar se realmente a paixão pelo futebol aliena a sociedade perante cenários repressivos e de controle estatal. Ademais, salienta-se o fato de que, em relação à política externa, o meio futebolístico é um grande viabilizador de ganho de prestígio internacional. Por meio do *soft power*, determinado país pode adquirir um nível de reconhecimento global pelo sucesso no futebol ou organização de uma competição da FIFA. De acordo com o previamente analisado, o Brasil, a Argentina e o Uruguai em anos de ditadura obtiveram grande sucesso nos torneios de que participaram e também, no caso da Argentina e do Uruguai, que sediaram. No entanto, vale compreender os motivos pelos quais existem disparidades entre a popularidade internacional de cada um desses países no que se refere ao futebol e o possível ganho de *soft power* consequente.

O presente capítulo destina-se a realizar a comparação entre os três casos previamente expostos, a partir do método comparado, e, posteriormente, explorar o *soft power* do futebol de cada um deles, ponderando se após os sucessos nas competições realizadas no período descrito esse prestígio internacional se manteve e como pode ser observado nos dias atuais. O primeiro subcapítulo trata da análise dos resultados da comparação, com o auxílio de cinco variáveis comparativas e com elaboração de conclusões acerca do tema e das particularidades de cada caso. Por fim, o segundo subcapítulo foca em outro impacto político do futebol: o ganho de imagem positiva externa por meio do *soft power* no caso dos três países escolhidos. Dessa forma, almeja-se chegar a um entendimento acerca dos ganhos políticos da instrumentalização do futebol, tanto no cenário local quanto internacional, no que se refere ao Brasil, à Argentina e ao Uruguai.

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nos governos ditatoriais na América Latina, o futebol foi utilizado como estratégia para alienação de massas, para concentração de apoio popular na figura dos ditadores e manobra para externar o foco das políticas repressivas praticadas pelo Estado. Mesmo assim, o futebol apresenta-se como um importante mecanismo de propaganda e afirmação de tais regimes militares, e isso se configura por meio da manipulação e influência sobre os mais variados campos do universo esportivo (LORENZON, 2015). Assim sendo, vale analisar detalhadamente as similaridades e particularidades entre os casos do Brasil, da Argentina e do Uruguai anteriormente expostos, a fim de elaborar considerações acerca do tema deste trabalho.

Inicialmente, é válido ressaltar a importância do futebol em cada uma das três sociedades, desde a introdução do esporte no país até os dias atuais. Como previamente observado, o futebol desempenhou um papel maior do que ser apenas um esporte importado dos ingleses, pois foi ganhando popularidade em todas as camadas sociais nos três países durante o decorrer do século XX. Dessa forma, a nível comparativo, paulatinamente o futebol foi se configurando como esporte principal dessas nações, e conforme isso ia ocorrendo, as elites locais e os governos vigentes também foram percebendo a relevância de se relacionar com o meio futebolístico, por meio de apoio a times, jogadores e seleções nacionais, realização de campanhas publicitárias e incentivos à prática esportiva. Assim sendo, no cenário político brasileiro, argentino e uruguaio, independente de ditatorial ou democrático, o futebol movimentou as políticas interna e externa, principalmente nos momentos de competições internacionais.

No tocante à segunda variável – realização de um megaevento no país –, pode-se chegar aos seguintes resultados: no caso brasileiro, a Copa sediada no país foi em 1950, e a derrota que a seleção nacional sofreu perante os uruguaios na final, o *Maracanazo*, perdura na memória dos brasileiros. Já durante o período da ditadura militar, não houve um evento internacional dessa magnitude acontecendo em território nacional, mas o Brasil venceu a Copa de 1970 e isso foi amplamente celebrado tanto pela população como pelo governo militar, cuja propaganda em torno do título e da campanha da seleção foi amplamente utilizada como forma de promover o regime. Em relação ao caso argentino, o Mundial de 1978 foi sediado no próprio país, e ao mesmo tempo que isso trouxe exigências da FIFA em relação à organização e financiamento da

competição, também resultou em pressões externas acerca da realização do evento. De tal maneira, deve-se levar em consideração que sediar um megaevento não apenas traz saldos positivos para o país, e o caso da Argentina de 1978 foi um exemplo disso. Igualmente, o regime uruguaio tentou obter receitas políticas de megaevento esportivo sediado em seu território em 1980/81 – o Mundialito – no interesse de perpetuar seu poder. No entanto, o resultado para o governo não foi o esperado, uma vez que pouco antes da competição a população uruguaia votou contra o projeto constitucional do regime, por meio de um plebiscito (MAGALHÃES, 2019b).

O governo brasileiro, durante a realização do Mundial de 1970, soube potencializar o futebol, ou seja, aproveitar tudo aquilo que esse esporte poderia proporcionar. O presidente Médici foi um dos grandes apoiadores da seleção nacional e incentivador da valorização do futebol brasileiro, por meio de presença em partidas, discursos encorajadores aos jogadores e atitudes que o tornaram reconhecido como torcedor número um do Brasil (GUTERMAN, 2004). O governo de Videla na Argentina soube trabalhar da mesma maneira, com o presidente apoiando o time argentino tanto antes da Copa de 1978 como durante a competição. Videla, mesmo sem ser um grande fanático por futebol tal como o presidente brasileiro, soube valorizar sua imagem de torcedor ao estar presente em todas as partidas da seleção (NETO, 2005). No Uruguai, o presidente Aparício Méndez não teve tamanha influência no apoio à seleção, porém, seu governo fez o possível para que a Seleção Uruguaia vencesse o Mundialito, inclusive prometendo prêmios em dinheiro e bens materiais para os jogadores caso ganhassem (MANERO, 2013). De tal maneira, seja pela supervisão dos treinamentos, pelo acompanhamento das partidas ou pelas promessas de recompensas pela vitória, é perceptível que os governos se importavam com seus jogadores e tinham consciência de todo o simbolismo que tais equipes carregavam perante a nação e sua população.

Consequentemente, nota-se o poder que o futebol e suas comemorações exercem para, indiretamente, promover a imagem do governo perante a população. Os regimes dos três países souberam aproveitar-se desse momento singular, porém o fizeram com finalidades moderadamente diferentes. O governo brasileiro almejava relacionar o bom momento econômico pelo qual estava passando com o ótimo desempenho da seleção campeã em 1970. Já o governo argentino visou, ao sediar a Copa de 78 e apoiar sua equipe, restaurar a imagem nacional, a qual se encontrava desgastada devido às denúncias internacionais e à crise econômica e social que assolava o país. A Copa de 78 rendeu à ditadura argentina um momento importante de diálogo e

renovação do consenso quando se esgotava o apoio à justificativa inicial do golpe. Por fim, os militares uruguaios, ao realizar a Copa de Ouro, buscaram apoiar a seleção nacional ambicionando que o clima de euforia pré-competição resultasse em votos favoráveis pela continuidade do governo por meio do plebiscito. Embora com peculiaridades, todos os governos buscaram algo em comum com a instrumentalização do futebol: fazer com que a população de seus respectivos países desviasse, de certa forma, a atenção da censura, dos desaparecimentos forçados e das atrocidades que estavam sendo cometidas no próprio território nacional.

Outro fator relevante para os governos militares propagarem suas ideologias e seus discursos, além de uma grande forma de ganhar apoio populacional, foi a televisão. Ao favorecer a imagem do governo e também proporcionar que toda a população estivesse acompanhando as partidas de futebol e celebrações nacionais, a modernização da TV nos anos 1970 ocorreu não só por ter um papel central no projeto de integração nacional do Estado autoritário, mas também pela necessidade de renovação do mercado. As Copas do Mundo, portanto, influenciaram consideravelmente o avanço dessas tecnologias no Brasil, na Argentina e no Uruguai, favorecendo especialmente os governos militares. Dessa forma, a transmissão em cores das competições, uma das exigências da FIFA, foi uma das ferramentas de propaganda do evento utilizada pelo governo (MAGALHÃES, 2013).

Quanto à importância de se vencer um Mundial da FIFA, o desenvolvimento, ao longo do século XX, das Copas do Mundo como principal evento futebolístico permitiu que as seleções nacionais adquirissem um papel fundamental, tanto na sociedade brasileira como na argentina e na uruguaia. Nesse sentido, vencer uma Copa tinha (e ainda tem) um simbolismo para além da celebração esportiva, pois se tornou um espaço onde a população poderia se manifestar tanto de maneira ufanista quanto de forma insurgente. Ao ser capaz de unir todos os atores sociais ao redor do vínculo simbólico entre a seleção e a própria pátria, uma participação e possível vitória em um evento esportivo da FIFA é o que muitos governos almejam e era o que os militares tinham em mente na época em que ocorreram os torneios previamente analisados (MAGALHÃES, 2013).

Ademais, devido ao cenário de Guerra Fria nas décadas de 60 a 80, as competições internacionais de uma forma geral ganharam um significado extra a nível de política externa. Uma vez que os governos ditatoriais latino-americanos estavam inseridos dentro da lógica e campo de influência estadunidense, vencer um torneio de futebol se tornava semelhante a combater opositores comunistas, por exemplo. Em sua interpretação, para estar na elite mundial,

era preciso atingir a elite esportiva, e a taça da FIFA se tornava um meio para isso acontecer (MAGALHÃES, 2013). Em um momento onde as grandes potências não conflitavam diretamente, as medalhas e troféus adquiriam importância extra, pois significavam o prestígio internacional dos vencedores perante a comunidade internacional (LUIZ, 2017).

Assim, para o governo brasileiro, vencer o Mundial de 1970 trouxe considerável melhoria em sua imagem externa perante outros países, já que o futebol apresentado por seus jogadores foi motivo de admiração mundial. A Copa de 1978 na Argentina trouxe uma momentânea recuperação de prestígio internacional ao país, devido à boa organização que a AFA e o EAM'78 conseguiram realizar para o evento e também pelo fato da Seleção Argentina ter vencido. Nesse caso, o Uruguai não se encaixa nesse padrão totalmente, já que a Copa do Mundo que venceu foi em 1950 – antes do período ditatorial analisado neste trabalho. A vitória uruguaia no Mundialito, por essa competição ter sido praticamente apagada da memória do povo uruguaio e de menor relevância para a FIFA, não se configura atualmente como um momento glorioso da história do futebol do país.

O caso argentino e o uruguaio exemplificam outra relação existente na utilização do esporte como ferramenta de inserção política internacional. A possibilidade de se tornar organizador de um evento como uma Copa do Mundo ou uma Copa de Ouro, e com isso garantir ao governo os ganhos inerentes da oportunidade de publicidade, girou em torno do mundo político. Consequentemente, no período de estabilização do regime ditatorial argentino, o país recebeu o direito de sediar a Copa de 1978, contando com apoio estadunidense (VIANA, 2008). Da mesma maneira, em 1980 o Uruguai conseguiu promover a ideia de realizar um evento esportivo em seu país, com apoio da FIFA, do setor privado e também dos governos militares vizinhos (PADRÓS, 2005).

Por fim, é importante comparar se a conquista em determinada competição internacional teve resultados positivos para os três governos militares. No caso do Brasil, tal conjectura é verdadeira, pois a vitória na Copa do Mundo de 1970 serviu como vitrine de exposição internacional do país, o que acabou legitimando o regime de Médici. No caso da Argentina, há controvérsias: o governo militar falhou em se organizar politicamente e institucionalmente. A repressão continuou evidente, sendo noticiada por jornalistas tanto locais quanto internacionais, o que provocou uma onda ainda maior de denúncias de direitos humanos. Porém, com os depoimentos positivos de jogadores e comissões técnicas após o evento, aliados à vitória da

Seleção, as Forças Armadas argentinas foram capazes de melhorar temporariamente sua imagem interna e externa e renovar o consenso dentro do país. Por último, o caso uruguaio apresenta uma maior discrepância perante os demais, uma vez que as celebrações do Mundialito foram contrárias à ditadura. A Copa de Ouro foi um grande êxito popular, mas foi um fracasso absoluto para o regime, e acabou sendo uma forma de confrontação entre a população e os militares.

Apresenta-se, a seguir, um quadro comparativo de autoria própria, com o objetivo de sintetizar os resultados obtidos pela comparação. Pode-se perceber que as cinco variáveis previamente determinadas foram de grande auxílio no decorrer do trabalho. Este quadro foi alterado algumas vezes durante a pesquisa, porém sua elaboração auxiliou nas leituras sobre o tema e possibilitou que a comparação entre os casos ficasse mais clara e estruturada. Realizadas neste subcapítulo, as explicações de cada item do quadro foram um resumo das informações retiradas principalmente do capítulo anterior, no qual analisaram-se os casos de forma extensa.

Quadro 1 - Síntese dos resultados

VARIÁVEL	BRASIL	ARGENTINA	URUGUAI
1) Futebol como esporte principal da nação, movimentando sua política externa e sua população, principalmente em grandes eventos	Sim	Sim	Sim
2) Realização de megaevento esportivo no país no período ditatorial	Não, mas a vitória na Copa de 1970 teve igual importância	Sim	Sim
3) Governo ditatorial apoiador da seleção nacional	Sim	Sim	Sim
4) Vencer uma competição internacional, durante a Guerra Fria, teve aumento da importância tanto para a política interna quanto externa	Sim	Sim	Sim
5) Conquista de uma Copa trouxe resultados positivos para o governo ditatorial	Sim	Há controvérsias	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2021), com base em Magalhães (2013; 2019b).

Os casos estudados mostram, portanto, que nem o significado comunitário do esporte e nem sua instrumentalização são exclusivos do poder instituído nos Estados autoritários, mas também podem ser apropriados pela população de forma a resistir perante cenários repressivos nacionais (ROJO-LABAIEN, 2016). Apesar disso, o futebol e suas competições internacionais ocupam um espaço na memória coletiva latino-americana como meio de manipulação dos governantes no poder, principalmente no caso das ditaduras militares estudadas. Dessa forma, o estudo da relação entre os regimes autoritários do Brasil, da Argentina e do Uruguai e o meio futebolístico é de extrema relevância quando busca-se compreender a estrutura e simbolismos de cada uma das sociedades. O futebol faz parte da formação destas e influencia diversos momentos significativos das trajetórias políticas desses países, com suas seleções nacionais se tornando, inclusive, símbolos da nação perante o mundo. Por conseguinte, ao analisar as conquistas esportivas do Brasil, da Argentina e do Uruguai durante suas ditaduras, este trabalho pôde contribuir para o entendimento do futebol como uma ferramenta importantíssima para as relações internacionais, mas também para a política interna, de tais países.

4.2 O *SOFT POWER* DO FUTEBOL NOS CASOS DO BRASIL, DA ARGENTINA E DO URUGUAI

Uma característica importante da política estatal do esporte é a crescente e próxima relação entre manifestação esportiva e prestígio internacional. Os governos nacionais têm a profunda noção do potencial que o esporte, e principalmente o futebol, detém para refletir, magnificar ou depreciar o prestígio de um país (VASCONCELLOS, 2008). Os megaeventos esportivos, durante o século XX, se tornaram uma das fontes de poder nas relações internacionais, tendo em vista as disputas políticas que tais competições trazem desde a sua criação (GARCIA, 2015). Dessa forma, os governantes conscientemente, utilizando-se do *soft power*, sabem das oportunidades em construir, modificar e projetar sua imagem internacional com o propósito de aumentar sua influência no mundo (OLIVEIRA, 2015).

Pelo fato de a política externa de um país ter como função promover a qualidade de produtos e serviços nacionais, a credibilidade das instituições, as virtudes da sociedade e a imagem do país, o esporte acaba sendo um instrumento extremamente relevante em tal objetivo (VASCONCELLOS, 2008). Dessa maneira, o futebol pode ser caracterizado como recurso da

diplomacia, e, no caso dos regimes militares do Brasil, da Argentina e do Uruguai, o esporte acabou gerando certo grau de prestígio para os governos autoritários vigentes. Nos três países, as seleções nacionais de futebol foram vencedores de competições internacionais de grande reconhecimento. Tal fato proporcionou, indiretamente, um reconhecimento internacional dos governos militares, e também uma melhoria da imagem externa nacional. No entanto, vale ressaltar as diferenças entre cada um dos países no que se refere ao possível ganho de *soft power* a partir dessas competições e também como tal fenômeno pode ser observado em cada uma das políticas externas nacionais atualmente.

No caso brasileiro, o futebol é uma parte integrante da imagem do país internacionalmente, ou seja, se configura como um forte componente de seu *soft power*. O Brasil é mundialmente conhecido pelo seu futebol, por seus renomados jogadores, clubes e seleção nacional (AMAZARRAY, 2011). Retomando o período militar e a conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970, inquestionavelmente o Brasil tornou-se melhor contemplado no cenário internacional após tamanha vitória. Na realidade, desde 1950 o país já havia assumido uma posição de destaque internacional devido ao seu estilo de jogar futebol e o talento de seus jogadores, como Pelé. Ademais, sua histórica presença frequente nas competições internacionais fez com que o Brasil gradativamente se tornasse um produto estratégico nas campanhas de comunicação social, expressão política e marketing internacional (VASCONCELLOS, 2008).

Com a restauração da democracia brasileira, o esporte se firmou como um poderoso instrumento na promoção da cooperação internacional, principalmente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) (GARCIA, 2015). Nesse cenário, foi criada, em 2008, a Coordenadoria-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva (CGCE), no Ministério de Relações Exteriores, a qual promoveu explicitamente o esporte como um dos eixos de *soft power* na política externa brasileira, objetivando projetar o país a partir do futebol e da cultura esportiva no geral. Um dos grandes motivos para isso foi a percepção do governo de que o Brasil se beneficiaria de uma diplomacia aliada ao futebol, uma vez que tanto seus jogadores quanto sua seleção nacional eram bem vistos internacionalmente (VASCONCELLOS, 2008).

O Jogo da Paz, que ocorreu em 2004, no Haiti, pode ser visto como um grande exemplo dessa utilização diplomática do futebol. Naquele ano, o Brasil estava participando militarmente da MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti¹⁵ – e não contava com

¹⁵ O Haiti viveu um quadro de profunda instabilidade política, social e econômica a partir de 1991, com a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide pelo exército. O golpe de Estado levou a ONU e a OEA a enviarem uma missão

o apoio populacional haitiano perante a operação. Após a persuasão brasileira, uma partida amistosa entre as seleções nacionais dos dois países foi agendada, e tinha por estratégia atrelar o prestígio dos jogadores brasileiros às tropas lideradas pelo país, além de apaziguar as manifestações sociais contrárias à MINUSTAH (GARCIA, 2015). Por ser um esporte popular e de conexão íntima com o povo, o futebol teve boa eficácia como ferramenta de ganho de *soft power* e de realização de política externa no caso do Haiti, e o simbólico Jogo da Paz refletiu o compromisso brasileiro com a ONU, com o multilateralismo e com a estabilidade regional – pontos principais da agenda política internacional do governo Lula (VIANA, 2008).

Portanto, embora o Brasil tenha destaque nos mais variados ramos esportivos, o futebol é aquele com maior representatividade internacional, principalmente pelo fato de que sua seleção nacional venceu cinco Copas do Mundo e o país sediou duas vezes tal competição. Para a Copa de 1950, o governo Dutra se preocupou com a visibilidade internacional que o evento poderia gerar, já que serviria tanto para mostrar a importância econômica e cultural do Brasil em relação aos seus países vizinhos quanto para consolidar um sentimento de nação unida por meio do esporte. Já na Copa de 2014, a escolha do Brasil como sede foi uma iniciativa da FIFA de levar a competição para outros continentes, e o governo brasileiro teve de provar para sua população e para o mundo que era capaz de sediar tamanho evento. Seria uma nova oportunidade de desenvolvimento e modernização tanto dos estádios quanto da infraestrutura dos municípios, uma vez que o argumento utilizado foi de que o país atrairia uma boa quantidade de investimentos, além de uma significativa melhoria nas cidades-sede e de um legado benéfico à sua população. No entanto, muitas obras no país não foram realizadas, a maior parte dos investimentos não trouxe o desenvolvimento esperado e tampouco houve crescimento do apoio populacional ao governo da então presidente Dilma Rousseff (GARCIA, 2015).

Independentemente do cenário atual de crise econômica, o futebol brasileiro sempre foi eficiente em contribuir para a formação da identidade do país e de certa forma trazer alegria para o povo. Por meio de sua seleção nacional e de jogadores de todas as gerações, como Pelé, Romário, Ronaldo, Ronaldinho e Neymar, o Brasil influencia e exerce *soft power* devido a sua grande influência no mundo esportivo e cultural. O país também tradicionalmente exporta o carnaval, a música e a culinária nacional. É inevitável, contudo, a associação da imagem externa

internacional civil ao país, em 1993, e nos anos seguintes quatro outras operações militares foram estabelecidas para a manutenção da paz, da democracia e dos direitos humanos no país (CORBELLINI, 2009). A MINUSTAH, estabelecida durante treze anos (2004-2016), teve o Brasil como um dos principais países participantes.

do país ao futebol e à Seleção Brasileira, que certamente é um dos maiores e símbolos nacionais (GARCIA, 2015).

Quando se observa o caso da Argentina, o sucesso de jogadores como Lionel Messi, e de Diego Maradona antes dele, com a camiseta da seleção, ou de seus respectivos clubes, chega a diversos países com penetração maior e mais efetiva do que quaisquer outros esportes (AMAZARRAY, 2011). Dessa forma, o *soft power* argentino ligado ao mundo esportivo também pode ser observado, e a política externa nacional teve como instrumento os sucessos de seus jogadores e times de uma forma semelhante ao Brasil. Um caso recente que explicitou essa relação ocorreu após a notícia da morte de Maradona, em 2020. Ele não foi apenas um jogador para a Argentina, mas sim um herói nacional e um símbolo do futebol local. Sua influência no cenário político e esportivo internacional foi bastante expressiva e seu falecimento confirmou ainda mais sua importância. O presidente argentino Alberto Fernández declarou que “Diego era a Argentina perante o mundo” (VENTOSA, 2020, *online*), e chefes de Estado do mundo inteiro manifestaram suas condolências. O Ministério de Relações Exteriores argentino, ao lamentar a perda, se despediu do jogador como o “embaixador da bola” (VENTOSA, 2020).

Retomando o ganho de prestígio internacional na época da ditadura militar argentina, devido ao Mundial de 1978, vale destacar alguns pontos. Em virtude da sua falta de recursos militares e econômicos, a Junta Militar Argentina optou pelo futebol como ferramenta de poder. Por ter sido escolhida como país-sede da Copa de 1978, a Argentina que os militares pretendiam demonstrar era um país unido, onde reinava a tranquilidade. De certa maneira, era a forma que o governo tinha para se reintegrar ao Sistema Internacional, diante das denúncias de violação de direitos humanos que estavam sendo feitas no exterior (GOMEZ, 2016). Portanto, o futebol e sobretudo o Mundial foram ferramentas de *soft power* para a Junta Militar, e a realização do evento cumpriu com o objetivo de afastar as denúncias pelas violações de direitos humanos do país e manter os militares por mais tempo no poder (GÓMEZ, 2016). Por outro lado, o torneio pode ser considerado também como ferramenta de *soft power* para os defensores de direitos humanos. Mesmo que o boicote internacional à competição tenha falhado, a atenção voltada ao Mundial possibilitou a certas organizações, como as Mães da Praça de Maio, alcançarem sua voz perante as violações de direitos humanos e atraírem a opinião pública internacional. Segundo Sikkink (2002), outros atores diferentes dos Estados podem exercer *soft power*, de acordo com

seu manejo de informação e poder de comunicação, e a rede transnacional de resistência à ditadura argentina possuía tais características (GÓMEZ, 2016).

A partir disso, fica claro que o *soft power* argentino com relação ao futebol já podia ser observado no final da década de 70, embora tal poder venha se fortalecendo ainda mais no decorrer dos anos. O destaque argentino em termos de futebol continuou forte, mesmo com dificuldades econômicas e mudanças políticas vividas pelo país nas últimas décadas, e isso ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: o país ter dois dos times mais caros do continente americano (River Plate e Boca Juniors), com valor superior 50 milhões de euros; ser o lugar de nascimento de alguns dos jogadores mais caros do mundo (Messi, Di Maria, Higuain, Agüero e Dybala); ter alguns dos clubes mais fortes do mundo, como River Plate, Boca Juniors, Independiente, e San Lorenzo; ser a sétima melhor seleção nacional de toda a história, de acordo com o ranking da FIFA; e ser o segundo maior exportador de jogadores, depois do Brasil, como Di Stéfano, Kempes, Maradona, e, atualmente, Messi. Tais fatos em conjunto projetam a Argentina como uma autêntica potência mundial do futebol (RUVALCABA, ZHANG, 2018).

Por fim, o caso uruguaio requer uma análise detalhada, uma vez que mesmo tendo conquistado e sediado o Mundialito, o país foi pouco reconhecido internacionalmente por tal feito, uma vez que essa competição foi praticamente apagada da memória de muitos uruguaios por ter sido um instrumento da ditadura. Pode-se considerar que a imagem externa do Uruguai em relação ao futebol não seja tão presente e popular, talvez por tais sucessos não terem sido amplamente divulgados, ou pela falta de conhecimento geral pelo país. No entanto, o futebol no Uruguai é uma das facetas mais importantes do seu *soft power*, configurando-se como a atividade com maior peso na presença exterior do país (YANEZ, 2018). Tal fato ocorre uma vez que sua seleção principal se encontra constantemente entre as primeiras do mundo no ranking da FIFA, e também devido à popularidade e ao talento de jogadores uruguaios, como Luis Suárez, Edinson Cavani e Diego Forlán. Ainda que o Mundialito não tenha rendido um saldo positivo de prestígio internacional, percebe-se que em diversos outros momentos o Uruguai foi capaz de consolidar seu sucesso esportivo perante o mundo.

Tal cenário ocorre pois internamente o futebol é uma das grandes paixões dos uruguaios, que vem do passado repleto de conquistas (GALEANO, 2004). Segundo dados levantados por uma pesquisa realizada em 2018 pela Universidade da República em Montevideu, 53% da população pensa que o futebol é o que mais destaca o Uruguai no exterior, e 26% pensa que o

futebol é o que distingue o Uruguai externamente, para além do seu turismo ou sua democracia. Esses dados são reflexo do grande investimento estatal no esporte, correspondendo a 330 milhões de dólares, equivalente a 0,62% do PIB uruguaio para o ano de 2016 (AROCENA *et al.*, 2018).

A presença internacional do Uruguai nos dias atuais cresceu, principalmente, com a chegada de José Mujica à presidência do país (2010-2015), a qual coincidiu com o êxito futebolístico da Seleção Uruguaia, que terminou em quarto lugar na Copa do Mundo de 2010. O governo de Mujica e suas ações internas, como a aprovação da lei do aborto, da legalização da maconha e do casamento homossexual, fizeram com que a comunidade internacional reconhecesse o Uruguai como um país moderno, por ocupar uma posição de vanguarda em matéria de direitos sociais em comparação com seus vizinhos. Dessa forma, o Uruguai se define como um Estado com prestígio pelo exercício do *soft power*, devido à sua imagem positiva perante o cumprimento dos princípios fundamentais do direito internacional. Esse pequeno país, portanto, se configura como uma área de influência no mundo por meio do futebol e também de sua diplomacia. Ou seja, é uma nação que reconhece a influência de vizinhos poderosos, mas que mesmo assim adquiriu capacidade e recursos suficientes para influenciar e inserir questões na agenda internacional, tanto no meio futebolístico quanto das questões sociais (YAÑEZ, 2018).

Apesar da relativa força desses três países no futebol, é necessário destacar a heterogeneidade existente entre eles. A força do *soft power* do esporte acaba se concentrando nas potências regionais, e por isso existe uma grande disparidade não só de força, qualidade e prestígio no futebol desses países, mas também em relação à contribuição que esse esporte dá ao seu poderio nacional. Dessa forma, pode-se considerar que o Brasil e a Argentina têm realizado grandes feitos e contribuído com grandes atletas nessa modalidade, ou seja, podem ser consideradas potências mundiais do futebol, devido à sua grande tradição futebolística (RUVALCABA; ZHANG, 2018). O Uruguai, por outro lado, também possui considerável influência pelo futebol, como previamente analisado. O país, todavia, não consegue igualar o sucesso e popularidade alcançados pelos países vizinhos diante da imprensa e opinião global.

Portanto, retomando o argumento inicial deste trabalho, de que as ditaduras militares destes três países utilizaram-se das mais diversas formas de instrumentalização política do futebol, vale estabelecer a correlação entre os fatores históricos previamente analisados e o *soft power* do futebol atual. Se não fosse a valorização gradativa e constante do futebol pelos governos nacionais, ao percebê-lo como principal esporte local e proporcionador de melhoria de

imagem interna e externa, provavelmente a importância do *soft power* não seria a mesma. As seleções nacionais do Brasil, da Argentina e do Uruguai, ao passo que venciam partidas e competições internacionais, foram assumindo um papel de representantes de uma nação inteira, e quando o país-sede desses torneios fosse um deles, a relevância de promover a imagem positiva do país era redobrada. No período autoritário, houve a intensificação de tal fenômeno, podendo-se afirmar, portanto, que mesmo sem existir a nomenclatura de *soft power*, a busca por prestígio internacional por meio do esporte já era perceptível, e a partir desses momentos individuais cada país desenvolveu ainda mais o *soft power* do futebol.

Em suma, o futebol é uma ferramenta de *soft power* que auxilia a promoção internacional dos países, além de ser capaz de consolidar identidades nacionais. Tal fenômeno ainda é considerado pouco relevante pela comunidade acadêmica. Entretanto, conforme observado neste trabalho, o prestígio que o esporte desempenha nas relações internacionais e a comprovação de que a Copa do Mundo FIFA e os Jogos Olímpicos são os eventos mais acompanhados globalmente comprovam o espaço importante que o esporte deve ter dentro de uma política de promoção nacional. Cabe aos Estados tratarem esse instrumento como primordial na execução direta e indireta de *soft power* e considerarem que o futebol rompe barreiras, sendo cada vez mais fundamental na diplomacia.

5. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, verificou-se que o futebol nas últimas décadas tem sido cada vez mais alvo de interesse nas Relações Internacionais, principalmente por meio da sua instrumentalização política por governos tanto militares quanto democráticos. Isso se deve ao fato de que o esporte, no geral, pode ser considerado um excelente meio de propagação de nacionalismos, de promoção de prestígio internacional e também da geração e ampliação de *soft power*. O futebol, que inicialmente era jogado por paixão e lazer, se tornou gradativamente um negócio grandioso, movimentando muito mais do que paixões, mas também dinheiro, poder político e visibilidade externa. As Copas do Mundo FIFA passaram a ser o evento midiático esportivo de maior escala, atraindo a indústria televisiva e de materiais esportivos, aprofundando negociações milionárias entre times mundiais, o relacionamento entre políticos de diferentes países, a mediação de conflitos, dentre outros. De tal maneira, o futebol passou a servir de instrumento de *soft power* a muitos países, que além de suas seleções e jogadores, eram capazes de demonstrar sua cultura por meio da realização de megaeventos internacionais.

À luz de tal reconhecimento, foi possível observar no decorrer desta pesquisa casos históricos nos quais futebol e política estiveram profundamente conectados, além de momentos nos quais houve similaridades entre as interações dos torcedores, jogadores, clubes e seleções nacionais e as oscilações políticas de diferentes países. Dessa forma, pelo fato de o futebol possuir uma íntima conexão com o povo e uma linguagem simples, em diversos momentos o campo de futebol se tornou um símbolo da competição entre comunidades, cidades e nações, e frequentemente uma válvula de escape para nacionalismos e regionalismos (FOER, 2007). Os casos de instrumentalização política do futebol por Franco na Espanha, por Mussolini na Itália e por Xi Jinping na China contemporânea ilustram como no decorrer da história governos e governantes utilizaram-se do futebol para benefício próprio, independentemente da esfera política, e que tais comportamentos foram pautados visando à união da população e melhorias na imagem nacional externa. Ademais, o futebol pode também ultrapassar os limites de aspectos nacionais e desenrolar consequências para além das partidas, como foi o caso da Guerra do Futebol entre Honduras e El Salvador, em 1969, da Ex-Iugoslávia, nos confrontos entre Croácia e Sérvia, e da Escócia atualmente, com o clássico *Old Firm*.

O *soft power* do futebol também mereceu destaque neste trabalho porque, ao mesmo tempo em que promove os países internacionalmente por meio da popularidade no esporte ou participação em megaeventos, também dá espaço para novos atores surgirem e buscarem influência e prestígio nesse meio. É o caso da Rússia, que sediou os Jogos Olímpicos de Inverno em 2014 e a Copa do Mundo em 2018 e teve uma momentânea melhoria de sua imagem e fortalecimento do governo local. O mesmo ocorre com o Catar, que será o país-sede da primeira Copa do Mundo em território árabe, em 2022. Sedar um megaevento como esse se insere na estratégia de política externa catari, que busca enaltecer o emirado e ganhar reconhecimento positivo da comunidade internacional (DORSEY, 2015).

A partir desses conhecimentos a respeito do universo do futebol e das relações de poder envolvidas, desenvolveu-se o cerne deste trabalho, qual seja, a utilização desse esporte e de suas competições internacionais como ferramenta política das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Uruguai. Com o objetivo de buscar similitudes e diferenças entre tais casos, o marco teórico utilizado foi o método comparado, e adotou-se a estratégia comparativa de realçar as diferenças entre contextos similares, de acordo com Sartori (1994). A partir da escolha de cinco variáveis, evidenciou-se que o futebol se configurou como importante fator político nos três contextos ditatoriais analisados, embora tenha apresentado repercussões diferentes em cada um deles. Conforme analisado no terceiro capítulo, a vitória brasileira na Copa de 1970 acarretou para a ditadura militar um ganho momentâneo de prestígio internacional, devido ao excelente desempenho de sua seleção nacional no México. A Argentina, campeã e país-sede da Copa de 1978, também vivenciou uma reversão de sua imagem negativa externa após tal acontecimento esportivo, o qual desviou brevemente a atenção local e internacional das denúncias de violações de direitos humanos pelo governo da Junta Militar. O caso do Uruguai também foi escolhido para comparação pelo fato de uma competição internacional sediada e vencida pelo país, a Copa de Ouro, não ter surtido os resultados esperados pela ditadura militar uruguaia, que buscava angariar com a organização e êxtase do evento votos positivos para a continuidade de seu governo em um plebiscito, cuja realização seria em uma data próxima à do Mundialito.

Nos exemplos discorridos, foi possível observar que o futebol, por ser o principal esporte das três nações, contou com a total atenção dos militares durante essas oportunidades de exibir o país para o resto do mundo. A comparação também evidenciou que as seleções nacionais foram as principais receptoras desse apoio governamental, pois eram as responsáveis por trazer uma

vitória para sua população e, conseqüentemente, para a ditadura. A organização de tais competições em solo nacional, como foi o caso da Argentina e do Uruguai, também acabaram legitimando os seus governos, em um momento em que vencer um megaevento esportivo significava, mais do que erguer uma taça, um meio de provar sua supremacia no mundo polarizado da Guerra Fria. Por fim, os resultados para os governos ditatoriais dessa instrumentalização política do futebol foram variados para cada um dos casos, provando o fato de que, mesmo sendo utilizados métodos semelhantes como intensa propaganda, preparação física dos jogadores e constante apoio e supervisão governamental, os militares não foram capazes de prever as repercussões de tamanho evento esportivo para seu *status quo*.

No caso brasileiro, as conseqüências para a ditadura de vencer a Copa de 1970 foram positivas, porém tiveram seus anos contados. Conforme a Seleção entrava em um hiato de vitórias nas próximas competições, a ditadura também perdia apoio populacional e passava a apresentar sinais de crise. Similarmente, a Junta Militar da Argentina foi capaz de ganhar apoio local e melhoria de imagem externa por meio da boa execução e vitória na Copa de 1978. As conseqüências, porém, também apresentaram seu lado negativo, com a denúncia formal de violações de direitos humanos pela CIDH, realizada um ano após o campeonato. Retomar o prestígio alcançado em 1978 era demasiadamente importante para o governo militar argentino, e a Guerra das Malvinas em 1982 provocou a mudança de estratégia da política externa do país, antes buscando *soft power* e prestígio internacional por meio do futebol e depois com a utilização de um confronto militar para buscar apoio populacional. Já no caso uruguaio, os gritos de “vai acabar a ditadura militar” nos estádios após a partida final do Mundialito, em 1981, evidenciaram claramente que o fruto de tal competição não foi o esperado pelos militares, e inauguraram o desfecho do governo militar do país ao representarem o fortalecimento da resistência (MUNDIALITO, 2010).

Um episódio recente na Argentina representa com clareza a ligação profunda entre política e o esporte em âmbito nacional. Em 2021, no Dia Nacional da Memória pela Verdade e Justiça, celebrado em 24 de março, os clubes Boca Júniors e River Plate, apoiados pela AFA e a Secretaria de Direitos Humanos da Nação, convocaram os familiares de sócios desaparecidos durante a ditadura militar argentina para que estes pudessem contar suas histórias e reivindicar sua condição societária. Logo em seguida, a campanha foi adotada por outros clubes argentinos como Racing e Independiente. Vale notar que o ativismo político no futebol argentino faz parte

de um processo de superação histórica do regime militar de 1976, e conta com diversas campanhas promovidas tanto pelo governo como também pelas *Madres de La Plaza de Mayo*, agora *abuelas* (avós) (MOREIRA, 2021). O futebol, portanto, ultrapassa mais uma vez os campos e se torna um instrumento de força popular e resistência.

Ademais, este trabalho mostrou, em seu último capítulo, que esses três países analisados possuem parcela significativa de prestígio internacional vindo do futebol nos dias atuais, por meio do *soft power*. Mesmo em graus diferentes, pode-se analisar a influência que as seleções nacionais, os jogadores e os times locais do Brasil, da Argentina e do Uruguai têm perante a comunidade internacional e esportiva. A utilização do esporte como instrumento de *soft power*, como por exemplo no caso do Jogo da Paz do Brasil contra o Haiti, demonstra como o futebol pode desempenhar um papel valoroso na diplomacia e transcender barreiras culturais. Há a possibilidade do *soft power* também ser resultado do histórico de sucessos dos países em competições da FIFA, e de suas posições no *ranking* dessa organização, como no caso da Seleção Uruguaia, ou de feitos de famosos jogadores locais, como no caso de Pelé, de Neymar Jr., de Maradona e de Messi. Dessa forma, desde o período militar – e até mesmo antes disso – o futebol assumiu posição principal na política desses países, e a busca pelo ganho de prestígio internacional no período autoritário pode demonstrar traços iniciais das atuais políticas externas de promoção de *soft power* do futebol.

Um dos aspectos que chama atenção ao se analisar a relação entre futebol, megaeventos esportivos e política com as Relações Internacionais é a pluralidade de Estados que almejam nessa via um meio de desenvolvimento de seus valores e promoção da sua imagem, ou seja, de geração de *soft power*. De forma semelhante, países desenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento utilizam-se do futebol como um meio de se estabelecer no sistema internacional – se não pela organização de competições internacionais, pela participação nelas. Diversas nações com pouca expressão no cenário político internacional se fazem presentes, e com relevância, no futebol internacional, gerando *soft power* para si. Consequentemente, a análise mais profunda de casos como esses seria de extremo valor para agregar conhecimento a esta área de estudo. Além disso, vale investigar o espaço que o futebol feminino vem adquirindo nesse contexto, pois ao integrar meninas e mulheres ao mundo esportivo e apoiar as seleções femininas, países podem atingir novos meios de prestígio internacional, dentro por exemplo da luta mundial pela igualdade de gênero.

O caso das ditaduras militares dos outros países do Cone Sul, como Chile e Paraguai, e das demais ditaduras militares que ocorreram na América Latina, no que se refere ao futebol como ferramenta política, seriam uma grande adição a este trabalho. Por questão de viabilidade e detalhamento, contudo, tal pesquisa não pôde ser realizada. À vista disso, e reconhecendo que o futebol movimentou tais sociedades de maior ou menor forma, vale um estudo futuro que investigue se a instrumentalização do esporte ocorreu de fato em outras localidades latino-americanas e que questione a forma como ela aconteceu. Além do mais, como nesses países não houve nenhum megaevento esportivo (com exceção do México e do Chile) e tampouco uma vitória das respectivas seleções nacionais, fica o questionamento de como os governos, tanto autoritários como democráticos, lidaram com o esporte e sua importância política.

O futuro do futebol como grande influenciador de políticas governamentais permanece em aberto, porém o universo esportivo vem adquirindo cada vez mais importância no mundo globalizado. Ao se reconhecer a grande preponderância que a FIFA e seus órgãos afiliados assumem nesse contexto, fica evidente o poder que o futebol e suas competições trazem para o sistema internacional. Apesar de todas suas implicações na política e economia globais, o futebol se configura como um elemento poderoso de união nacional e social, e seu histórico comprova o quanto não deve ser desprezado por estudiosos ao se pensar nas complexas dinâmicas das Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINO, Gilberto. **Vencer ou Morrer**: futebol, geopolítica e identidade nacional. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda., 2002.
- ALABARCES, Pablo. Post-Modern Times: identities and violence in Argentine football. In: ARMSTRONG, Gary; GIULIANOTTI, Richard (ed.). **Football Cultures and Identities**. Londres: Palgrave Macmillan UK, 1999. p. 77-85.
- ALABARCES, Pablo. **Fútbol y Pátria**: El Fútbol y las Narrativas de la Nación en Argentina. 1 ed. Buenos Aires: Prometeo, 2002. 227p.
- ALMEIDA, Guilherme K. Introdução. In: **“Jogando pela esquerda”**: o futebol brasileiro nas páginas dos jornais Opinião e Movimento (1975-1978). Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2018, p. 10-40.
- ALMEIDA, Pedro Sousa. O papel do futebol em contextos pós-conflito: o caso dos Balcãs. **Conexões**: Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 10, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2012.
- AMAZARRAY, Igor Chagas. **Futebol**: o esporte como ferramenta política, seu papel diplomático e o prestígio internacional. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- ARCHETTI, Eduardo P. **Masculinidades**: fútbol, tango y polo en la Argentina. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2003.
- ARCHETTI, Eduardo. Military Nationalism, Football Essentialism, and Moral Ambivalence. In: TOMLINSON, Alan; YOUNG, Christopher (ed.). **National Identity and global sports events**. Londres: Sunny Press, 2006, p. 133-148.
- AROCENA, Felipe *et al.* **¿Qué significa el fútbol en la sociedad uruguaya?**: resumen ejecutivo y conclusiones finales. Montevideu: Universidad de La República, 2018. 10 p. Convenio AUF - Universidad de la República. Facultad de Ciencias Sociales/Facultad de Psicología.
- BODAGNOVA, Sofia. **Sochi Winter Olympics 2014**: Soft Games Lost? Disponível em: <https://www.academia.edu/28692171/Sochi_Winter_Olympics_2014_Soft_Games_Lost>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- BRANNAGAN, Paul Michael; GIULIANOTTI, Richard. The soft power–soft disempowerment nexus: the case of qatar. **International Affairs**, [S.L.], v. 94, n. 5, p. 1139-1157, 1 set. 2018. Oxford University Press (OUP).
- BRASIL. **Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964**. Brasília, DF, abr. 1964.

BRASIL. **Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília, DF, 1968.

BRASIL. (26 de janeiro de 1970). **Decreto No 66.118, de 26 de Janeiro de 1970** - Regulamenta o disposto no Decreto-lei no 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal. Acesso em 27 de janeiro de 2021, disponível em Senado Federal - SICON: <http://legis.senado.leg.br/sicon/#/basica>

BRASIL. Presidente (1969– 1974: Emílio Garrastazu Médici). **Valor do homem brasileiro** - mensagem do Presidente Médici ao povo brasileiro, quando na vitória da Seleção no campeonato Mundial de Futebol. 21 jun. 1970. 5f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/16/view>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CAVAROZZI, Marcelo. Ciclos Políticos na Argentina a Partir de 1955. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillipe C.; WHITEHEAD, Laurence. (Org.) **Transições do Regime Autoritário**: América Latina. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988. pp.37-76.

CHAIM, Aníbal Renan Martinot. **A bola e o chumbo**: futebol e política nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CORBELLINI, Mariana Dalalana. **Haiti: da Crise à MINUSTAH**. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17674/000721343.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 mar. 2021.

CUYA, Esteban. La "Operación Condor": el terrorismo de estado de alcance transnacional. **Em Debate**: Revista Digital, Florianópolis, n. 3, p. 44-55, jan. 2007.

DA SILVA, Cinthia Regina Campos Ricardo. O labirinto metodológico das Relações Internacionais: dilemas e potenciais saídas. **Revista Política Hoje**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 47-74, jan. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3719>>. Acesso em: 09 set. 2020

DEATH of Yugoslavia. Série documental. Produção: Norma Percy; Brian Lappig; Nicholas Fraser. Londres: BBC, 1995. (50 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vDADy9b2IBM&list=PLJvRFxihL4d03IzmoxyhU1C-kn271xVvB>. Acesso em: 06 set. 2019.

DORSEY, James M. How Qatar is Its Own Worst Enemy. **The International Journal of the History of Sport**, v. 32, n. 3, p. 422-439, 2015.

DRUMOND, Maurício. Muito além de Neymar: o Catar e o investimento no Paris Saint-Germain como forma de projeção internacional. **Ludopédio**, São Paulo, v. 104, n. 28, 2018.

FIGUEIREDO, Tiago Sales de Lima; MARTINS, Victor Ferreira. Dossiê Futebol no Uruguai: memória e construção identitária. **Alesde**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 1-7, set. 2019.

FOER, Franklin. **Como o futebol explica o mundo**: um olhar inesperado sobre a globalização. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FRAGA, Ana Paula. **A Transição Democrática e os Resquícios Autoritários**: os casos do Brasil e do Chile (1985-2000). 2018. 95 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FRAGA, Gerson Wasen. **"A Derrota do Jeca" na Imprensa Brasileira**: nacionalismo, civilização e futebol na copa do mundo de 1950. 2009. 398 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Ufrgs, Porto Alegre, 2009.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Dança dos Deuses**: Futebol, Cultura, Sociedade. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

FRANCO, Marina. La "campana antiargentina": la prensa, el discurso militar y la construcción de consenso. In: BABOT, Judith Casali de; GRILLO, María Victoria (ed.). **Derecha, fascismo y antifascismo en Europa y Argentina**. Argentina: Universidad de Tucumán, 2002. p. 195-225.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: LP&M, 2004.

GARCIA, Fernanda Machado. **Esporte como instrumento de soft power**: o futebol brasileiro. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 464 p.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do Futebol**. 1. ed. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. 248p.

GONÇALVES, José Esmeraldo. Futebol e Poder: Algumas Reflexões sobre o Jogo da Política. In: DIEGUEZ, Gilda Korff (Org.) **Esporte e Poder**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 120p.

GÓNZALEZ, Luis Eduardo. Transición y restauración democrática. In: GILLESPIE, Charles; GOODMAN, Louis; RIAL, Juan; WIN, Peter (org.). **Uruguay y la democracia**. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1985. p. 101-120.

GRIX, Jonathan; LEE, Donna. Soft Power, Sports Mega-Events and Emerging States: The Lure of the Politics of Attraction. **Global Society**, v. 27, n. 4, 2013.

GUTERMAN, Marcos. Médici e o Futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar. **Projeto História**, São Paulo, (29) tomo 1, p. 267-279, dez. 2004.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

JORGE, Matheus Martins Marinho. **Futebol e Memória nos Anos De Chumbo**: literatura, imprensa e relatos de vida de jogadores da seleção brasileira de 1969-1970. 2020. 78 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

JORNAL DO COMÉRCIO (ed.). **Rússia é banida como nação das Olimpíadas e mundiais por dois anos**. 2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/esportes/2020/12/770920-russia-e-banida-como-nacao-das-olimpiadas-e-mundiais-por-dois-anos.html. Acesso em: 18 dez. 2020.

LACERDA, Antônio Corrêa de. O milagre brasileiro - auge e crise. In: LACERDA, Antonio Corrêa de *et al* (org.). **Economia Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. Cap. 9. p. 119-130.

LEITE JÚNIOR, Emanuel. **A história do futebol na União Soviética**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.

LORENZON, Fernando Arnold. "Un defensor que ni imaginam": sobre futebol, ditadura e resistência. **Revista Semina**, [S.I.], v. 14, n. 1, p. 188-199, maio 2015.

LUDOPÉDIO. **I Seminário Online do Ludopédio: Pioneiros e Pioneiras dos estudos do Futebol**. Youtube. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zo3Ni1nCY3c>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LUIZ, Pedro Aurélio dos Santos. Contexto internacional e movimento políticos sociais na América Latina contemporânea: o caso da guerra fria e o futebol. In: Simpósio Nacional de História - Contra os Preconceitos: História e Democracia, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017. p. 1-9. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488543307_arquivo_contextointernacionalemovimentopoliticossociaisnaamericalatinacontemporanea.pdf. Acesso em: 26 out. 2020.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Com a taça nas mãos**: sociedade, copa do mundo e ditadura no brasil e na argentina. 2013. 221 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. A Copa do Mundo da ditadura ou da resistência? Comemorações e disputas de memórias sobre a Argentina de 1978. **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 68, p. 675-694, Dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862019000300675&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Fev. 2021.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Los campeones del Río de la Plata: Fútbol y dictadura en Argentina y Uruguay, **Hispania Nova**, v. 17, p. 470-493. 2019a

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. “La Quinta Perla a su Collar de Glorias”: nacionalismo e memória na conquista do Mundialito. **Alesde**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 52-67, set. 2019b.

MANERO, Cristian Damian. Fútbol y Dictadura en Uruguay: el Mundialito desde Bordieu y Elías. **Alesde**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 4-14, set. 2013.

MARCHESI, Aldo. ‘Uma parte do povo Uruguaio feliz, contente, alegre’: os caminhos culturais do consenso autoritário durante a ditadura. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.), **A construção social dos regimes autoritários**: Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. v. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 563-595

MASCARENHAS, Gilmar. A febre do futebol: gênese e difusão planetária de uma inovação. In: **A Bola nas Redes e o Enredo do Lugar**: por uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2001.

MEMÓRIAS do Chumbo: o futebol nos tempos do Condor: Argentina. Diretor-geral: German Hartenstein. Reportagem e roteiro: Lúcio de Castro. Brasil: ESPN, 2012a (54min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cCb_UjiskbA. Acesso em: 20 jul. 2020.

MEMÓRIAS do Chumbo: o futebol nos tempos do Condor: Brasil. Diretor-geral: German Hartenstein. Reportagem e roteiro: Lúcio de Castro. Brasil: ESPN, 2012b. (54min). Disponível em: <https://bit.ly/2jMh39g>.

MEMÓRIAS do Chumbo: o futebol nos tempos do Condor: Uruguai. Diretor-geral: German Hartenstein. Reportagem e roteiro: Lúcio de Castro. Brasil: ESPN, 2012c. (54min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PBB6YQEbSwg>. Acesso em: 20 jul. 2020

MENOTTI, César Luis. **Como Ganamos la Copa del Mundo**. Buenos Aires: El Gráfico, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONETA, Carlos J. O conflito das Malvinas: Análise do Processo de Tomada de Decisões do Regime Militar Argentino. In MUNOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. **América Latina e a Política Mundial**. São Paulo, Convívio, 1986, p.118.

MOREIRA, Carolina. **Sócios Eternos**: clubes de futebol argentinos se unem em ação histórica pela memória das vítimas da ditadura no país. 2021. Instagram: @diplonite. Disponível em: <https://www.instagram.com/diplonite/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

MUNDIALITO. Direção-geral: Sebastián Bednarik. Reportagem e roteiro: Sebastián Bednarik; Andrés Varela. Uruguai: Coral Films, 2010. (75 min). Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=gyrWWGGF-9Q>. Acesso em: 16 jul. 2020.

NETO, Virgílio Franceschi. **O papel do futebol na promoção dos regimes militares do Brasil e da Argentina**. 2005. 90 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

NYE Jr., Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OBERSCHALL, Anthony. The manipulation of ethnicity: from ethnic cooperation to violence and war in Yugoslavia. **Ethnic And Racial Studies**, S.I, v. 23, n. 6, p. 982-1001, dez. 2010.

OLIVEIRA, Eduardo Neves Faria de. **As Relações Internacionais e o Futebol como Diplomacia da Paz**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de; SOARES, Samuel Alves. BRASIL Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 98-124.

OLIVEIRA, Lucas Santos. **Esporte e Relações Internacionais: Megaeventos esportivos e poder**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ORWELL, George. The Sporting Spirit. **Tribune**. London, dez. 1945. Disponível em: https://orwell.ru/library/articles/spirit/english/e_spirit. Acesso em: 15 mar. 2021.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... : terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar**. 2005. 2 v. Tese (Doutorado) - Curso de História, UFRGS, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6149>. Acesso em: 26 out. 2020.

PEREYRA, Bruno Mora. Deporte y Dictadura: Memorias del Mundialito de Fútbol de 1980. **Revista da Alesde**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 36-51, set. 2019.

PLANO Nacional de Esportes: presidente escolhe comissão. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1º caderno, p. 14. 26 jul. 1969. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br//leitor.do?numero=3366&anchor=4472975&origem=busca&pd=22d6d7085d01ade2327eb87390b42484>. Acesso em: 27 jan. 2021.

ROJO-LABAIEN, Ekain. Fútbol y patriotismo en América del Sur: entre la élite y la sociedad civil. **Anduli**, [S.L.], n. 15, p. 139-156, 2016. Editorial Universidad de Sevilla.

RODRIGUES, Carlos; LEITE JÚNIOR, Emanuel. A geopolítica do futebol em transformação: o caso chinês. **FuLiA / UFMG**. Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 28-50, 2018.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p.51- 52: Complexo de vira-latas. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cdrom/rodrigues03/rodrigues3.pdf> Acesso em: 20 mar. 2021.

ROMÁN, Gustavo San. La garra charrúa: fútbol, indios e identidad en el Uruguay contemporáneo. **Bulletin Hispanique**, [S.L.], v. 107, n. 2, p. 633-655, 2005.

RUVALCABA, Daniel Morales; ZHANG, Zhongli. Football and national power: a theoretical framework applied to china and argentina. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 26-46, abr. 2018.

SACK, Allen L.; SUSTER, Zeljan. Soccer and Croatian Nationalism. **Journal Of Sport And Social Issues**, v. 24, n. 3, p. 305-320, ago. 2000.

SAIN, Marcelo Fabián. Argentina: Democracia e Forças Armadas - entre a subordinação militar e os "defeitos" civis. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 21-55.

SANTOS, Joel Rufino dos. **História Política do Futebol Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SANTOS, Daniel de Araújo dos. **Futebol e Política: a criação do campeonato nacional de clubes de futebol**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

SARTORI, **Comparación y método comparativo**; Em.: Sartori, Giovanni; Morlino, Leonardo, org. La comparación en las Ciencias Sociales. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

SEOANE, María; MULEIRO, Vicente. **El Dictador: La Historia Secreta y Pública de Jorge Rafael Videla**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001. 638p.).

SIKKINK, Kathryn. Restructuring World Politics: the limits and asymmetries of soft power. In: KHAGRAM, S; RIKER, J. V.; SIKKINK, K. **Restructuring world politics: transnational social movements, networks, and norms**. [S.I.]: University Of Minnesota Press, 2002. p. 301-318. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.5749/j.ctttsc5q.19>.. Acesso em: 9 mar. 2021.

SILVA, Daniele Dionisio da. Operações de paz à brasileira - uma reflexão teórica, contextual e historiográfica: um estudo de caso da Minustah.. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100060&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 07 mar. 2021.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Castelo a Tancredo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 608p.

SPORTIVE, Fédération Internationale de Médecine. Doping nos esportes. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 28-28, fev. 1998. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86921998000100008> . Acesso em: 18 Dez. 2020

SUPERVILLE, Daniel. Celeste y Charrúa: el fútbol y la democracia en Uruguay. **Diálogo Político**, Montevideu, edição especial, p. 22-31, mai. 2018. Disponível em: <https://dialogopolitico.org/revista-imprensa/sociedad-politica-y-futbol/>. Acesso em: 3 nov. 2020.

TAN, Tien-Chin; et al. Xi Jin-Ping's World Cup Dreams: From a Major Sports Country to a World Sports Power. **The International Journal of the History of Sport**, v. 3367, n. November, p. 1-17, 2016.

TRIUNFO, Alberto; DA SILVA, Roberto. **Uruguay: te queremos ver campeón**. Montevideu, Renew Variety Records, 1980. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5_BJ02xwk0A. Acesso em 20 fev. 2020

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley de. **Esporte, Poder e Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 267 p. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/534.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

VIANA, Bruno Walber. **O Reflexo das Relações Internacionais no esporte**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WILMER, Franke. **The social construction of man, the state, and war: identity, conflict, and violence in former Yugoslavia**.. Nova York: Routledge, 2002.

YAFFÉ, Jaime. La dictadura uruguaya (1973-1985): nuevas perspectivas de investigación e interpretación historiográfica. **Estudios Ibero-Americanos**, PUCRS, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 13-26, jan./jun. 2012.

YAÑEZ, Ronald Alí. **La presencia internacional de Uruguay bajo la presidencia de José Mujica (2010-2015)**. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Internacionais, Universidade do Chile, Santiago, 2018. Disponível em: http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/148966La_presencia_internacional_de_Uruguay_bajo_la_presidencia_de_José_Mujica-2010-2015.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 mar. 2021.